



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

WILLBER DA SILVA NASCIMENTO

**ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA E DESEMPENHO ELEITORAL NAS
ELEIÇÕES MUNICIPAIS**

Recife
2020

WILLBER DA SILVA NASCIMENTO

**ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA E DESEMPENHO ELEITORAL NAS
ELEIÇÕES MUNICIPAIS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Ciência Política da Universidade Federal de
Pernambuco, como requisito parcial para a obten-
ção do título de Doutor em Ciência Política.

Área de concentração: Democracia e Ins-
tituições.

Orientador: Prof^o. Dr. Enivaldo Carvalho da Rocha

Recife
2020

Catálogo na fonte
Bibliotecária Valdicéa Alves Silva, CRB4-1260

N244o Nascimento, Willber da Silva.
Organização Partidária e Desempenho Eleitoral nas Eleições
Municipais / Willber da Silva Nascimento. – 2020.
129 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Enivaldo Carvalho da Rocha.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Recife, 2020.
Inclui referências.

1. Ciência Política. 2. Organização dos partidos políticos. 3. Formação-Partidos. 4. Efeito eleitoral. 5. Cidades. 6. Brasil. I. Rocha, Enivaldo Carvalho da (Orientador). II. Título.

320 CDD (22. ed.)

(BCFCH2020-290)

WILLBER DA SILVA NASCIMENTO

**ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA E DESEMPENHO ELEITORAL NAS
ELEIÇÕES MUNICIPAIS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciência Política.

Aprovada em: 28/02/2020.

BANCA EXAMINADORA

Prof^o. Dr. Enivaldo Carvalho da Rocha (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^o. Dr. Dalson Britto Figueiredo Filho (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^o. Dr. Ernani Rodrigues de Carvalho Neto (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^o. Dr. José Alexandre da Silva Júnior (Examinador Externo)
Universidade Federal de Alagoas

Prof^o. Dr. Ranulfo Paranhos dos Santos Filho (Examinador Externo)
Universidade Federal de Alagoas

AGRADECIMENTOS

Embora para algumas pessoas a realização de um trabalho de graduação ou pós-graduação possa ser extremamente solitário eu não posso dizer o mesmo. Ao longo dos meses que sucederam a elaboração e redação deste trabalho eu pude contar com inúmeros momentos de conversas e trocas de ideias. Então, em primeiro lugar, quero agradecer imensamente a todos que me ouviram (mesmo sem querer e de saco cheio) falar sobre minha pesquisa. Inegavelmente, se eu tentasse citar nominalmente esqueceria alguém. Então, eu deixo meu muito obrigado a vocês.

Mas especialmente, existem pessoas que estiveram comigo durante todas as fases da pesquisa e que gostaria de mencioná-los. Agradeço aos membros dos grupos Métodos de Pesquisa em Ciência Política (MPCP/UFPE) e Cidadania e Políticas Públicas (GCPP/UFAL), que já são tantos que não consigo mencionar, por todos os momentos em que pude contar com a presença, apoio e força de todos vocês. Muito obrigado.

Agradeço imensamente ao meu orientador Enivaldo Rocha e coorientador Dalson Britto por todo suporte que obtive e que não foram apenas acadêmicos. A vocês eu devo mais do que poderei pagar. Muito obrigado.

Agradeço aos membros da banca Ernani Carvalho, José Alexandre e Ranulfo Paranhos por todo senso de contribuição, coleguismo e profissionalismo durante a fase de leitura e comentários na minha defesa. Quando eu crescer, quero ser como vocês. Muito obrigado.

Finalmente, mas não menos importante, eu gostaria de agradecer à minha família pelo incentivo e compreensão dos aproximadamente 6 anos de ausência em que me dediquei ao mestrado e doutorado. Para quase todos, foram momentos não tão felizes. A compreensão e expectativa de todos foram combustíveis essenciais ao longo da jornada.

Embora o final da jornada seja satisfatório, o processo foi muito mais importante. Muito obrigado à todos.

RESUMO

Qual o efeito da estrutura organizacional sobre o desempenho eleitoral dos partidos políticos? Testamos a hipótese de que a estrutura organizacional dos partidos políticos tem efeito positivo e significativo sobre seu desempenho eleitoral. Mensuramos a força da estrutura organizacional dos partidos políticos com base no tipo de órgão municipal, na quantidade de pessoal (*staff*) dentro dessas estruturas, da complexidade burocrática e da quantidade de filiados que o partido possui na cidade. Afim de cumprir com nossos objetivos, usaremos um banco de dados inédito sistematizado a partir de informações do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sobre organização dos partidos políticos brasileiros e resultados de eleições municipais brasileiras para os cargos de prefeito e vereador nas três disputas que se seguem à 2008, 2012 e 2016. Combinamos o uso de estatística descritiva, análise de mapas e multivariada para testar nossa hipótese de pesquisa. De acordo com os resultados encontrados: (1) a estrutura organizacional afeta positivamente o desempenho eleitoral de vereadores e prefeitos; (2) esse efeito varia em função do tamanho da cidade e do gasto de campanha.

Palavras-chave: Organização partidária. Estrutura organizacional. Desempenho eleitoral. Eleições municipais. Brasil.

ABSTRACT

What is the effect of the strength of the organizational structure on the electoral performance of political parties? We tested the hypothesis that the organizational structure of political parties has a positive and significant effect on their electoral performance. We measure the strength of the organizational structure of political parties based on the type of municipal body, the number of personnel (textit staff) within these structures, the bureaucratic complexity and the number of members that the party has in the city. In order to fulfill our objectives, we will use an unprecedented database systematized based on information from the Superior Electoral Court (TSE) on the organization of Brazilian political parties and the results of Brazilian municipal elections for the positions of mayor and councilor in the following three disputes to 2008, 2012 and 2016. We combined the use of descriptive statistics, map analysis and multivariate to test our research hypothesis. According to the results found: (1) the organizational structure positively affects the electoral performance of councilors and mayors; (2) this effect varies depending on the size of the city and campaign spending.

Keywords: Party organization. Organizational structure. Electoral performance. Municipal elections. Brazil.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Variação anual da identificação partidária	25
Figura 2 – Processo de formação dos órgãos de deliberação e direção dos partidos brasileiros	71
Figura 3 – Presença de órgãos partidários nos municípios	81
Figura 4 – Percentual de diretórios em relação às comissões	82
Figura 5 – Média do Staff por 10 Mil eleitores nos órgãos partidários	82
Figura 6 – Média da taxa de complexidade burocrática	83
Figura 7 – Média da taxa de filiados	84
Figura 8 – Distribuição do Staff e Filiados (com e sem log)	85
Figura 9 – Gini do Staff por partido e ano	86
Figura 10 – Gini dos Filiados por partido e ano	87
Figura 11 – Gini Filiados X Gini Staff	88
Figura 12 – BoxPlot gini Staff e Filiados por ano	88
Figura 13 – Taxa de Filiados por 10.000 Eleitores (menor gini)	90
Figura 14 – Taxa de Filiados por 10.000 Eleitores (maior gini)	91
Figura 15 – Desempenho Eleitoral por tipo de órgão (IC 95%)	96
Figura 16 – Votos (%) por tipo de órgão	97
Figura 17 – Staff e Votos por tamanho da cidade e ano	99
Figura 18 – Filiados e Votos por tamanho da cidade e ano	101
Figura 19 – Média dos votos por tipo de órgão e ano - prefeito	106
Figura 20 – Média dos filiados por resultado eleitoral - prefeito	108
Figura 21 – Interação	112
Figura 22 – Interação	113

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Frequência dos órgãos	79
Tabela 2 – Descritivos: Número do Staff por órgão	79
Tabela 3 – Descritivos: Número de divisões burocráticas por órgão	79
Tabela 4 – Descritivos: Membros sem cargo por órgão	80
Tabela 5 – Descritivos: Número de filiados por órgão	80
Tabela 6 – Correlação de Pearson	85
Tabela 7 – Lista de variáveis utilizadas	94
Tabela 8 – Vereadores eleitos (%) por partido e órgão (ic 95%)	96
Tabela 9 – Correlação Staff e Desempenho Eleitoral	98
Tabela 10 – Correlação Filiados e Desempenho Eleitoral	100
Tabela 11 – Estrutura e Votos para vereador	103
Tabela 12 – Frequência do tipo de órgão e resultado eleitoral	105
Tabela 13 – Estrutura e Votos (log)	107
Tabela 14 – Estrutura e votos para prefeito	110

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
1.1	Organização da Tese	13
2	DETERMINANTES DO VOTO E DESEMPENHO ELEITORAL	14
2.1	Introdução	14
2.2	Teorias dos determinantes do voto	15
2.2.1	Abordagens Sociológica e Psicológica	15
2.2.2	Abordagem da Teoria da Escolha Racional	18
2.2.3	Candidatos, partidos e campanhas	20
2.3	Determinantes do voto no Brasil: Presidente	21
2.3.1	Perfil socioeconômico e escolha eleitoral	22
2.3.2	Identidade Partidária e voto	24
2.3.3	As vantagens do Incumbente	27
2.4	Determinantes do voto no Brasil: Estados	30
2.4.1	Incumbentes, distribuição de recursos e conexão eleitoral	30
2.4.2	Financiamento e gasto de campanha	31
2.4.3	Alianças eleitorais	32
2.5	Determinantes do voto no Brasil: Municípios	34
2.5.1	Financiamento de campanha	35
2.5.2	Características dos candidatos	35
2.5.3	Partidos Políticos	37
2.6	Considerações Finais	38
3	PARTIDOS POLÍTICOS E ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA	40
3.1	Partidos e Organização: A teoria da Escolha Racional	40
3.1.1	Críticas à abordagem racional-institucional	44
3.1.2	Partidos como Organização	45
3.2	Organização Partidária: Modelos Partidários	49
3.2.1	Abordagem Clássica: Abordagem estrutural/organizacional	51
3.2.1.1	Partido de quadros e partidos de massa	52
3.2.1.2	Partidos <i>catch-all</i>	53
3.2.1.3	Partidos cartel	54
3.2.1.4	Crítica a abordagem clássica ou 'por quê não vinga mais?'	56
3.3	Organização Partidária: Abordagem multidimensional	57
3.3.1	Organização partidária como VI	59
3.3.2	Organização partidária e voto: efeitos e explicações	61
3.4	Considerações Finais	65

4	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DOS PARTIDOS BRASILEIROS: UMA AVALIAÇÃO EMPÍRICA	67
4.1	Introdução	67
4.2	Estrutura Organizacional: Exploração do conceito	67
4.3	A organização dos partidos políticos no Brasil	69
4.4	Estrutura e organização partidária na literatura brasileira . . .	73
4.5	Metodologia	75
4.5.1	Estrutura organizacional dos partidos políticos brasileiros	75
4.5.2	Coleta de dados	77
4.6	Resultados	79
4.6.1	Estrutura Partidária no Brasil: Descrição	79
4.6.2	Distribuição e correlações dos indicadores	84
4.7	Distribuição geográfica da estrutura organizativa	86
4.8	Considerações Finais	91
5	FORÇA ORGANIZATIVA E DESEMPENHO ELEITORAL NO BRASIL	93
5.1	Introdução	93
5.2	Dados e Métodos	94
5.3	Resultados	95
5.3.1	Disputa para Vereador	95
5.3.1.1	Tipo de órgão	95
5.3.1.2	Staff e Desempenho Eleitoral	97
5.3.1.3	Filiados e Desempenho Eleitoral	99
5.3.1.4	Modelos de regressão: vereador	101
5.3.2	Disputa para Prefeito	105
5.3.2.1	Modelos de regressão prefeito	108
5.3.2.2	Explorando interações	111
5.4	Considerações Finais	114
6	CONCLUSÃO	116
	REFERÊNCIAS	118

1 INTRODUÇÃO

O senhor(a) gosta de algum partido? O senhor(a) lembra em qual partido votou na eleição passada? Se você respondeu “Não” para pelo uma dessas perguntas não precisa se desesperar. De acordo com algumas pesquisas entre 55% e 65% dos eleitores não gostam de nenhum partido político (NICOLAU, 2015). Por outro lado, pelo menos 34% não se lembram em quem votaram para deputado federal. Somados respondentes que não lembram, indicam candidatos de outros cargos ou que não disputaram a eleição são cerca de 46,1% dos eleitores (PAIVA; TAROUÇO, 2011). Aliado a isso, a congruência no voto dos identificados partidariamente entre os diferentes cargos só é maior que 50% para as eleições de governador e presidente (SPECK; BALBACHEVSKY, 2016). Isto é: a norma é votar em partidos diferentes para cada um dos cargos.

Mas o que essas informações significam? O que elas podem nos dizer sobre os partidos e o sistema partidário? Ao somar-se a baixa identificação dos eleitores com os partidos e as características institucionais brasileiras, parte da literatura entendeu que essas estatísticas representavam uma debilidade severa dos partidos brasileiros que culminam na baixa capacidade desses atores tomarem as rédeas do processo político eleitoral e parlamentar (LAMOUNIER; MENEGUELLO, 1986; MAINWARING, 2001; AMES, 2003). Contudo, avanços na literatura encontraram evidências que contrapõe essa visão de que partidos pouco ou nada importam.

Os estudos da relação executivo-legislativo concluíram que os partidos políticos são elementos essenciais na resolução dos problemas de ação coletiva inerente à gestão governamental, seja na ação parlamentar dentro das bancadas, na relação entre coalizões de governo e oposição, seja na apreciação de matérias dentro e fora das comissões (FIGUEIREDO; LIMONGI, 1999; PEREIRA; MUELLER, 2003). Viveríamos a tensão dos partidos fracos na arena eleitoral, mas fortes na arena parlamentar (PEREIRA; MUELLER, 2003). Estudos recentes, contudo, têm encontrado evidências que os partidos políticos desempenham algum papel relevante também nas eleições.

No nível do sistema partidário têm-se observado maior institucionalização seja em termos de volatilidade eleitoral, seja na idade dos partidos que continuamente lançam candidaturas (TAROUÇO, 2010). Além disso, mais recentemente argumenta-se em favor da tese da consolidação da estrutura da competição partidária, principalmente nas disputas presidenciais, mas não somente (MELO; CÂMARA, 2012). No nível dos partidos existem esforços na direção de avaliar a lógica das coligações e o tempo de propaganda gratuita (LIMONGI; CORTEZ, 2010; MELO; CÂMARA, 2012; SANDES-FREITAS, 2016), o tamanho dos partidos baseado na sua força eleitoral ou legislativa (DANTAS; PRAÇA, 2010; NASCIMENTO et al., 2016), bem como, a capacidade de articulação partidária entre os diferentes níveis de disputa (AVELINO; BIDERMAN; BARONE, 2012).

Em comum, todos esses estudos lidam com um fato empírico um tanto paradoxal: mesmo em um cenário onde deveriam predominar políticos individualista, de partidos fracos, não enraizados, de baixa representatividade, uma pequena fração deles monopoliza os governos estaduais, concentram a maior quantidade de prefeituras e formam maiorias parlamentares. Nos fim das contas, identificação com um partido não é um bom indicador da importância deles, principalmente na arena eleitoral.

Neste trabalho defendemos a tese de que a estrutura organizacional dos partidos importa para explicar sua performance nas eleições. Em termos técnicos, testamos a hipótese de a estrutura organizacional dos partidos exerce efeito positivo e significativo sobre o desempenho eleitoral dos partidos mantendo tudo o mais constante. A empreitada coletiva de um partido político exige um esforço organizativo de mesmo tamanho. Por sua própria natureza a organização é construído composto por diversos recursos de diversas natureza. Por exemplo: sua sede, os membros, os simpatizantes, os recursos financeiros, as lideranças, entre outros. Esses recursos, organizacionais, têm capacidade de impulsionar o desempenho dos partidos. Isto pode ocorrer por diversas razões.

A primeira condição organizativa a ser cumprida para competir em uma eleição é estar presente. É nessa sede que as atividades serão discutidas e as estratégias montadas. É um local para reunião dos membros e serve como uma bandeira indicando a existência do partido em um dado local. Contudo, para o funcionamento dessas bases, é necessário recursos financeiros e humanos para desempenhar as funções necessárias. Do ponto vista eleitoral, uma base, membros e simpatizantes afeta a mobilização do eleitorado. Em primeiro lugar, uma estrutura organizativa mais forte tem maior capacidade de aumentar o contato com o eleitorado de maneira geral, seja porque ele já entrincheira seus filiados, seja porque acessa suas redes de contatos primários. Uma estrutura organizacional fixa e forte pode exercer efeitos de persuasão junto ao eleitorado local dado que sua estabilidade aumenta a confiança do público a seu respeito (TAVITS, 2013). Ainda existem outras formas com o que a organização pode afetar as eleições, por exemplo, na seleção de candidatos e líderes políticos competitivos, bem como, na mobilização de pessoal, técnicos e financiadores.

Porém, saber se organização importa de fato é uma questão eminentemente empírica. Há razões teóricas para acreditarmos que sim, mas a realidade empírica impõe diversos limites. Esses limites podem ser institucionais (como sistemas eleitorais que enfraquecem os partidos, que são altamente desproporcionais, que financiam que desigualmente os partidos), sociais (questões étnicas, econômicas, controle da oposição política), estratégicas (fortalecimento de organizações em localidades ou condições específicas). No caso brasileiro, ainda não existem estudos que sistematicamente testam o efeito das organizações partidárias nos resultados eleitorais. Defendemos que uma parte desses resultados não são de responsabilidade única dos candidatos, como financiamento eleitoral.

Para responder qual o efeito da estrutura organizacional partidária sobre o desem-

penho eleitoral construímos uma base inédita com informações oficiais sobre a existência de base local, seus membros e filiados em todos os municípios brasileiros. Estimaremos como cada um desses indicadores afetam o desempenho eleitoral de prefeitos e vereadores nas eleições de 2008-2016 com modelos de regressão linear e modelos hierárquicos.

1.1 Organização da Tese

Esta tese está organizada em mais 4 capítulos e as considerações finais. O capítulo 2 lida com nossa variável dependente, o desempenho eleitoral. Nele abordaremos algumas questões clássicas que fundamentam as principais escolas de investigação. Nosso foco aqui são dois: (1) identificar quais são as principais escolas explicativas do voto; (2) quais são as principais variáveis avaliadas empiricamente que afetam significativamente o desempenho eleitoral. Esta é uma tese sobre o Brasil, embora não ignoremos a literatura comparada, os estudos empíricos avaliados são principalmente aqueles que lidam com nossas eleições. Este capítulo é essencialmente para justificar as variáveis de controle selecionadas.

No capítulo 3 revisamos a bibliografia referente ao estudo das organizações partidárias em si. Deliberadamente, nossa seleção foi guiada pelos estudos que analisam os partidos como organizações e que tentam, de algum modo, identificar sua constituição interna. Além disso, enfatizamos aqueles estudos que veem as organizações como variáveis independentes e avaliam isso empiricamente. Uma parte relevante da produção acadêmica sobre organizações partidárias se preocupou com elaborações conceituais robustas, mas pouco sobre se e como seus modelos se ajustavam a realidade. Embora tenhamos dado espaço a essa produção, dialogaremos diretamente com trabalhos que se esforçam para testar suas proposições. Desse modo, acreditamos que poderemos contribuir para essa literatura e conhecimento acumulado sobre organizações partidárias reais.

No capítulo 4 nos detemos exclusivamente sobre a estrutura organizacional dos partidos políticos brasileiros. Fazemos uma breve revisão sobre os aspectos legais que regulam criação desses órgãos no Brasil, bem como fazemos uma breve apresentação da literatura brasileira que tem analisado a temática. Nosso objetivo central é mensurar de forma adequada e comparativa a força da estrutura organizacional dos partidos políticos em nível municipal. Além disso, apresentamos como esses indicadores variam entre partidos, estados e regiões do país.

No capítulo 5 respondemos empiricamente a questão de pesquisa. Avaliamos nossos dados, criamos e apresentamos modelos econométricos que visam averiguar se e em que condições a força da estrutura local dos partidos é capaz de afetar o desempenho eleitoral dos partidos nas disputas para prefeitos em três eleições (2008 à 2016). Finalmente, na última seção tecemos nossas considerações finais.

2 DETERMINANTES DO VOTO E DESEMPENHO ELEITORAL

2.1 Introdução

Nosso objetivo neste trabalho é avaliar o efeito das organizações partidárias sobre o desempenho eleitoral dos partidos políticos. Nesse sentido precisamos controlar essa relação por outros fatores. Neste capítulo revisamos as principais explicações do desempenho eleitoral enfatizando os estudos sobre o Brasil. Falar em desempenho eleitoral não é uma tarefa simples do ponto de vista conceitual e empírico, uma vez que existe uma multiplicidade de formas abordá-lo e, principalmente, operacionalizá-lo. Enquanto o desempenho eleitoral em si está relacionado à algum *output* da disputa eleitoral, ele pode ser pensando como resultado da atuação dos demandantes (eleitores) ou dos ofertantes (partidos, candidatos), tendo como pano de fundo o contexto social e institucional. Nesse sentido, para cada uma dessas dimensões, uma abordagem explicativa do desempenho eleitoral.

Embora existam grandes teorias do comportamento eleitoral, muitas variáveis têm sido inseridas nas análises explicativas do voto sem uma teoria bem desenvolvida por traz. Em conjunto, variáveis relacionadas ao voto pessoal, atributos dos candidatos e das campanhas podem afetar significativamente a decisão eleitoral (ARZHEIMER; EVANS; LEWIS-BECK, 2017). As teorias precisam ser combinadas para dar conta de um fenômeno complexo e os pesquisadores precisam complexificar metodologicamente seus trabalhos para poder controlar variáveis que afetam direta ou indiretamente uma determinada relação (ARZHEIMER; EVANS; LEWIS-BECK, 2017).

Por outro lado, empiricamente o desempenho eleitoral pode ser mensurado de diversas maneiras, principalmente ao variar-se a unidade de análise (candidatos, partidos, coligações). Nesse sentido, votos ganhos, acentos conquistados, ter sido eleito ou não, formar ou não um governo, taxa de sucesso, e outros, podem ser usados como medidas de desempenho eleitoral (JANDA; COLMAN, 1998a; POMPER, 1990). Nesta revisão lidaremos, portanto, com variáveis explicativas que tomam o eleitor como ponto de referência (ou as teorias dos determinantes do voto), variáveis de nível individual dos candidatos e partidos, bem como, variáveis institucionais (estudos preocupados com desempenho eleitoral independentemente da tomada de decisão do eleitor). Essas explicações servirão como base para debatermos os resultados empíricos dos estudos eleitorais brasileiros. Esses últimos serão utilizados como parâmetros para controlar o efeito da organização partidária sobre o voto nos capítulos seguintes.

Na próxima seção fazemos um breve resumo das principais correntes explicativas do desempenho eleitoral, isto é, não somente englobando o lado dos demandantes. Nas seções seguintes avaliamos os estudos eleitorais brasileiros buscando identificar quais são

as explicações prévias do voto no Brasil nos três níveis de disputa eleitoral. Finalmente tecemos nossas considerações finais.

2.2 Teorias dos determinantes do voto

2.2.1 Abordagens Sociológica e Psicológica

A abordagem de cunho sociológico têm seu foco explicativo nas características socioeconômicas dos indivíduos. Segundo essa abordagem, o pertencimento a determinados grupos seriam as variáveis definidoras das escolhas partidárias (MILLER; NIEMI, 2002; ARZHEIMER; EVANS; LEWIS-BECK, 2017)¹. Nesse sentido, essa escola avalia o voto como resultado de predisposições e determinantes estruturais. Nos seus termos, os eleitores estão imbuídos de valores, crenças e atitudes específicos de seus grupos de pertencimento. Essas características grupais agem de modo a socializar os indivíduos politicamente e a predeterminar suas escolhas. Sendo o perfil socioeconômico das famílias, a classe social e outros agrupamentos como sindicatos, religiões e etnicidade pontos centrais de diversos estudos dessa natureza (ARZHEIMER; EVANS; LEWIS-BECK, 2017).

Uma das aplicações mais conhecidas dessa abordagem é a das clivagens sociais de Lipset e Rokkan (1967). Segundo essa teoria as elites mobilizavam os conflitos de classe social (capital/trabalho, rural/urbano, secular/religioso) que estruturavam o conflito social no contexto europeu. Assim o sistema partidário se estruturava segundo essas divisões. O voto dos trabalhadores, urbano e secular esteve atrelado aos partidos socialistas e comunistas. A ideologia representa aqui uma relação sociológica uma vez que ela é desenvolvida ao longo da formação social dos indivíduos, tendo o grupo familiar grande influência. Crenças a respeito da relação estado/sociedade/economia são os elementos ideológicos mais marcantes nas disputas eleitorais.

Para essa corrente, pessoas agem politicamente da mesma forma que são socialmente. Isto é, ao conhecer os grupos de pertencimento, sabe-se as opções eleitorais viáveis dos indivíduos. Estes agem de acordo com o comportamento aceitável nos seus grupos, a partir de pressões internas (BARTELS, 2010; ANTUNES, 2010). O voto de clivagem é mais conhecido como voto classista, mais especificamente. Eleitores apoiam partidos que possuem como bandeira a representação de sua camada social. Avalia-se, predominantemente as faixas de renda de uma população, por exemplo: classe baixa, média e alta. O voto da classe baixa sempre esteve atrelado aos partidos trabalhadores de ideologia socialista (EVANS, 2017).

Por exemplo, a ideologia é uma variável representante dessa tradição sociológica (mas não só) e continua a ser usada como referência para o voto. Os eleitores podem possuir e se identificar com valores específicos e usar essa orientação para tomar decisões eleitorais.

¹ Para uma revisão que abarca os fundamentos da escola sociológica de Michigan ver Bartels (2010), Antunes (2010). Nesses estudos você terá acesso aos procedimentos e objetivos dos primeiros estudos sociológicos coordenados por Paul Lazarsfeld, Bernard Berelson e companhia.

Tradicionalmente os partidos tomam posição frente a distribuição desses valores entre os eleitores. Têm-se comumente pensando a ideologia com base nas eurísticas de esquerda e direita, sendo o contexto europeu aquele que apresenta maior ajuste. Recentemente essas eurísticas são avaliadas com base em diversas dimensões, por exemplo a dualidade igualitarismo / livre mercado e liberais / autoritários (MILLER; NIEMI, 2002).

Outras variáveis são importantes nas explicações sociológicas, mas com efeitos contraditórios. O gênero entrou tarde na discussão, mas é uma variável presente nos estudos comparativos. É importante frisar que seu efeito não é uniforme, nem constante. Mulheres já foram marcadas por apoiar candidaturas conservadoras e progressistas em diferentes países e épocas (CAMPBELL, 2017). Além disso, dado seu contingente eleitoral esse tipo de investigação não pode ser desprezado. O voto das mulheres variam, portanto, entre países, ideologia partidária e candidaturas femininas não havendo um padrão comparativo (CAMPBELL, 2017).

A religião como um fenômeno macro-sociológico também foi amplamente abordado como determinante do voto, principalmente na Europa (LIPSET; ROKKAN, 1967). Embora tenha perdido força na metade do século XX em diante, recentemente ganhou força com o movimento do eleitorado na direção de partidos radicais de direita (ELFF; ROBTEUTSCHER, 2017). A religião pode ser um veículo importante para escolha eleitoral uma vez que ela atua na esfera dos valores. Além disso, conflitos religiosos afetam a competição política sobremaneira. Contudo, nem sempre essas clivagens são mobilizadas pelos partidos políticos. No contexto europeu, protestantes têm apoiado partidos conservadores, enquanto católicos se dividem entre estes e os trabalhistas (ELFF; ROBTEUTSCHER, 2017).

Boa parte dos apontamentos da abordagem sociológica foram contestados ao longo do tempo. Tanto fatores demográficos perderam força dado a heterogeneidade, quanto o aumento da importância de fatores de curta duração. Algumas das críticas às explicações sociológicas direciona-se ao seu perfil determinista, por um lado, e a falta de variáveis que lidem com as variações no curto prazo, por outro lado. O fato é que não há um movimento claro da direção do impacto de muitas dessas variáveis em todos os contextos e desenhos institucionais distintos (MILLER; NIEMI, 2002; ARZHEIMER; EVANS; LEWIS-BECK, 2017; EVANS, 2017; CAMPBELL, 2017; ELFF; ROBTEUTSCHER, 2017).

Explicações psicológicas vieram inicialmente como uma contraposição às sociológicas. Seu objetivo principal era abarcar tanto explicações de longa duração (tais como as sociológicas), quanto de curta duração. Os principais determinantes do voto para essa escola, conhecida também como modelo de Michigan, estavam na atitudes dos eleitores frente ao mercado político. Entre as razões abordadas destacaram-se a identificação partidária, as *issues* no momento da eleição e a orientação em relação aos candidatos no pleito (CAMPBELL et al., 1980; LEWIS-BECK et al., 2008) ². Essas variáveis em conjunto

² Para uma exploração do surgimento e dos objetivos da escola de Michigan de comportamento eleitoral ver Lewis-Beck et al. (2008), Bartels (2010), Antunes (2010).

sobressaem-se às variáveis de cunho sociológico citadas acima (NIEMI; WEISBERG; KIMBALL, 2001).

Para essa teoria, a identificação partidária é o principal preditor do voto. Para eles, essa identificação é um elemento de vinculação psicológica, afetivo, emocional, de longa duração. É desenvolvida por meio da socialização no ambiente familiar e nas relações mantidas entre esses indivíduos e seu agrupamento social. No entanto, diferente da classe social esses agrupamentos podem ser de referência. Isto é, mesmo não pertencendo, mas sendo valorizado por esses indivíduos ou pessoas influentes nos grupos. Os eleitores usam essa identificação como um filtro, para avaliar as candidaturas. Os partidos funcionam, em certo sentido, como um atalho informacional para o eleitores. A identificação partidária é, pois, uma predisposição dos indivíduos em relação aos partidos. O grau de afinidade com os partidos não só é importante para o voto, como tornou-se um dos principais indicadores de institucionalização dos sistemas partidários nas democracias de terceira onda (MAINWARING, 2001).

Os autores dessa corrente apresentam seu modelo com base na abstração de um funil, funil de causalidade. Na entrada encontram-se variáveis de formação do sujeito (aquelas tipicamente sociológicas) que afetam a formação da identificação partidária. Próximas à saída estão variáveis de curta duração frequentemente associadas às campanhas eleitorais. Estas são afetadas pelo partidarismo. Para a escola de Michigan, as campanhas afetam significativamente as opções eleitorais já que envolvem uma série de fatores como a identidade dos candidatos e mobilização de temas influentes, bem como, a mídia no processo. Finalmente, a saída do funil é a decisão (NIEMI; WEISBERG; KIMBALL, 2001; LEWIS-BECK et al., 2008; ANTUNES, 2010). Segundo os autores, mudanças na identificação partidária no nível individual são raras (CAMPBELL et al., 1980) já que ela se constitui de fatores sociais, espera-se, assim, maior estabilidade do sistema partidário.

Ao longo da década de 70 a identificação partidária perdeu força como uma das explicações mais importantes para o voto devido o declínio no apoio e filiação aos partidos (DALTON; WATTENBERG, 2002a; ANTUNES, 2010). Contudo, ainda hoje ela é utilizada como variável que não pode-se abrir mão quando o assunto é comportamento eleitoral. Seu efeito, contudo, varia em função dos modelos institucionais e qualidade democrática (MAINWARING, 2001). Além disso, para o modelo de Michigan, fatores de curta duração podem afetar a escolha do eleitor e não sua identidade. Eventos que ocorrem durante a campanha, o contexto de forma geral e a saliência de questões importantes podem fazer o eleitor mudar de opção (em alguns contextos, um partido de sua opção pode inclusive nem estar disputando o pleito) na eleição específica, mesmo mantendo sua identificação partidária.

Os estudos sobre os determinantes do voto tiveram uma escalada, principalmente, após as publicações relacionadas as abordagens sociológicas da escola de Colúmbia e psicológicas, da escola de Michigan. Essas duas abordagens continuam influentes ainda

hoje, mas com menor impacto do que durante os últimos 20 anos do século XX. A coesão teórica dessas escolas não conseguiam manter poder explicativo satisfatório sem sacrificar a sua validade enquanto postulado teórico. O que temos atualmente, é de certo, uma multiplicidade de pequenos fatores que variam em seu poder explicativo, mas em conjunto conseguem alcançar boa parte da variação do fenômeno eleitoral (ARZHEIMER; EVANS; LEWIS-BECK, 2017; MILLER; NIEMI, 2002). Tanto variáveis sociológicas, quanto psicológicas são usadas em modelos econométricos sem fazer menção a um teste de teoria sociológica/psicológica respectivamente.

2.2.2 Abordagem da Teoria da Escolha Racional

A teoria da escolha racional também é aplicada para explicar o comportamento eleitoral. Pelo menos desde o clássico de Downs (2013) essa abordagem conta com extenso desenvolvimentos. Como já amplamente difundido, a teoria da escolha racional aplica os seus pressupostos aos atores políticos, interpretando a política como um mercado. No campo eleitoral, partidos políticos podem ser pensados como empresas e eleitores como consumidores. Os pressupostos a serem assumidos aqui são: (1) todos os atores buscam maximizar algum objetivo e usam os meios mais eficientes para isso; (2) os atores no mercado eleitoral são responsivos e possuem posições críveis; (3) o resultado da disputa eleitoral é incerto, de modo que tanto eleitores quanto partidos estão seguros da existência de competição ³.

No pleito eleitores maximizam a chance de que o governo eleito seja aquele mais próximo de sua posição em uma escala. O retorno dessa proximidade são políticas públicas mais semelhantes às suas preferências. Por outro lado, partidos políticos maximizam votos já que este é o meio direto para tomar posse do aparato do estado. É importante frisar que segundo Downs (2013), os partidos buscam votos como meio e não como fim. O principal objetivo é tomar posse do poder político por N motivos (prestígio, poder, etc). Com objetivos claros, os partidos no governo criarão políticas que os ajudem a maximizar os votos para sua reeleição. Os eleitores usarão seu voto para premiar ou punir o governo.

Estes termos já fazem parte de uma agenda bastante importante do comportamento eleitoral: o voto econômico. Nessa versão da teoria, eleitores usariam as eleições como referendo: avaliando retrospectivamente o mandato do incumbente. Por outro lado, eleitores são também preocupados com seu futuro, avaliando quais as chances de que o incumbente conseguirá manter o bom desempenho nos próximos anos, votando assim prospectivamente (DOWNS, 2013; FIORINA, 1978).

A suposição de que eleitores irão usar o voto para avaliar o desempenho do governo parte da premissa de que os eleitores estão mais interessados nas políticas do que na ideologia (FIORINA, 1978). Isto é, embora o eleitor use a ideologia como uma heurística para avaliar

³ Para uma introdução a teoria da escolha racional aplicada à Ciência Política ver Bonchek e Shepsle (1996), Tsebelis (1998).

sua proximidade em relação aos políticos, será seu desempenho o critério definidor da decisão eleitoral. Contudo, na política democrática moderna é extremamente custoso se manter informado sobre a atuação do governo e de todas as políticas implementadas. Além disso, dada a complexidade dos temas, poucos eleitores teriam a capacidade de avaliar o efeito de cada política pública. Indivíduos são assim limitados no que tange a quantidade de informação que podem adquirir e processar (DOWNS, 2013). É necessário, portanto, alguns atalhos. A teoria do voto econômico, em versões mais simples, assume que o eleitor avalia o desempenho da economia durante um governo. Se o desempenho foi negativo tendem a tornar suas críticas à gestão governal mais severa. Isto é, se o saldo é positivo, mantém-se o governo, se não, vota-se contra ele (LEWIS-BECK; STEGMAIER, 2000).

Em estudo já clássico, Fiorina (1978) encontrou resultados interessantes sobre a validade do voto retrospectivo nos Estados Unidos: (1) em eleições presidenciais os eleitores que avaliaram o estado da economia e o seu próprio como bom tinham probabilidade maior de votar com o incumbente; (2) esse resultado não pôde ser verificado em eleições congressuais; (3) a avaliação econômica não afetou significativamente o comparecimento. Por sua vez, Lewis-Beck e Stegmaier (2000) avaliam o fato de que resultados políticos dependem também de variáveis políticas. Nesse sentido, apresentam efeito positivo direto do crescimento econômico sobre o voto no incumbente, mas também efeito positivo da popularidade do presidente.

O voto econômico é muito forte nos Estados Unidos mais também é avaliado constantemente em contexto comparativo. Em estudos de países com democracias avançadas foi encontrado efeito da economia sobre o voto (desemprego e inflação) em contextos onde a clareza de responsabilidade era maior (POWELL; WHITTEN et al., 1993; LEWIS-BECK, 1986; LEWIS-BECK; STEGMAIER, 2000) - em situações contrárias o desempenho da economia não afetou significativamente o voto ⁴. Em suma, existem evidências empíricas para as teses do voto econômico e seu *background* teórico de comportamento racional do eleitor em nível comparativo.

Por outro lado, diversos trabalhos questionam as suposições da teoria da escolha racional aplicada ao comportamento eleitoral. Um desses questionamentos baseia-se na ideia de que os eleitores avaliam o governo retrospectivamente, mas não prospectivamente. Do mesmo modo, encontra-se evidências empíricas deste efeito para avaliações da economia em escala nacional, mas não em escala individual (LEWIS-BECK; STEGMAIER, 2000, p. 194). Uma crítica recorrente é a de que independentemente do efeito da economia, o eleitor não cumpre os critérios mínimos da teoria escolha racional. Nesse sentido, o efeito da economia existe, mas o eleitor votou por outros motivos que não sua avaliação racional do bem estar (ANTUNES, 2010).

É importante, contudo, salientar algumas implicações desses achados. Em primeiro

⁴ Existem evidências contrárias à tese da clareza de responsabilidade no contexto europeu. Ver por exemplo, Lewis-Beck e Stegmaier (2000, p. 2009).

lugar, para nosso trabalho é importante considerar que enquanto eleitores têm a opção de punir/premiar o incumbente pela performance da economia, os governantes na maioria das vezes não possuem mecanismos para controlá-la - principalmente em termos de desempenho macroeconômico. Por isso, desenvolveu-se outras perspectivas para avaliar os mecanismos as mãos do incumbente efetivamente (gastos públicos, contratos, etc). Em segundo lugar, nem todos os políticos tomam decisões com impacto direto na economia. Por exemplo, no Brasil parlamentares sofrem sérias restrições no que tange matérias orçamentárias. Finalmente, o desempenho da economia varia entre os níveis organizativos de um país: é comum avaliar-se o desempenho macroeconômico nacional, contudo o desemprego (se não associado à crises nacionais) pode atingir apenas algumas regiões do país ou setores econômicos específicos. Nesse sentido, é difícil para o eleitor identificar qual incumbente deverá ser avaliado para punir eleitoralmente.

Se todos esses problemas existem, por que esse modelo teórico é tão utilizado? Podemos argumentar que todos os modelos alternativos sofrem de problemas específicos. Além disso, as suposições da escolha racional têm bastante poder explicativo no que tange ao desempenho econômico nacional, bem como voto estratégico (coordenação eleitoral) e volatilidade eleitoral (ao invés de explicações sociológicas, por exemplo). Além disso, essa teoria salienta o fato de que as eleições são um mecanismo de agregação onde disputam diversos atores. Trazer à luz o elemento estratégico dos pleitos contribui para nosso entendimento do que está em jogo. Na próxima seção, apresentamos explicações que se baseiam em pressupostos de racionalidade, ora restrito ou mais flexíveis.

2.2.3 Candidatos, partidos e campanhas

As três abordagens que apresentamos, em conjunto, resumem as abordagens teóricas mais utilizadas para explicar o comportamento eleitoral. O fato de que a tomada de decisão depende de múltiplos fatores permitiu que a literatura se desprendesse de modelos puros e caminhasse na direção de modelos mais complexos que integram variáveis de todos os campos. Além disso, os estudos eleitorais vivem sempre a tensão entre eleitor / candidatos e a interação estratégica que ocorre nas eleições. Nosso trabalho, parte do princípio de que os ofertantes são atores centrais na política e são capazes de afetar os cálculos do voto do cidadão. A literatura já avançou consideravelmente nessa direção.

Os incumbentes não são avaliados simplesmente pela performance da economia. Além disso, existem incumbentes no legislativo também. A tese da conexão eleitoral postula que parlamentares usam seus mandatos para maximizar sua chance de reeleição (MAYHEW, 1974). Nesse sentido, os candidatos tendem a personalizar sua atuação e passar seu mandato tentando distribuir recursos para suas bases eleitorais e tomar crédito por essas e outras ações. Parlamentares portanto possuem recursos para distribuir para bases eleitorais, podem tomar crédito por ações governamentais, podem tomar posição em relação à políticas salientes e possuem um passado para usar como currículo / reputação.

Em pelo menos tudo isso, o incumbente está na frente da maioria dos desafiantes.

Campanhas eleitorais são importantes para o resultado do pleito. Desde os clássicos do comportamento eleitoral investiga-se até que ponto a propaganda é decisiva para ganhar eleições. Numa campanha partidos e candidatos estão interessados em manter suas bases e convencer novos eleitores. Nesse sentido, muita atenção tem sido devotada no peso que o financiamento possui sobre os resultados. Campanhas modernas são dependentes de recursos. Normalmente, apela-se para milhares de pessoas espalhadas em grandes distritos. Além disso, disputa-se com candidatos altamente competitivos. A literatura, já clássica, classifica o gasto de campanha como um dos principais preditores do total de votos de um candidato. Para cada dólar investido, maior a proporção de votos. Além disso, sabe-se que o efeito do dinheiro não é homogêneo, embora aproxime-se do linear em diversos contextos. O gasto dos desafiantes são mais efetivos dos que os dos incumbentes (JACOBSON, 1978) e estes frequentemente concentram as doações de grandes empresas. O fato empírico do poder preditivo do dinheiro sobre os votos explica também as intensas reformas nas regras de financiamento e o debate teórico acerca do pêndulo da balança na direção dos incumbentes (ABRAMOWITZ, 1991).

Toda explicação de uma eleição possui um elemento institucional. Isto é, as escolhas são constrangidas por regras de natureza diversa. É sabido que eleições majoritárias de turno único possuem características distintas das proporcionais. Nesse sentido, o eleitor pode deixar de votar segundo suas preferências, adiantando uma derrota, e escolher melhores opções. Por outro lado, eles podem nem mesmo ter os partidos de suas preferências disponíveis para voto. Atores políticos podem evitar lançar candidaturas que não são competitivas. Mas para evitar a vitória de um extremo ideológico podem não lançar candidaturas e aliar-se com o partido mais próximo na escala.

Em conjunto todas essas abordagens teóricas e variáveis avulsas são mobilizadas para explicar eleições em contextos diversos. Nas seções abaixo procuramos apresentar quais são e como são utilizadas as variáveis para explicar o voto no Brasil. Ao final, queremos selecionar um conjunto de variáveis para controlarmos o efeito dos partidos sobre o voto nas eleições municipais.

2.3 Determinantes do voto no Brasil: Presidente

Os estudos eleitorais é uma área tradicional da Ciência Política. Embora de longa data, apenas mais recentemente a produção ganhou maturidade e conhecimento acumulado. Isso ocorre principalmente por vivermos sob o maior período democrático da nossa história, mas também pela crescente disponibilização de dados seja de fontes públicas ou privadas. De modo que diversas fontes de dados agregados e micro dados de *survey* estão disponíveis. Essas informações, contudo, datam mais recentemente dos anos 2000 deixando a década anterior com pouca cobertura em alguns aspectos.

A partir dos anos 2000 os estudos eleitorais proliferaram por aqui adotando o

pluralismo de abordagens teóricas e metodológicas. Nesse cenário, se destaca o uso de *surveys*, por um lado, e os dados eleitorais agregados por outro. Abaixo revisamos os achados mais importantes desse campo salientando suas variáveis explicativas e os cargos em análises. Usamos como fonte de consulta os artigos encontrados a partir de uma busca no *Google Scholar* ⁵. Usamos os seguintes termos: "determinantes do voto"+ "explicações de voto"+ "desempenho eleitoral"+ "eleições"+ "brasil". O mecanismo do Google retorna os artigos mais citados em relação à busca. Com base nesses artigos adicionamos aqueles frequentemente citados pelos anteriores. Finalmente, adotamos ainda um critério temporal: apenas artigos dos últimos 20 anos seriam lidos. Além disso, enfatizamos aqueles com análises empíricas, principalmente de perfil explicativo.

Dividimos essa revisão em mais quatro seções, uma para cada arena de disputa: presidencial, estadual e municipal. É importante frisar que estudos de comportamento eleitoral tipicamente enfatizam as primeiras. Por certo, essa literatura é mais vasta, possui mais aportes teóricos, metodológicos e evidências empíricas. Para não ficar repetitivo, na seção que revisa outras arenas enfatizamos mais as variáveis, modelos e limitações dos achados empíricos. A estratégia se justifica já que discutimos os aportes teóricos dos estudos de comportamento eleitoral na primeira seção. Na última seção teceremos nossas considerações finais acerca do conteúdo apresentado e situamos mais especificamente os partidos políticos nessa agenda e no nosso trabalho.

2.3.1 Perfil socioeconômico e escolha eleitoral

O perfil socioeconômico é a principal variável explicativa do modelo sociológico de escolha eleitoral. No Brasil, no entanto, os testes dessa teoria são menos alusivos à ela. Estudos empíricos de comportamento eleitoral normalmente inserem essas variáveis como controles em testes de outras variáveis. Poucos estudos os avaliam como teste de teoria. Isto é, não estão especificamente interessados em algum ponto tradicional da teoria do comportamento eleitoral dentro da abordagem sociológica. Nesse sentido, existe uma multiplicidade de resultados disponíveis nos trabalhos acadêmicos e vamos salientar os principais achados evitando ser repetitivo.

Júnior (2009) pode ser considerado um dos poucos que levou a cabo uma investigação empírica sistemática tendo como parâmetro a sociologia eleitoral no Brasil. Ele avalia as eleições presidenciais realizadas entre 1989 e 2006 com base em dados de *surveys*. O autor estava interessado em saber se PT e PSDB possuem bases sociais ao longo desse período. Para isso, avalia a associação entre sexo, raça, renda, se é economicamente ativo, escolaridade, religião, região do país e tipo de cidade. De acordo com seus resultados, em termos gerais conhecer o perfil socioeconômico dos eleitores não ajuda a predizer seu voto de maneira significativa. Essa conclusão precisa ser qualificada. Embora seu efeito, às vezes a significância, não se mantenham ao longo das eleições, observa-se que o eleitor do PSDB

⁵ Disponível em: <<https://scholar.google.com/>>.

possui maior grau educacional, estão em melhores condições econômicas, são mais brancos e estão no Sul e Centro-Oeste do país. Enquanto petistas são o contrário disso e católicos em sua maioria.

O efeito da religião pode ser considerado um dos mais estáveis em eleições presidenciais brasileiras. Via de regra, católicos votam no PT. Mas, mais importante é que evangélicos tendem a apoiar outros partidos que não o PT. Além disso, candidatos que se apresentam como evangélicos tendem a receber significativamente maior apoio do eleitorado protestante. Isto é, evangélicos votam majoritariamente em candidatos do mesmo grupo. Os resultados indicaram que tanto Garotinho (PSB) em 2002, quanto Marina em 2010 (PV) se beneficiaram desses eleitores (NICOLAU, 2014). Por outro lado, Nicolau (2014) avaliou dados agregados por municípios e os relacionou com a votação dos candidatos a presidente. A religião pentecostal parece crescer em importância quando figuras evangélicas importantes disputam as eleições, não parecendo afetar significativamente a votação de PT e PSDB. Esses achados vão contra as pesquisas de *surveys* citadas ao longo dessa seção ⁶.

Embora de maneira pouco sistemática a educação pareceu importar ao longo das eleições presidenciais. Kinzo (2005) identificou que eleitores mais educados apresentaram maior probabilidade de possuir identificação partidária e que eram identificados com o PT em 2002. Nas eleições seguintes, contudo, os menos educados passaram a votar nos candidatos petistas (VEIGA, 2011). Mas a escolaridade pareceu afetar de maneira mais clara a votação de Marina Silva (PV). Quanto mais educado, maior a chance de um eleitor votar em Marina em comparação com Dilma Rouseff (PT) (NICOLAU, 2014). Nesse sentido, a educação não afeta sistematicamente (eleição após eleição) a votação dos candidatos de modo a ser um perfil consolidado. Antes, parece contextual.

Renda é uma das variáveis mais consolidadas nesse tipo de estudo. Nas eleições presidenciais houve mudanças significativas em relação ao seu efeito. Enquanto o eleitor do PT no período até 2002 possuía maior renda, a partir de 2006 o partido passou a contar com maior apoio dos pobres. Porém a renda perde efeito em 2010 segundo dados de Braga e Pimentel Jr. (2011) e Ribeiro, Carreirão e Borba (2011). Peixoto e Rennó (2011) trouxeram uma nova variável ao debate. Seu principal alvo é estimar o efeito da mobilidade social sobre o voto. Os autores argumentam que a sensação de ascensão social é o mecanismo que explica a relação entre desempenho econômico do governo e a escolha eleitoral. Os autores salientam que isso seria válido para qualquer governo, e não apenas os petistas. Eles lidam com os possíveis efeitos da renda sobre o voto. Mais especificamente, seria uma avaliação do peso do voto classista (SINGER, 2000). Segundo Peixoto e Rennó (2011) a renda não exerce efeito explicativo na escolha eleitoral, mas a sensação de mobilidade social sim.

Por outro lado, usando dados agregados, a votação de PT e PSDB em eleições

⁶ É importante salientar que o candidato Cabo Daciolo (PST) em 2018 era evangélico pentecostal, mas uma candidatura não competitiva (1,26% dos votos). Nessa mesma eleição, Marina Silva (REDE) viu seu apoio eleitoral desmoronar para 1% dos votos. Esses resultados ainda não foram avaliados do ponto de vista das contingências que podem afetar o voto evangélico.

presidenciais sempre estiveram associados às grandes cidades e com maior IDH. Em razão da reeleição de Lula (PT) em 2006 houve um realinhamento. Eleitores de cidades com menor IDH passaram a apoiar o candidato petista, enquanto locais com maior desenvolvimento passaram a apoiar o candidato tucano (NICOLAU, 2014; HUNTER; POWER, 2007; ZUCCO, 2008). Esses resultados foram notados inclusive em *surveys*, indicando que pessoas mais pobres se identificam mais com o PT (PAIVA; TAROUÇO, 2011). Ao falar em desenvolvimento, o perfil regional entra em cena. As bases geográficas de Lula mudaram entre as eleições de 2002 e 2006. Não apenas em termos de perfil socioeconômico, mas regional. O norte/nordeste passou a apoiar massivamente Lula (HUNTER; POWER, 2007; ZUCCO, 2008; ZUCCO; POWER, 2013; NICOLAU, 2014).

Após as eleições de 2006 observou-se uma manutenção nessas bases de apoio regional e desenvolvimento econômico à candidata petista Dilma Rousseff nas duas eleições seguintes. É claro, contudo, que pouco se pode afirmar sobre zonas de controles permanentes dos partidos ao longo do tempo. Ao contrário disso, elas parecem ser contingenciais à atuação deles enquanto governo.

2.3.2 Identidade Partidária e voto

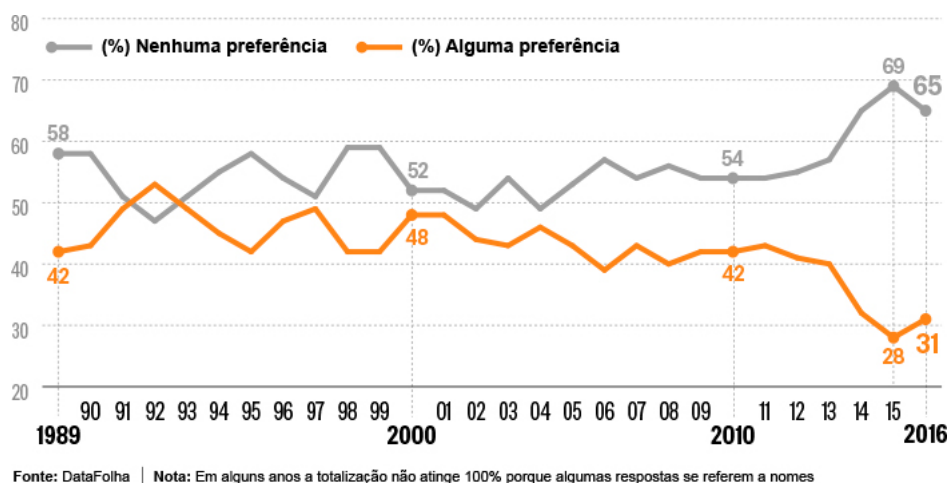
O papel dos partidos no sistema político brasileiro é um dos calcanhares de aquiles da própria democracia e tema de intenso debate acadêmico. Desde o processo de abertura política esses atores são alvo constante de avaliação. O saldo não é positivo. Embora os partidos tenham ganhado alguma relevância em sua atuação como elemento de estruturação das relações governamentais - sobretudo no Congresso Nacional, em outras arenas da política nacional não são vistos como tão relevantes (PEREIRA; MUELLER, 2003). O sistema partidário resultante da competição tem sido avaliado como não institucionalizado, mesmo após 30 anos de competição eleitoral ininterrupta (MAINWARING; TORCAL, 2005). Na arena eleitoral o papel dos partidos políticos brasileiros tem sido suavizado em diversos matizes. Nessa seção, vamos apresentar o que a literatura brasileira argumenta sobre a capacidade dos atores partidários estruturarem o voto. Como vimos, a principal vertente explicativa dessa relação usa a noção de Identidade Partidária (IP) como referência para a análises da relação entre eleitor e partido como formulado pela escola de Michigan.

Como os artigos clássicos de comportamento eleitoral nos Estados Unidos, essas pesquisas possuem duas características marcantes: (1) elas utilizam dados provenientes de *survey*; (2) avaliam as eleições presidenciais. No Brasil, esse tipo de pesquisa é realizada frequentemente seja por institutos de pesquisa ou órgãos públicos ⁷. É importante salientar esse fato uma vez que eleições presidenciais são notadamente diferente das demais, principalmente em termos de agregação de votos ao longo de todo território nacional. Enquanto a identificação partidária tende a ser usada como uma medida geral da relação entre eleitores e partidos, não é trivial a distinção entre organizações nacionais e locais,

⁷ Destaca-se historicamente pesquisas do DataFolha, mais recentemente IBOPE, VOX POPULI e outros.

bem como a importância dada a cada pleito. No Brasil os estudos de IP são, salvo exceções, de cunho nacional e relacionado às eleições presidenciais. Mas, quais são os resultados empíricos da IP no Brasil? A figura 1 nos dá uma ideia de como varia anualmente essas taxas. Especificamente, esses dados representam o percentual de pessoas que afirmaram positivamente a preferência por um determinado partido político ⁸.

Figura 1 – Variação anual da identificação partidária



Os dados indicam que somente em 1992 mais da metade do eleitorado indicou alguma preferência partidária. A regra é que menos da metade possui essa característica. Esse dado é significativo quando se compara com a taxa de 64% de eleitores identificados com partidos políticos no período de 1945-1964 (LAVAREDA, 1999). Esses dados são consistentes, mesmo quando se altera o responsável pela pesquisa. Ao utilizar dados do ESEB no período de 2002 à 2014 diversos autores assinalam estatísticas similares. A média para identificação partidária, entendida com base na pergunta "se algum partido representa a forma de pensar", é de cerca de 35% entre 2002-2010 (BRAGA; PIMENTEL JR., 2011; RIBEIRO; CARREIRÃO; BORBA, 2011; VEIGA, 2011). Esses dados podem variar para mais quando se pergunta ao eleitor "qual partido ele gosta" alcançando uma média de 43% para o mesmo período (BRAGA; PIMENTEL JR., 2011; RIBEIRO; CARREIRÃO; BORBA, 2011).

O fato de que menos da metade dos eleitores se identificam com os partidos políticos brasileiros mesmo em períodos de campanha é preocupante para parte da literatura. Além disso, observa-se que esse percentual de eleitores está estagnado e com claros sinais de decréscimo como mostrado na figura 1. Em termos teóricos, essas informações mostram que para a maioria absoluta dos eleitores os partidos não são veículos que estruturam suas escolhas (KINZO, 2005). Paiva e Tarouco (2011) chega a esta mesma conclusão ao argumentar que o percentual da identidade partidária é estável, mas baixo ao longo do tempo. Ainda segundo as autoras, quando estimulados os eleitores atribuem

⁸ Os dados são do Instituto Data Folha. Disponível em <<https://infograficos.oglobo.globo.com/brasil/partido-do-voce-nao-me-representa.html>>. Data do último acesso: 10 de Maio de 2019.

notas semelhantes a diversos partidos levando-as a conclusão de que eles fazem pouca distinção entre as diferentes legendas (PAIVA; TAROUÇO, 2011, p. 439). Essa conclusão é semelhante a de Kinzo (2005) ao avaliar o eleitorado paulista em 2002. Adicionalmente, Carreirão (2007) identifica que os eleitores, em sua maioria, não souberam diferenciar adequadamente os partidos em termos de direita-esquerda. Mais um atestado de que parte importante do eleitorado tem baixa capacidade de diferenciar os partidos.

Por outro lado, a visão de que a identificação partidária é baixa demais no Brasil é contraposta por Braga e Pimentel Jr. (2011). Segundo esses autores, em perspectiva comparativa a média de identificação partidária brasileira no início dos anos 2000 é semelhante a de democracias mais desenvolvidas. Mais especificamente, a média de IP brasileira para o período estava acima da média dos países selecionados (BRAGA; PIMENTEL JR., 2011, p. 276).

Deixando um pouco de lado a discussão sobre o grau de IP do eleitorado brasileiro, uma pergunta importante é: a IP importa para aqueles que a possuem? A IP de um eleitor nos ajuda a prever seu comportamento eleitoral? Embora não seja um completo consenso, a literatura recente tem concluído que sim, a IP importa para a tomada de decisão eleitoral (NICOLAU, 2007; CARREIRÃO, 2007; CARREIRÃO, 2008; BRAGA; PIMENTEL JR., 2011; RIBEIRO; CARREIRÃO; BORBA, 2011; NICOLAU, 2014; SPECK; BALBACHEVSKY, 2016). Seu efeito contudo não é constante, antes depende de partidos, região geográfica e contexto político.

Usando um *survey* produzido pelo IUPERJ Nicolau (2007) encontra efeito positivo da identificação partidária sobre o voto no PT e no PSDB. Do mesmo modo, usando dados do ESEB Braga e Pimentel Jr. (2011) encontra efeito positivo para simpatia partidária e voto nesses mesmos partidos. Ser identificado com um desses dois partidos aumenta a probabilidade de votar neles. Esse recurso estende-se entre os graus de escolaridade, não restringindo a IP apenas aos eleitores mais sofisticados. Nicolau (2014) identifica que o eleitor brasileiro, em sua maioria, não se identifica com partidos políticos mas entre os que se identificam a probabilidade de votar em sua preferência aumenta enquanto a probabilidade de votar na oposição diminui. Isto é, as preferências são consistentes com a decisão eleitoral.

Speck e Balbachevsky (2016) foram mais adiante nos testes sobre as condições sobre as quais a IP importa. Se existe um efeito direto da IP na votação dos partidos ele não é imune aos cargos em disputa. A taxa de votação congruente é maior para o cargo de presidente e menor para todos os outros cargos, incluindo governador. A chance do simpatizante votar no candidato do seu partido é maior para o PT (38%). PSDB fica com 10,7%. Contudo, para o demais cargos simpatizantes do PSDB são mais consistentes, enquanto os do PT não. Além disso, essa congruência varia em função da classe. Speck e Balbachevsky (2016) identificaram que petistas de classes mais baixas são mais congruentes que aqueles mais favorecidos, nos termos dos autores. Os pessebeistas, ao contrário, são

mais congruentes entre as classes mais altas.

O apontamento de que a congruência entre IP e voto é mais baixa em outros cargos já havia sido aventado por Paiva e Tarouco (2011). As autoras exploram a declaração de voto para deputado federal e a IP dos eleitores usando o ESEB 2010. Elas identificam que a IP não está associada ao voto para deputado federal. No PT que é o partido com maior identificação, por exemplo, a congruência foi de 8,9%. Nesse quesito, a maior relação foi entre os identificados com o PMDB (17,9%). Comparando todos os cargos das eleições gerais (SPECK; BALBACHEVSKY, 2016), observou-se que a congruência entre IP e voto para presidente foi de 84%, enquanto para deputado estadual foi 24%.

Adicionalmente, alguns trabalhos tentam estimar o efeito da IP sobre variáveis atitudinais e vice-versa. Por exemplo, Carreirão (2008) identificou que nos anos 90 petistas e pessebistas se identificavam como ideologicamente à esquerda e ao centro, respectivamente. Do mesmo modo, eleitores mais identificados com o modelo democrático, mais igualitários, participativos e liberais tinham preferências por partidos de esquerda. Contudo, essas diferenças tornam-se praticamente nulas na década dos anos 2000. Speck e Balbachevsky (2016) identificaram que a IP a um partido afetava significativamente a opinião do eleitor sobre os outros partidos, principalmente na clivagem PT/PSDB. Combinando *survey* e experimento Samuels e Jr (2014) encontraram que partidários de PT e PSDB são sensíveis às opiniões de seus partidos. Isto é, os rótulos partidários conseguem mudar as opiniões de seus afins. Além disso, o fato de que o partido diferente de sua posição adota uma determinada postura aumenta probabilidade de o eleitor concordar com a posição do seu partido. Mais importante ainda, Samuels e Jr (2014) mostram que as posições dos partidos não têm efeito sobre os não partidários.

Enquanto essa agenda definitivamente avança no Brasil precisamos apontar algumas limitações. Em primeiro lugar, esses estudos lidam com dados de nível individual o que dificulta pesquisas, conclusões e generalizações para outros cargos e em série temporal. Em segundo lugar, algo preocupante é que enquanto a parcela de identificados é menos da metade do eleitorado, a maior parte deles se identifica com apenas um partido (o PT). Não é só isso, a IP decisivamente afeta a opinião dos eleitores, mas principalmente na dualidade PT e PSDB. O problema aqui é que a competição política nacional são se concentra apenas nesses dois partidos. Embora a disputa presidencial tenha sido marcada por essa clivagem, não podemos dizer que ela se repita nas demais arenas de competição.

2.3.3 As vantagens do Incumbente

Falar em vantagens do incumbente é lidar com partes de diversas teorias que se preocupam com mecanismos de avaliação pré ou pós-governo em eleições. O desempenho do incumbente é avaliado segundo uma série de ações intencionais ou resultados gerais sobre a satisfação e bem estar do eleitor (medida como voto pró-governo). Como vimos, é um tópico caro às teorias de escolha racional aplicada às eleições (DOWNS, 2013; FIORINA,

1981). No Brasil, ele é muito debatido utilizando dados para as eleições presidenciais, embora algumas de suas medidas podem ser aplicadas às demais arenas. Aqui vamos discutir os principais tópicos usados para prever o sucesso do incumbente. Destaca-se a relação entre desempenho econômico, implementação de políticas públicas e avaliação do governo.

O possível impacto do Programa Bolsa Família (PBF) sobre a reeleição do então Presidente Lula em 2006 é tema de intenso debate, dentro e fora da academia. Existem evidências que afirmam que sim, o PBF afetou significativamente o desempenho eleitoral de Lula. Enquanto outros respondem negativamente à questão. Hunter e Power (2007) foram um dos primeiros a avaliar essa relação. Segundo os dados apresentados pelos autores o que explica a mudança de base eleitoral de Lula em 2006 é o direcionamento do programa para as áreas mais pobres do país. Os autores usaram dados agregados para as UFs e identificaram efeito positivo e forte da cobertura do PBF sobre a votação do petista. Na mesma direção, Nicolau e Peixoto (2007) usando dados agregados municipais encontraram efeito positivo e forte da cobertura do PBF sobre a votação de Lula (PT), mesmo controlando por outras variáveis.

Posteriormente, Shikida et al. (2009) questionaram a simplicidade dos modelos usados anteriormente para o teste da hipótese de que o PBF afetou significativamente a votação de Lula, representando uma guinada em sua base eleitoral e explicando boa parte do seu desempenho nas eleições de 2006. Não só salientaram os problemas relativos à falácia ecológica, quanto a necessidade de controle espacial da variação. Os autores adicionam ao debate o fato de que o efeito do PBF depende do método de estimação e da especificação. Enquanto usando um modelo de OLS chegam à mesma conclusão de Hunter e Power (2007) e Nicolau e Peixoto (2007), ao estimar modelos que levam em conta a característica espacial da distribuição dos dados o efeito enfraquece consideravelmente. Além disso, ao mudar a mensuração do PBF, seu efeito é anulado. Nos termos dos autores, mesmo que o PBF tenha importado para a votação em Lula ele deve ser relativizado consideravelmente. Uma vez que PBF e pobreza estão fortemente correlacionados estimativas padrões não conseguem superar a endogenia. Para os autores, a reeleição de Lula dependeu muito mais do desempenho da economia durante seu governo.

Zucco (2008), por sua vez, estimou o efeito do PBF em nível municipal e adicionou controles para pobreza e dependência do Estado em municípios pobres. Segundo o autor, o efeito do PBF é claro, positivo e forte sobre a reeleição de Lula. Pontua, contudo, que os mecanismos ainda precisam ser estudados. Ele mostra que o eleitor pobre brasileiro tem uma tendência histórica a apoiar o governo, principalmente, levando em conta sua mudança de vida. O autor mostrou que embora o PBF esteja correlacionado com pobreza, o programa afetou mais os votos em situações onde o município dependia consideravelmente do estado, fazendo com que o PBF tenha efeito considerável na economia dessas cidades. Nesse sentido, fortalece-se o mecanismo de apoiar o incumbente independente de quem

seja.

Licio, Rennó e Castro (2009) abordaram o mesmo tema agora usando dados de nível individual para superar os problemas de falácia ecológica. Os autores concluíram que ser beneficiário do PBF aumenta significativamente a probabilidade de voto em Lula. Além disso, essa variável aumenta a probabilidade de que o usuário avalie positivamente o governo Lula, sendo esta também importante para predizer o voto com o governo. Por outro lado, Bohn (2011) utilizando também dados de *surveys* não encontrou efeito significativo de ser beneficiário do PBF sobre a probabilidade de votar em Lula em 2006. Além disso, Bohn (2011) argumenta que já em 2002 beneficiários do PBF tinham apoiado a candidatura do petista. A autora argumenta que as mudanças da base eleitoral de Lula já estava em andamento ao longo da década de 1990 e a desatenção à esse fato colaborou para conclusões controversas sobre o que teria motivado essa mudança.

Em resposta direta ao trabalho de Bohn (2011), Zucco e Power (2013) apontam algumas divergências atentando para o fato de que os dados utilizados por Bohn (2011) desviaram-se consideravelmente da realidade. Nesse sentido, usando dados de *surveys* encontram resultados positivos e significativos do efeito do PBF sobre voto em Lula. Além disso, asseguram a mudança das bases eleitorais de Lula entre as duas eleições. Para os autores, os mais pobres de municípios pobres aumentaram seu apoio a Lula, enquanto os mais bem sucedidos de municípios mais prósperos diminuíram o apoio. Mas do que um determinante absoluto, os autores argumentam que o PBF tem efeito direto e independente sobre o desempenho do petista (e não que essa variável foi a mais importante). Mas salientam que esse efeito pode ser interpretado como em favor do incumbente, mas do que apenas na pessoa de Lula.

O sucesso do incumbente pode ser avaliado em relação ao desempenho do seu governo levando em conta o desempenho da economia. Pereira (2014) levou a cabo a tentativa de testar o voto econômico com dados de *surveys*. Eleitores avaliaram a situação econômica do país, bem como sua própria condição durante o último ano. O autor identificou que a avaliação da situação econômica pessoal não afeta a escolha eleitoral do respondente. Do mesmo modo, não existe um efeito claro e direto da avaliação da economia sobre votos. Essa relação depende do grau de sofisticação política do eleitor: eleitores mais sofisticados politicamente usam o desempenho da economia como medida avaliativa da gestão governamental e seu voto é afetado por essa avaliação. De acordo com Pereira (2014), o eleitor que avaliou a economia como muito ruim tinha menor probabilidade de votar no partido incumbente em 2002 a medida que sua sofisticação aumentava. Por outro lado, Licio, Rennó e Castro (2009) analisando uma amostra nacional identificou um resultado direto da avaliação da economia com o voto em Lula em 2006.

A literatura tem demonstrado que as avaliações gerais da gestão do governo afeta a escolha eleitoral. Isto é, a avaliação econômica é uma dimensão da avaliação geral do desempenho governamental. Nicolau (2007) identificou que avaliar positivamente FHC

aumentava em 2,84 a chance de votar em Serra (PSDB) em comparação com Lula em 2002. Esse efeito é consistente com as avaliações de Braga e Pimentel Jr. (2011) que identificaram uma chance cerca de 3 vezes maior de voto em Lula 2006 entre aqueles que avaliavam positivamente seu governo. Embora com redução considerável do efeito, o resultado segue na mesma direção: avaliar positivamente o segundo mandato de Lula aumenta em 1 vez a chance de votar em Dilma Rousseff em 2010. Resultados semelhantes também foram encontrados por outros autores (PEIXOTO; RENNÓ, 2011; NICOLAU, 2014).

2.4 Determinantes do voto no Brasil: Estados

2.4.1 Incumbentes, distribuição de recursos e conexão eleitoral

Disputas estaduais possuem zonas de demarcações distintas. Elas estão suscetíveis a estímulos locais e, muitas das vezes, pouco ligadas às disputas nacionais. A literatura nacional, classicamente, avalia como recursos disponíveis para incumbentes afetam seu desempenho eleitoral. A tese da conexão eleitoral é uma das explicações para o desempenho eleitoral dos parlamentares tanto na Câmara dos Deputados quanto nas Assembleias Legislativas. Segundo esta tese, candidatos utilizam sua atuação intra-legislativa para assegurar recursos às suas bases eleitorais. Segundo esta perspectiva, parlamentares produziam políticas do tipo *pork barrel* com objetivo de maximizar suas chances de reeleição (MAYHEW, 1974; AMES, 2003).

Essa parte da literatura avalia dois *outputs* da atividade parlamentar: a produção legislativa e (2) a distribuição de recursos via emendas parlamentares. No primeiro caso, parte considerável das evidências negam que a atuação parlamentar é do tipo paroquialista (FIGUEIREDO; LIMONGI, 1999; NETO; SANTOS, 2002) e pouco avançou em direção ao desempenho eleitoral. No segundo caso, os resultados têm sido controversos. Essa literatura enfatiza principalmente os determinantes da reeleição e menos os votos, mas como salientamos todas essas variáveis são elementos do desempenho eleitoral.

Há evidências empíricas do efeito da alocação de emendas parlamentares sobre a probabilidade de reeleição de deputados federais. Pereira e Rennó (2001) indicam que a alocação é mais importante para reeleição dos parlamentares do que sua atuação geral no Congresso Nacional. Por sua vez, Sanfelice (2010) e Firpo, Ponczek e Sanfelice (2011) encontraram efeito positivo e significativo da alocação de emendas sobre a votação nominal dos candidatos. Quando esse resultado é controlado por características da competição municipal e dos candidatos ele é matizado, mas continua significativo. Além disso, o efeito se mantém nos municípios onde o candidato foi bem votado na eleição anterior e também onde ele foi menos votado. Inclusive o retorno das emendas é maior nestes últimos municípios.

Pereira e Rennó (2007) observam efeitos controversos em relação a sua publicação anterior (PEREIRA; RENNÓ, 2001). Emendas aumentam a probabilidade de ser reeleito

em um pleito, mas não no seguinte. Os autores justificam isso em razão do efeito de uma disputa presidencial *open seat*. Isto é, quando o presidente disputa a reeleição a conexão eleitoral gera impacto positivo uma vez que há uma proximidade do parlamentar com o presidente. Quando a disputa é aberta, isto é, um presidente não concorre à reeleição, a conexão eleitoral não se observa. Mesquita et al. (2014) encontram efeitos positivos, mas dependente da especificação da variável. O percentual de emendas alocadas aumenta quando utilizado o percentual de votos no município, observando-se uma correlação moderada. Contudo, especificações diferentes possuíam impacto próximo de zero. Isto é, enquanto a conexão eleitoral é um fenômeno presente ela não é a única lógica de atuação entre os parlamentares. A alocação de emendas pode ser usada como mecanismos tanto de pagamento quanto de atração de votos (SILVA, 2009; BARONE, 2014).

Por outro lado, também há evidências de que as emendas não geram retorno efetivo sobre a votação dos candidatos e sobre sua a probabilidade de reeleição. Um expoente clássico desse ponto de vista é David Samuels. O autor avalia o papel da ambição e da renovação parlamentar no Brasil e para isso se pergunta até que ponto a conexão eleitoral se sustenta nas terras tupiniquins. De acordo com suas estimativas, a atividade de *pork* dos parlamentares não afetou significativamente a chance de reeleição mesmo controlando pela distribuição espacial dos votos do parlamentar (SAMUELS, 2003). Na mesma direção, Firpo, Ponczek e Sanfelice (2011) não encontraram efeito positivo, nem significativo para o efeito das emendas sobre a reeleição dos incumbentes. Isto é, mesmo a alocação de emendas afetando significativamente os votos não é a ponto de aumentar significativamente a probabilidade de sucesso eleitoral dos incumbentes.

2.4.2 Financiamento e gasto de campanha

O investimento eleitoral é um dos temas mais investigados nos estudos eleitorais. Sua importância data desde a universalização do voto e a criação dos grandes partidos de massa europeus. Acentuou-se contudo, quando da modernização e profissionalização das campanhas. O surgimento das mídias de massas e seus altos custos elevaram ainda mais a importância do dinheiro nas campanhas eleitorais. De modo geral, seu impacto eleitoral é tamanho que tornou esse elemento extremamente regulado e tema de intensos debates. Lidamos aqui com apenas uma faceta do dinheiro nas eleições: o retorno eleitoral. Para uma noção mais geral da importância do dinheiro na política brasileira em diversos âmbitos ver

O efeito do investimento financeiro sobre os resultados eleitorais vem sendo investigado sistematicamente no Brasil desde 1994, sendo as disputas para Deputado Federal privilegiadas, mas não únicas. Samuels (2001) encontrou efeito significativo do financiamento sobre o percentual de votos de candidatos à Câmara em 1994 e 1998. De acordo com ele, essa é uma das variáveis mais importantes para o sucesso eleitoral de incumbentes (SAMUELS, 2003) no Brasil. Analisando um período similar, Pereira e Rennó (2001),

Pereira e Rennó (2007) encontram efeito também positivo sobre o sucesso eleitoral, mas apenas para a eleição de 1998 em análise dos postulantes à reeleição.

Filho et al. (2011) e Figueiredo Filho (2012) investigam o efeito do dinheiro sobre os votos de candidatos a deputados federais. Contudo eles condicionam esse efeito aos níveis pobreza dos municípios brasileiros. Entre os resultados encontrados, observa-se que o gasto de campanha importa significativamente para os votos recebidos. Contudo, o efeito do gasto é maior para os não eleitos. Contudo, há dois resultados diferentes sobre a interação com pobreza. Enquanto Filho et al. (2011) não encontrou diferenças da eficiência do gasto de campanha sobre os votos entre níveis de pobreza dos estados mudanças na especificação alteraram esses resultados em trabalho futuro. Figueiredo Filho (2012) estimaram modelos usando um ajuste puramente linear e um modelo polinomial (quadrático) indicando que existe uma diferença da eficiência do gasto de campanha sobre os votos quando se avalia estados muito pobres e muito ricos.

Adicionalmente o efeito do dinheiro sobre voto depende da situação do competidor. O conhecido efeito Jacobson também foi testado aqui no Brasil. Em resumo, sabe-se empiricamente que o retorno marginal do gasto sobre o voto é maior para desafiantes do que para incumbentes (PEIXOTO, 2010; FIGUEIREDO FILHO, 2012). Por outro lado, há evidências de que tanto o financiamento quanto gasto de campanha está do lado dos vencedores (MANCUSO, 2012; HEILER, 2011). Embora haja evidências de que o retorno marginal é maior para os perdedores (FIGUEIREDO FILHO, 2012).

Embora poucas, existem referências sobre o não efeito do gasto de campanha sobre o desempenho eleitoral no Brasil. Bolognesi e Cervi (2011) não encontraram efeito do financiamento ou do gasto de campanha para deputados federais eleitos quando se controlou pelo tempo de exposição na TV. Apenas para os não eleitos o efeito foi mantido. Salientamos que a amostra dos autores diz respeito apenas aos candidatos do Paraná.

2.4.3 Alianças eleitorais

As eleições possuem um componente de coordenação relevante (COX, 1997). No Brasil Alianças eleitorais são apontadas como elementos essenciais do jogo político (LAVAREDA, 1999). Duas abordagens são centrais aqui: (1) alianças eleitorais e seus efeitos sobre o sistema partidário (LIMONGI; VASSELAI, 2018); (2) alianças eleitorais como positivamente associado ao sucesso eleitoral dos candidatos (KRAUSE; GODOI, 2010). Além disso, partidos e candidatos podem disputar eleições com o apoio de figuras políticas influentes. Nesse sentido, participar de uma coligação com candidatos ao governo do estado é um indicativo de apoio político e espera-se uma vantagem eleitoral por isso. Lidamos aqui apenas com a segunda abordagem fazendo um recorte dos achados mais importantes no campo.

Coligar é a estratégia dominante nas disputas eleitorais brasileiras (KINZO, 2004; MIRANDA, 2013). O principal pressuposto nas pesquisas sobre a formação de coligações é

a de que os partidos os fazem visando maximizar seu retorno eleitoral (ALBUQUERQUE, 2017), limitados de certo modo pela distância ideológica entre o partido e os parceiros da aliança (SOARES, 1964). As coligações funcionam como uma ferramenta de maximização uma vez que permite sobrepujar o quociente eleitoral e a votação de partidos maiores dentro desta aliança (DANTAS; PRAÇA, 2010). As coligações maximizam votos em uma eleição majoritária, na proporcional soma-se a maximização de cadeiras.

A literatura sobre coligações é ampla. Contudo é essencialmente descritiva, enfatizando sua formação, número de atores e perfil dos aliancistas (ver, por exemplo (KRAUSE; SCHMITT, 2005; KRAUSE; DANTAS; MIGUEL, 2010). Pouco sabemos sobre quais são os mecanismos que ligam as coligações ao sucesso eleitoral. Duas razões são frequentemente salientadas: coligações reduzem o número de competidores e agregam o tempo de propaganda em rádios e TV. Partidos políticos com maior chance de sucesso eleitoral em candidaturas majoritárias atraem candidaturas menos competitivas para sua aliança eleitoral. Enquanto atores de composição cedem seu tempo de exposição, os cabeças de chapa cedem espaço nas disputas proporcionais (LIMONGI; VASSELAI, 2018; LAVAREDA, 1999). No limite, coligações permitem agrupar o apoio eleitoral dos partidos membros e seus recursos de campanha. De certo que em eleições majoritárias esse recurso é essencial e diretamente aplicável. Nas coligações proporcionais o recurso do tempo de propaganda, por exemplo, não deve ser tão essencial dado a magnitude que um candidato a deputado estadual aparece na TV.

Krause e GODOI (2010, p. 73) avaliam a taxa de sucesso dos candidatos ao governo estadual pelo tipo de coligação. Eles identificaram que as coligações consistentes ideologicamente possuem uma baixa taxa de sucesso eleitoral. Enquanto coligações semi consistentes e inconsistentes alcançaram taxas de sucesso entre 25% e 100% entre 1986 e 2006. Além disso, o percentual de votos das coligações inconsistentes sempre foi superior a todos os outros perfis de coligações. É importante salientar também que o número de partidos formando a coligação está positivamente associado ao percentual de votos dos candidatos ao governo estadual Krause e GODOI (2010, p. 80-82). Resultados muito semelhantes para as disputas do Senado também foram encontrados. Uma taxa de sucesso superior a 40% para coligações inconsistentes e semi consistentes. Enquanto as consistentes, estiveram abaixo dos 20% (CARREIRÃO; NASCIMENTO, 2010).

A composição da Câmara dos Deputados é altamente dependente da formação coligações. A grande maioria (mais de 70%) da casa é composta por candidatos eleitos via coligações eleitorais. Além disso, mais que 50% das coligações foram minimamente vitoriosas (MACHADO, 2010). As coligações proporcionais são apontadas como instrumentos importantes para os partidos pequenos alcançarem representação nas casas legislativas no Brasil, embora não sem controvérsias (NASCIMENTO et al., 2016).

Uma nota importante sobre a relação entre coligações e voto é o fato de que mais de 95% dos partidos disputam as eleições coligados (DANTAS, 2013). Além disso, os partidos

que concorrem isoladamente são, na maioria dos casos, não competitivos (KRAUSE; GODOI, 2010; DANTAS, 2013). Nesse sentido, uma comparação entre concorrer coligado *vs* isolado não estima diretamente o efeito de pertencer a uma coligação sobre os votos alcançados. Além disso, existe uma relação possivelmente endógena: partidos que ganham eleições possuem, por exemplo, maior financiamento de campanha, candidatos competitivos, entre outras coisas, além das coligações.

2.5 Determinantes do voto no Brasil: Municípios

Em comparação com as demais arenas, só mais recentemente estudos eleitorais municipais vindo sendo alvo de investigação sistemática, seja por necessidades teóricas ou disponibilização de dados (LAVAREDA; TELLES, 2011; LAVAREDA; TELLES, 2016; LAVAREDA, 2011; ROCHA; KERBAUY, 2014). Nesse sentido, é importante reiterar que são raros os estudos eleitorais com variáveis medidas em nível individual, antes são usadas variáveis agregadas e variáveis no nível dos candidatos e partidos. O escopo de variáveis essencialmente não difere das demais usadas nos pleitos estaduais. Isto é, embora se tratando de eleições locais as explicações do desempenho eleitoral são as mesmas de outros níveis. Contudo, já adiantamos anteriormente que dado a escassez de recursos, os pesquisadores brasileiros optam por usar variáveis políticas e institucionais relacionadas aos próprios candidatos ou aos distritos eleitorais. Em estudos desse tipo as perguntas são mais na direção de "quais são as variáveis que explicam o desempenho dos prefeitos ou vereadores?" e menos sobre "quais são as motivações ou características dos eleitores ao escolher um candidato a prefeito ou vereador?".

Em conjunto, a literatura acessada usou consistentemente um número reduzido de preditores. Uma boa estimativa da validade desta conclusão é a meta-análise de Sampaio e Filho (2019) indicando o percentual de trabalhos sobre financiamento e votos nos municípios que utilizaram variáveis de controle. Segundo seus dados, apenas 16% dos trabalhos usam esse tipo de variável. Em resumo, as variáveis mais utilizadas são: (1) perfil dos candidatos, primando-se o controle da incumbência e o sexo; (2) recursos de campanhas, enfatizando a receita e o tempo de propaganda na TV e no rádio; (3) a força dos partidos políticos, frequentemente avalia-se apenas os partidos mais relevantes nacionalmente (SAMPAIO; FILHO, 2019, p. 15).

Uma vez que temos já temos revisado boa parte das variáveis mais utilizadas para explicar o desempenho eleitoral no Brasil optamos por fazer um conglomerado de como vem sendo realizado os estudos eleitorais municipais. Isto porque, são utilizados os mesmos pressupostos, teorias e variáveis de agregações maiores (Estadual e Presidencial) para o âmbito municipal. Nesse sentido, seria cansativo e repetitivo lançar mão da mesma estratégia de exposição com base em variáveis específicas.

2.5.1 Financiamento de campanha

Em razão da disponibilização dos dados, o efeito do financiamento eleitoral foi analisado sistematicamente na última década também nas eleições municipais. Ela é a variável mais importante para explicar o desempenho eleitoral. A preocupação aqui é saber se, quanto e como o investimento eleitoral importa para o desempenho eleitoral em disputas municipais. Como já vimos, as eleições congressuais são as mais abordadas. Quanto maior o investimento eleitoral maior o desempenho eleitoral dos candidatos, sejam em torno de votos ou probabilidade de ser eleito (CODATO; CERVI; PERISSINOTTO, 2013; CERVI, 2013; PARANHOS et al., 2013; SAMPAIO; FILHO, 2019).⁹ Os resultados são consistentes com os achados de outras arenas, mas com algumas qualificações interessantes.

Tanto Paranhos et al. (2013) quanto Cervi (2013) analisam as eleições nas capitais brasileiras avaliando aspectos distintos do efeito do dinheiro sobre o voto. Os primeiros encontram um efeito forte do gasto de campanha sobre o desempenho eleitoral. Contudo, ao avaliarem o efeito Jacobson, notam que ele não se aplica às eleições das capitais para 2012. O segundo avalia quais tipos de receitas geram os maiores retornos em duas eleições consecutivas. Enquanto o efeito geral da receita sobre o voto é consistente com achados anteriores, ele mostra que as receitas oriundas de pessoa jurídica tinha maior poder preditivo em 2008. Resultado que não se repetiu na eleição seguinte, onde a receita oriunda de partidos políticos foi mais importante para prever os votos e também se o candidato passaria para o segundo turno, bem como se seria eleito em 2012.

Esses achados apontam para o fato de especificidades em eleições municipais, mas também sobre como o efeito do dinheiro pode variar em função de outras variáveis. É importante frisar aqui que o efeito do dinheiro sobre os votos varia em função do tamanho dos municípios. Os resultados contudo não seguem na mesma direção. Speck e Cervi (2016, p. 71) mostram que "Quanto maior o município, menor a eficiência do dinheiro em angariar votos", sendo mais importante outras variáveis explicativas para o sucesso eleitoral nessas grandes cidades. Por outro lado, Speck e Mancuso (2013) identificam que o efeito do dinheiro sobre o sucesso eleitoral aumenta à medida que o tamanho do município cresce. Estes resultados seguem na direção do que Guimarães et al. (2019) encontraram nos pleitos para prefeito entre 2008 e 2016. É importante salientar que votação e sucesso eleitoral são semelhantes mas não iguais.

2.5.2 Características dos candidatos

A literatura é praticamente consensual sobre o peso dos candidatos para desempenho eleitoral. Contudo, quais são esses atributos e os mais relevantes para explicar as eleições não foram assinalados diretamente. De modo geral, os estudos citados aqui são exploratórios e pouca base teórica que relaciona os atributos dos candidatos aos resultados eleitorais de

⁹ Para uma revisão sistemática sobre dinheiro e eleições municipais ver Sampaio e Filho (2019).

forma menos contextual. O perfil socioeconômico dos candidatos têm sido avaliado como preditor do desempenho eleitoral.

Codato, Cervi e Perissinotto (2013) avaliam até que ponto, algumas características pessoais dos candidatos importam para ser eleito prefeito no Brasil. Ter ensino superior embora positivamente associado ao sucesso eleitoral, tem efeito fraco e não significativo. A variável renda pessoal não afetou significativamente o desempenho eleitoral e, contrário ao esperado, afetou negativamente a chance de ser eleito. A profissão é importante aqui também. Não só pelo prestígio, mas também pela rede de contatos, financiadores e auto financiamento. Codato, Cervi e Perissinotto (2013) identificam que empresários têm em média maior chance de pertencer ao grupo de eleitos. Contudo, esses dados referem-se apenas à uma análise descritiva.

Umas das características pessoais marcantes nas disputas eleitorais é o sexo ¹⁰. Os resultados empíricos encontrados pela literatura indicam que: ser mulher reduz significativamente a chance de ser eleita prefeita no Brasil mesmo controlando por outras variáveis políticas (CODATO; CERVI; PERISSINOTTO, 2013; SPECK; MANCUSO, 2013). Porém, essa relação possui facetas que carecem de mais exploração. Por exemplo, Speck e Mancuso (2013) identificaram que mesmo em desvantagens na média, as mulheres que conseguem ser indicadas para disputar as prefeituras têm uma alta taxa de sucesso. Embora a literatura não tenha explicado os mecanismos, aposta-se no fato de que as mulheres que vencem as barreiras partidárias estão mais preparadas para disputas competitivas. A lógica é a de que homens e mulheres que ganham eleições possuem poucas diferenças. Os desequilíbrios ocorrem antes da eleição: elas contam com menos candidaturas e financiamento, bem como, apoio de partidos fortes. O que nos interessa aqui é essa diferença de desempenho entre homens e mulheres.

Há um conjunto de variáveis do candidato que são mais relacionados às instituições políticas. Destaca-se aqui o capital político dos indivíduos e se ele é incumbente. O capital político é operacionalizado como toda experiência política anterior ao pleito em estudo. Nesse sentido, importa tanto o desempenho eleitoral passado, quantos os cargos eletivos ou não. O desempenho eleitoral anterior é importante para o desempenho em eleições futuras. Isso foi tratado por Speck e Cervi (2016) como um efeito de memória eleitoral. Embora ele tenha um efeito direto menor, seu efeito indireto é significativo. Uma vez que, como os autores argumentam, ela tem um efeito considerável sobre o financiamento em eleição futura. Este por sua vez, afeta diretamente os votos. Os autores avaliaram dados agrupados nos partidos, o que leva a problemas de inferências quando falando apenas dos candidatos. Mas esta é uma primeira evidência de que o passado político importa.

Speck e Mancuso (2013) testaram o efeito de ter assumido outros cargos no desempenho eleitoral de candidatos a prefeito: candidatos vereadores, deputados estaduais

¹⁰ A idade também foi alvo de investigação, contudo menos frequente. Para uma avaliação exploratória ver Codato, Cervi e Perissinotto (2013)

e federais têm uma chance de sucesso eleitoral muito maior que candidatos novatos ou que não tinham cargo anterior. É importante salientar que esse efeito foi encontrado em cidades grandes. Isto porque o N de candidatos com experiência política em outras arenas que se dispõe a concorrer prefeituras é deveras reduzido.

Em termos de experiência política prévia o fato de ser candidato à reeleição é a variável que traz o maior retorno. De acordo com Speck e Mancuso (2013) argumentam que a chance de ganhar a eleição sendo incumbente é 4,5 vezes maior em municípios médios e chega a 15,5 nos municípios grandes. Já segundo (CODATO; CERVI; PERISSINOTTO, 2013; SPECK; MANCUSO, 2013), em níveis agregados essa vantagem chega a ser 263 vezes. Como discutido na Seção 1, existem diversas hipóteses sobre os mecanismos que vinculam essas duas variáveis. No Brasil, a literatura ainda não testou mecanismos para explicar tamanha vantagem.

2.5.3 Partidos Políticos

Em diversas democracias se questionam até que ponto os partidos políticos são veículos importantes para afetar o desempenho eleitoral. No Brasil, essa discussão tomou contornos dramáticos dado a aceitação de que os partidos pouco importam nas eleições (PEREIRA; MUELLER, 2003). Apesar disso, eles desempenham alguns papéis importantes nas disputas. Os partidos políticos possuem três tipos essenciais de recursos eleitorais no Brasil: (1) eles são os únicos atores que podem lançar candidatos e formar alianças eleitorais; (2) eles possuem tempo de propaganda gratuito em rádios e TV; (3) eles possuem fundos econômicos independentes daqueles dos candidatos.

Do primeiro recurso soma-se a capacidade de formação de alianças. Até que ponto essas alianças importam para o desempenho eleitoral é mais descritivo que inferencial. É uma estratégia corrente, contudo. Do mesmo modo que nas eleições estaduais, as coligações são frequentemente utilizadas também nas eleições municipais (DANTAS; PRAÇA, 2010; DANTAS, 2013). Codato, Cervi e Perissinotto (2013) identificam que candidatos a prefeito tem uma chance 142,9 maior de serem eleitos quando seu partido disputa em coligação do que quando concorre isoladamente.

Os partidos políticos brasileiros são muito diferentes em força, também. Concorrer às eleições e lançar candidatos é um *proxy* para força relativa dos partidos. Candidatos de partidos com forte desempenho nacional possuem uma chance significativamente maior de serem eleitos do que os demais (CODATO; CERVI; PERISSINOTTO, 2013). Partidos políticos diferem de força principalmente porque tem acessos diferenciados a recursos para mobilizar em suas campanhas. Os fundos públicos, por exemplo, são repassados principalmente função do desempenho eleitoral anterior nas eleições para a Câmara dos Deputados.

O tempo de propaganda é um dos recursos partidários tido como elemento essencial de barganha política na formação de alianças eleitorais. Acredita-se que quanto mais tempo

de propaganda no rádio ou na TV se tenha maior o desempenho eleitoral dos candidatos. Speck e Cervi (2016) mostram que independente do tamanho do município, o tempo de propaganda importa significativamente para o desempenho eleitoral. Contudo, esse efeito é o mais importante (quando comparado com dinheiro de desempenho eleitoral passado) nas grandes cidades. Uma das explicações é a de que o contato mais próximo com o eleitor à medida que diminui o tamanho da cidade importa mais para explicar o desempenho eleitoral.

É importante uma nota sobre a disponibilização desse dado. Segundo Speck e Cervi (2016) apenas 67% dos municípios possuem acesso a rádio local. E apenas 5% possuem TV local. A lei eleitoral regulamenta que os partidos terão propaganda veiculada nas cidades que possuem distribuidoras locais de comunicação. Nesse sentido, boa parte dos municípios que não possuem geradora de rádio ou TV acabam assistindo a propaganda política de cidades vizinhas. Ainda de acordo com os dados de Speck e Cervi (2016), cerca de um terço dos municípios não possuem acesso à propaganda eleitoral de nenhum tipo.

2.6 Considerações Finais

Como vimos uma parte considerável dos estudos eleitorais lidam com dados de nível individual e eleições presidenciais. Essa literatura é uma abordagem típica dos determinantes do voto. Nossa tese, contudo, lidará com dados em nível agregado nos partidos ou candidatos em nível municipal. Nossa abordagem será muito mais próxima do estudo do desempenho eleitoral. Nesse sentido, importa muito mais achar quais variáveis estão associadas aos resultados eleitorais, do que em relação ao eleitor em si. Dentre as variáveis listas aqui, duas delas são essenciais em termos de robustez dos achados empíricos: gastos de campanha e incumbência.

Lidaremos com eleições de prefeito e vereador e cada uma dessas eleições possuem níveis de agregação diferentes. No primeiro caso, as variáveis serão mantidas no mesmo nível. Contudo, para o cargo proporcional precisaremos agregar as variáveis para o nível do partido no município. Como um exemplo, o gasto de campanha e os incumbentes será o resultado da soma dessas variáveis por partido em cada uma das cidades que constam no banco de dados.

Quanto as demais variáveis, quais ainda seriam importantes para matizar o efeito da organização? Adionamos ainda sexo, se o partido estava coligado e se é o mesmo partido do governador. Nenhuma dessas variáveis possuem apelo próximo às duas anteriores, inclusive podem apresentar resultados contraditórios como já vimos acima. Ademais é importante salientar o tempo de propaganda eleitoral (HGPE) e as coligações como partes importantes do jogo eleitoral, mais com potenciais problemas.

O tempo do HGPE, por sua natureza, é igual em todas as cidades brasileiras, de modo que isso limita a variação. Além disso, como já vimos, cerca de 1/3 das cidades não possuem nenhum tipo de propaganda, e 67% delas apenas no rádio. Esse dado, em eleições

municipais é limitado. As coligações por sua vez, é uma estratégia central na competição. O fato de não coligar é um evento raro entre os partidos competitivos. A comparação entre coligados e não coligados é extremamente problemática. Nesse sentido, as relações mais claras e mais importantes nesse nível de análise é a incumbência e o gasto de campanha. Essas duas variáveis serão nossos principais controles.

3 PARTIDOS POLÍTICOS E ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA

3.1 Partidos e Organização: A teoria da Escolha Racional

A literatura acadêmica sobre os partidos é extensa e seria enganoso afirmar qualquer tipo de padrão sobre as definições sem acessar a maior parte dessa bibliografia. Contudo, o acesso aos textos de referência na área é um bom indicativo de como o *mainstream* da área se comporta em relação a questões de definição. Nem sempre podemos encontrar uma definição precisa de partidos políticos em boa parte dos trabalhos, mesmo nos clássicos como *Os partidos Políticos* de Maurice Duverger (SARTORI, 1982), ou mesmo nos influentes trabalhos de Katz e Mair (KATZ; MAIR, 1994; KATZ; MAIR, 1995). Por outro lado, existe alguns que optam por definir partidos de forma muito abrangente seja incluindo opções normativas (BURKE [1770], 2002 apud ELDERSVELD, 1964) ou funções que os partidos cumprem ou ao menos deveriam tais como serem responsivos (APSA, 1950).

Contudo, observamos que em termos gerais a disciplina caminha para definições cada vez mais específicas e operacionais dos fenômenos políticos, padrão que ficou conhecido como definições mínimas (SCHUMPETER, 1942; DAHL, 1973; PRZEWORSKI, 1999). Sartori (1982) argumenta que uma definição mínima é aquela onde todas as características que não sendo indispensáveis à identificação do fenômeno possam ser postas de lado e mantendo-se apenas aquelas que distingue ele de todos os demais. Esse tipo de posição tem sido bastante utilizada também na cena da teoria dos partidos. O ponto que quero trazer aqui é de que não é necessário fazer alusão às funções, estruturas organizativas ou ligamentos com entidades externas para definir partido político. Nesse sentido, uma definição mínima de partidos políticos na escola da teoria da escolha racional (TER) é compatível uma avaliação de sua organização e funções da escola organizacional ou funcionalista.

A posição de Sartori (1982) é a de que um partido político é essencialmente uma ferramenta para disputar eleições. Sendo essa sua característica definidora essencial. Por isso, "Um partido é qualquer grupo político identificado por um rótulo oficial que apresente em eleições, e seja capaz de colocar através de eleições (livres ou não), candidatos a cargos públicos" (SARTORI, 1982, p. 85). Se tomarmos essa posição como aceitável, a teoria da escolha racional aplicada aos partidos políticos possui um quadro de compreensão interessante para entendermos o que é um partido político em maior escala ao mesmo tempo que manteremos atenção as suas características essenciais sem perdermos também as contribuições da literatura que foge à escolha racional.

A teoria da escolha racional não pensa os partidos como atores unitários. A visão dessa escola está muito mais próxima àquela associada à teoria da firma. Nesse sentido, a compreensão do que seja um partido político passa pelo ponto de que eles são criaturas

formadas por um grupo de homens com interesses comuns. Nesse sentido, Downs (2013) foi bastante feliz ao inovar no uso dessa abordagem indicando que

[...] um partido político é uma coalizão de homens que buscam controlar o aparato do governo através de meios legais. [...] O partido é, desse modo, um grupo de homens, formado livremente, que coopera principalmente num esforço de conseguir que alguns deles sejam eleitos. [...] Isso, por sua vez, implica que cada partido procura receber mais votos do que qualquer outro.[...] Sua função [a dos partidos políticos] na divisão do trabalho é formular e executar políticas governamentais sempre que conseguir chegar ao poder (DOWNS, 2013, 46).

Na definição de Downs (1) partidos não são atores individuais, eles são uma coalizão de indivíduos que perseguem objetivos específicos. Isto é, um partido político é uma equipe que disputa eleições almejando controlar o governo. Schlesinger (1994) argumenta que essa definição tem alcance restrito àqueles partidos que disputam eleições competitivas e que possuem chances e desejo real de ganhar a corrida. Partidos que não correm atrás desses objetivos possuem um ajuste menor a essa teoria DE RODAPÉ —————¹.

- Nesse caso, ganhar o governo é o principal objetivo dos partidos políticos, embora sua motivação não seja o cargo em si. Nas palavras de Downs a tomada do governo ocorre "com o intuito de obter renda, prestígio e poder que resultam de estar no cargo. [...] Os partidos formulam políticas afim de ganhar eleições, e não ganham eleições afim de formular políticas"(DOWNS, 2013, p. 50).

Um grupo de indivíduos se ajuntam em uma organização para maximizarem suas chances de tomarem o governo. Sendo assim é necessário que eles busquem maximizar votos para garantir que estejam à frente dos demais correntes ao posto governamental. Contudo mesmo no mundo das firmas é necessário que existam benefícios aos clientes. No caso das democracias os governos possuem funções que precisam ser cumpridas. Para Downs (2013) os partidos que consigam ocupar os cargos do governo devem ofertar regulações e principalmente políticas públicas. Os eleitores compram políticas públicas com seu voto.

Percebemos que ao usar a teoria da escolha racional, desde o início pressupomos a atuação conjunta de diversos atores autointeressados visando lucro. Mas que isso, esses atores organizaram-se para poder alcançá-lo. Como bem sabemos, organizações surgem para resolver problemas que não podem ser resolvidos apenas individualmente a um custo razoável. O elemento organizacional dos partidos é totalmente claro aqui: atores políticos criaram essas coalizões para enfrentar uma série de problemas reais. Foram constituídas pelos políticos para liderem com esse problemas mais eficientemente do que eles individualmente o fariam. Nesse modo, Aldrich (2011) como Downs (2013) vê os partidos políticos como uma instituição fruto da ambição dos políticos. No limite os partidos no governo não seriam mais do que uma coalizão de detentores de cargos públicos com preferências semelhantes (ALDRICH, 2011, p. 28).

¹ É importante frisar que essas definições se aplicam a uma sociedade democrática, com eleições competitivas, livres e justas (DAHL, 1973).

Aldrich (2011) resume que os partidos foram organizados para resolver problemas de ação coletiva e escolha social na lida do jogo democrático. Os problemas de ação coletiva surgem, principalmente, nos cenários de produção dos bens públicos (OLSON; FERNANDEZ, 1999). Em muitas circunstâncias a ação individual racional deve produzir resultados inferiores, no sentido econômico pareteano. Dado a necessidade de ação conjunta durante a realização do jogo, isto é cooperação, é necessário a construção de instituições que vinculem o comportamento dos atores durante as sucessivas rodadas.

Nas relações governamentais o maior interesse dos legisladores é transferir benefícios, produzir ou evitar que uma legislação seja aprovada. O maior problema de ação coletiva diz respeito a seleção de quais leis serão aprovadas e quais serão rejeitadas. Uma legislação do tipo *pork barrel* tem como característica central a concentração dos benefícios e compartilhamento dos custos. Nesse sentido, aprovar todas as proposições legislativas vai deixar todos os legisladores com *payoff* inferior do que criar uma instituição que aumente as chances de aprovar uma legislação específica e vetar as demais. Por isso, formar um partido político com compromissos vinculativos *ex ante* para seus membros é uma opção razoável para qualquer legislador racional que queira ganhar agora e no futuro (ALDRICH, 2011).

Votações decididas por maioria são a causa de outro problema conhecido como o teorema de Arrow. Esse teorema prevê que o comportamento do eleitor dado as preferências é cíclico (BONCHEK; SHEPSLE, 1996). Em termos práticos, ao escolher entre duas opções e sendo vitoriosa a opção mais preferida entre os pares espera-se que não haja padrão ao se repetir a votação. Isto é, as preferências não se mantêm ao longo das possíveis combinações. A cada nova votação um novo resultado seria alcançado quando a escolha se baseia apenas em preferências. No entanto, os teóricos argumentam que os parlamentares podem votar sinceramente (e assim ciclicamente) ou podem votar sofisticadamente. O voto sofisticado depende das informações sobre as preferências dos outros atores e, assim, da estratégia a ser adotada para derrotar a legislação mais distante de sua preferência. Nesse sentido, o remédio para lidar com os problemas de ação coletiva também o é para os de escolha social. Formar coalizões permanentes para rechaçar as alternativas com pior *payoff* (ALDRICH, 2011).

Do mesmo modo, existem razões para se formar partidos para atuação na arena eleitoral. O resultado eleitoral é em si um bem público, portanto permite ser avaliado segundo a visão da necessidade da realização de ação coletiva. O fato é que dado o tamanho dos custos em relação ao benefício de votar o eleitor racional deveria se abster. Por outro lado, a decisão de votar pressupõe aquisição de informação sobre as melhores opções dado as preferências individuais. Levando-se em conta os benefícios privados que os cargos públicos proporcionam, os candidatos são os maiores interessados em resolver os problemas de ação coletiva dos eleitores. Mas a tentativa de resolução desses problemas não necessariamente pressupõe a criação de partidos políticos.

Aldrich (2011) aponta duas principais razões do por quê políticos criam e se filiam aos partidos políticos, e não outras instituições, para lidar com esse tipo de problema apresentado aqui. O primeiro deles diz respeito a capacidade de informar os eleitores sobre as posições dos candidatos. Partidos políticos tem a vantagem de contar com uma reputação, isto é, um rótulo ou marca. Uma marca consolidada garante a transmissão de informação com custo reduzido para o eleitor e para os candidatos. Por outro lado, os partidos também contribuem para a comparecimento eleitoral uma vez que as campanhas eleitorais são bastante custosas para candidatos individualmente. Partidos precisam fazer com que o eleitor compareça. Uma vez que se alcança esse objetivo o custo para outros candidatos do mesmo partido diminuem. Partidos, desse modo, são veículos de economia de escala.

Embora os partidos apresentem vantagens na resolução de problemas endêmicos ao jogo governamental e eleitoral precisamos saber o que considerar sobre filiação dos candidatos a determinados partidos, uma vez que a escolha não é aleatória. Seguindo a lógica da maximização de utilidade políticos ambiciosos, que objetivam uma carreira política, escolhe adentrar ao partido que oferece a maior probabilidade de continuar sua carreira política. Precisamos salientar que essa explicação se ajusta bem melhor aos casos onde políticos mantêm interesse pelo cargo, mas ajusta-se também no cenário onde eles se interessam por políticas públicas. Grandes partidos, portanto, são melhores opções para esse tipo de político do que criar novos ou se filiar à partidos pequenos.² É suposto também que os partidos desejam estar entre os maiores e, portanto, investem em recrutar, treinar e apoiar os melhores candidatos. Estes por sua vez estão interessados em partidos fortes que lhe permitam manter uma carreira política longa, lhes dê acesso contínuo a recursos importantes, bem como, a redução das incertezas ao longo das repetições das corridas eleitorais e ciclo governamental (ALDRICH, 2011, p. 58).

Em resumo, a posição da teoria da escolha racional é a de que em uma democracia republicana a necessidade de formar maiorias na arena eleitoral e no parlamento incentiva a criação de partidos uma vez que os políticos querem ganhar mais e suas chances aumentam quando eles buscam seus objetivos com partidos políticos de (SCHLESINGER, 1994; ALDRICH, 2011). Partidos são instituições de um tipo específico que ajuda a resolver problemas de ação coletiva e escolha social portanto aumentam as chances dos políticos terem seus desejos satisfeitos. Em uma democracia competitiva partidos políticos são meios institucionais usados pelos políticos para alcançar seus objetivos.

Embora esse tipo de abordagem ajude na avaliação da ação partidária ela diz pouco sobre como os partidos se organizam, uma vez que eles são instituições endógenas. Essa abordagem deixa de fora todas as características que a associação entre esses atores

² É importante salientar que esses modelos são pensados em eleições majoritárias e sistemas bipartidários. Nesse sentido, uma vez que apenas dois partidos se sobressaem nessas disputas (COX, 1997) os políticos deveriam se juntar aos competitivos em maior frequência. Em sistemas multipartidários e proporcionais o comportamento tende a se manter, mas com maior variabilidade dado perfil institucional e contextual

ambiciosos tomará ao constituir a organização. Nesse sentido, a estrutura organizacional pode dever variar em função de decisões internas de seus membros, das demais instituições políticas, do contexto histórico e do caminho seguido por estas instituições (SCHLESINGER, 1994; ALDRICH, 2011). É dessa complexidade que podemos usar outros referenciais para pensarmos os objetivos dos atores que formam os partidos (*office, policy, votes*) e a multiplicidade de formas que cada um deles se organizam entre as democracias no mundo. A abordagem da escolha racional nos dá um parâmetro, ou uma definição mínima para lidarmos com os partidos no mundo real. Mas outras teorias organizacionais podem contribuir para entendermos as formas institucionais que os atores políticos adotaram em um contexto real ao criar e institucionalizar seus partidos políticos. Porém, de fato, partidos que se entregam a competição eleitoral e tentam ser um grande partido se adéquam mais ao modelo do que partidos menos motivados em maximizar votos e cargos.

3.1.1 Críticas à abordagem racional-institucional

Strøm (1990) avalia o desenvolvimento da teoria dos partidos políticos baseadas em postulados da teoria da escolha racional enfatizando suas consequências comportamentais. Uma vez que a teoria da escolha racional exige a indicação explícita das preferências dos atores é possível agrupar a teoria racional dos partidos em: (1) *vote-seeking*; (2) *office-seeking*; e (3) *policy-seeking*.

Vote-seeking parties é a teoria desenvolvida inicialmente por Downs (2013). Partidos são uma equipe que tem como objetivo controlar o aparato do governo e para isso precisam maximizar votos. Nesse sentido, o principal objetivo desses atores é conseguir tantos votos quanto necessários para ganharem ou manterem-se com os cargos políticos. A principal crítica direcionada a esse modelo é o fato empírico de que muitos partidos desviam-se do eleitor mediano, diversos outros concentram-se em pequenos grupos que nunca poderão lhe dar uma maioria. Nesse sentido, afastam-se da pressuposição da maximização do voto.

Office-seeking parties são aqueles partidos que tem como objetivo central ganhar postos governamentais. Essa teoria é desenvolvida muito na direção das coalizões governamentais. É importante frisar que diferente do *vote-seeking* que objetiva controlar o governo, o *office-seeking* diferentemente prefere fazer parte dele não necessariamente como o dono do governo. Participar do governo é um meio para acesso aos recursos que esses postos concedem. Essa teoria é mais desenvolvida para sistemas políticos parlamentaristas. Contudo, frequentemente observa-se o comportamento contrário, partidos que integram governos abdicam dos benefícios oriundos dos cargos ou mesmo abandonam o governo mesmo quando seria impossível fazer parte de um novo governo opositorista.

Policy-seeking parties são aqueles que objetivam defender ou implementar políticas específicas. Nesse sentido ela é uma teoria complementar aos outros modelos. É necessário de alguma forma maximizar votos e cargos para ter suas preferências sobre políticas consideradas, mas nesse caso tanto votos, quanto cargos, são instrumentos para seguir

adiante com uma agenda. Essa literatura é mais recente e menos desenvolvida, mas segue principalmente os desenvolvimentos dos estudos de coalizões. Mas quais seriam os partidos que se juntariam a um governo sem reivindicar mudança política ao seu favor? (STRØM, 1990). Além disso, pode-se argumentar que governos motivados por políticas não deveriam ser conciliados com a institucionalização do corporativismo, pluralismo ou mesmo democracia por referendo. Essas são algumas das críticas empíricas ao modelo de *policy-seeking*.

Em conjunto, esses três modelos de comportamento partidário tem limitações teóricas plausíveis. Strøm (1990) argumenta que eles são bastante (1) estáticos - no sentido de que não são avaliados no modelo o antes e o depois de uma formação de governo, por exemplo; (2) atores unitários e pouco constrangidos - não se leva em conta que partidos são organizações e que possui diversos conflitos e constrangimentos internos e externos ao comportamento; (3) as regras institucionais variam consideravelmente entre os países - isso afeta o comportamento dos partidos e seus objetivos no sentido de que os recursos que lhe são disponíveis são marcados por regras constitucionais.

Uma teoria do comportamento partidário, portanto, passa por assumir que os partidos podem assumir graus variados dos três objetivos em determinados momentos e contextos institucionais. Para Strøm (1990) a posição de uma partido dentro desse espaço tridimensional pode ser acessada segundo o valor que cada partido atribui a cada um dos objetivos. variáveis que ajudam a indicar essa consideração reside nos constrangimentos organizacionais dos partidos e nos constrangimentos institucionais do regime em que eles disputam.

Ao final, identificamos que as posições de Strøm (1990) são uma tentativa de evitar derivações estrita da teoria da escolha racional para o comportamento dos partidos. Entendemos contudo, que as posições de Schlesinger (1994) e Aldrich (2011) mesmo mantendo sua posição na teoria escolha racional comportam argumentos "comportamentais" seja no ambiente organizacional ou de competição. No final das contas, a teoria da escolha racional deveria ser sempre pensada em aplicações restritas, por exemplo: partidos em democracias competitivas que objetivam ganhar o poder, tendem a maximizar votos. Neste mesmo cenário, quando partidos não tem chance real de assumir o governo eles podem maximizar cargos. O pesquisador deveria, aqui deixar claro suas suposições.

3.1.2 Partidos como Organização

Tomando os pressupostos da escolha racional aos partidos e as críticas apresentadas podemos ainda deixar um pouco mais claro a noção de partidos como organização. Schlesinger (1994) argumenta que as teorias tipicamente oriundas da sociologia política (que veremos a seguir) tende a avaliar cada elemento da organização partidária separadamente e, nesse contexto, é difícil definir exatamente a constituição do partido sem levar em conta suas múltiplas faces. Segundo Schlesinger (1994), essa limitação propagou a ideia de que os

partidos estavam em declínio (e não em mudança adaptativa) uma vez que os estudantes não possuíam uma teoria adequada dos partidos. Um partido político é uma organização, mas faltava-se definir de qual tipo.

Mas de onde vem os problemas que dificultam a definição conceitual? Em primeiro lugar de um conflito metodológico, funcionalistas vs teóricos de escolha racional. Em segundo lugar, questões normativas sobre o que deveria ser um partido político. Schlesinger (1994) usa a definição de Downs (2013): um partido político é uma equipe que disputa eleições almejando controlar o governo. É importante salientar que Schlesinger (1994) argumenta que essa definição tem alcance restrito aqueles partidos que disputam eleições competitivas e que possuem chance e desejo real de ganhar a corrida. Partidos que não correm atrás desses objetivos possuem um ajuste menor a essa teoria.

Os pressupostos da teoria escolha racional aplicada aos partidos revela uma teoria institucional desses atores. Tanto o objetivo quanto os meios para alcançá-lo são definidos exteriormente a eles. Nesse sentido a definição indica que o principal objetivo a ser alcançado pelos partidos é a tomada do governo através de eleições democráticas justas e competitivas. Nesse sentido, como já apresentamos acima, um partido político é um time de indivíduos que coordenam suas ações para disputar e ganhar os cargos eletivos. Embora primariamente esse time seja composto por candidatos e mandatários outras pessoas compõe esse grupo. Todos esses membros e atividades precisam ser organizados. Nas palavras de Schlesinger (1994, p. 10), "The political party, in other words, must prove itself as an organization". Mas que tipo de organização são os partidos políticos?. Novamente Schlesinger (1994) é aquele com uma boa resposta.

Como firmas, partidos políticos competem em um mercado, o eleitoral (SCHUMPETER, 1942; DOWNS, 2013). O principal produto dos partidos são seus candidatos e suas políticas e recebe em troca postos governamentais. Uma organização que disputa no mercado é marcada pela necessidade de manter a frente seus objetivos uma vez que sua sobrevivência depende de ser bem-sucedida naquele ambiente. O mercado eleitoral nesse sentido informa claramente o sucesso ou a falha do partido na disputa. Do mesmo modo, o mercado confere influência e poder aos indivíduos mais bem-sucedidos. Nesse sentido, aqueles candidatos vitoriosos ou que superaram as expectativas nas eleições serão mais influentes do que aqueles que não conseguem superar o desafio.

Diferentemente das firmas, partidos produzem bens coletivos. Esse tipo de bem possui a característica de que seu acesso não pode ser restrito. Todas as pessoas podem receber o benefício mesmo que não tenham contribuído para sua produção. Nesse sentido, não seria racional para nenhum indivíduo arcar sozinho com os custos da produção do bem. Uma vez que partidos existem e que os bens coletivos são entregues a teoria do bens públicos deve fornecer uma resposta. A resposta é simples: membros chave recebem benefícios privados para que eles contribuam com a produção do bem. Os maiores beneficiários são os *office-seekers* cujo *payoff* compensa os custos da organização.

Partidos são organizações que não podem pagar diretamente a maior parte de sua força de trabalho. Funcionários pagos tem incentivos seletivos para contribuir com a organização, mas possuem interesse real na sobrevivência dela. Esse publico são pessoas com perfil profissional claro e competências vitais para a vida da organização. No entanto os partidos políticos precisam de mais mão de obra do que aquela que ele pode pagar sendo boa parte dessas funções realizadas por trabalho voluntário. É importante salientar aqui: enquanto a escolha racional posiciona os princípios, ela permite que a prática, a organização dos partidos em si seja um elemento de escolha intencional, fruto de estratégias dos atores e situadas em um contexto específico (ALDRICH, 2011).

Tomando uma posição mais crítica em relação à escolha racional Strøm (1990) argumenta, de maneira similar a TER, que líderes partidários organizam os partidos com base no autointeresse. Isto é, eles ambicionam os benefícios advindos dos cargos públicos. Nesse sentido, quando líderes partidários não possuem constrangimentos eles privilegiarão conseguir cargos ao invés de votos ou políticas. Contudo existem limitações organizacionais e institucionais ao comportamento dos políticos.

Limitações organizacionais dizem respeito aos constrangimentos impostos a atuação dos atores nas organizações. No caso dos partidos políticos antes de ganhar acesso ao governo é necessário contar com uma organização extra parlamentar forte. Essas organizações são responsáveis por pelo menos três coisas: (1) levantar informações sobre o eleitorado e suas preferências; (2) mobilização de apoiadores; (3) implementação de políticas nas diversas arenas que o partido tem acesso. A literatura tem apontado para uma dualidade entre organizações baseadas em capital e outras em trabalho. No primeiro caso, o partido conta com a ação de profissionais contratados, enquanto na segunda o trabalho voluntário é a tônica. A distribuição desse material é fruto do cálculo estratégico e das condições ambientais (DUVERGER, 1970; KIRCHHEIMER, 1966).

Ativistas são membros da organização que constroem a ação dos líderes partidários no sentido de que eles possuem preferências por políticas e que eles não recebem seu *payoff* no momento em que realizam suas atividades. Nesse sentido o líder do partido mesmo possuindo preferências por *office* precisa levar em conta que ele não tem recursos suficientes para que sua organização se baseie simplesmente em contribuições monetárias. Ativistas recebem incentivos propositivos (políticas, por exemplo), enquanto profissionais recebem incentivos seletivos (pagamentos de salários, espólios da conquista dos cargos públicos). A ideia é que ganhar cargos requer maior peso nos incentivos seletivos, mas como líderes não dispõem de recursos suficientes para ganhar os cargos pagando diretamente ele precisa ter uma quantidade de ativistas que respondem bem a incentivos propositivos. O custo disso é ter sua atividade restringida por eles já que os ativistas precisam se assegurar que os líderes eleitos irão cumprir seus compromissos. O grau em que um partido depende de ativistas afeta sua composição, descentralização e influência dos ativistas. Quanto mais dependente de ativistas um partido, maior será o peso que estes terão na tomada de decisão interna

no partido (STRØM, 1990, p. 577).

Na argumentação de Strøm (1990) instituições afetam o comportamento do partido de forma direta e uma indireta. Esta última representa a relação entre o tipo de organização partidária e a estrutura de oportunidades (instituições). Então financiamento público aos partidos tem um efeito de tornar partidos labor intensive em partidos mais capital intensive, diminuindo os controles dos ativistas sobre o rumo do partido, de *policy-seeking* para um mais próximo ao *office-seeking*. Contudo, é mais importante do ponto de vista geral se ater aos efeitos diretos das instituições sobre os partidos independente do tipo de organização. Então quanto mais desproporcional for uma formula eleitoral maiores os incentivos dos partidos se afastarem da maximização de votos, portanto, selecionando criteriosamente os devidos locais onde irão disputar. Por sua vez a regulação das instituições governamentais afetam o comportamento dos partidos. Se a distribuição de postos governamentais siga uma distribuição proporcional entre governo e oposição, novamente os partidos tem poucos incentivos a se aproximarem do modelo de maximização de votos. Antes suas estratégias serão relacionadas aos votos suficientes para ser relevantes nas instituições governamentais. Isso é mais tanto mais verdade quanto mais próximo de um modelo Westminster um país esteja (LIJPHART, 2003; STRØM, 1990).

Até aqui vimos que partidos podem abandonar a busca por maximização de votos. Mas qual seria a condição onde esse modelo mais acertaria? De acordo com Strøm (1990) partidos tendem a ser *vote-seeking* quando desejam ser o *head of government* ou quando disputam em ambientes eleitorais altamente competitivos. Quanto mais incerto for o resultado de uma eleição, mais os partidos tenderão a maximizar votos. Do mesmo modo, quanto mais proporcional for o sistema eleitoral mais o partido estará preocupado com resultados eleitorais.

Neste sentido podemos descrever os cenários onde poderemos observar comportamento dirigidos mais especificamente: (1) *Vote-seeking*: em sistemas bipartidários ou multipartidários com um partido dominantes. Em sistemas onde o peso eleitoral é determinante para a distribuição dos cargos e do poder de barganha; (2) *Office-seeking*: em sistemas multipartidários com baixa competição eleitoral e elevado grau de desproporcionalidade eleitoral. Além disso, soma-se aqueles sistemas onde o acesso a cargos desviem-se da força parlamentar dos partidos, onde estes tenham baixa democracia interna e o recrutamento seja pouco institucionalizado; (3) *Policy-seeking*: as mesmas condições que promovem o *office-seeking* diferenciando-se quanto ao grau de democratização interna e recrutamento político.

O argumento de Strøm (1990) vai na direção de complexificar os objetivos dos partidos e mostrar como classificar mais adequadamente. Além disso traz à cena a importância que as instituições políticas desempenham sobre o comportamento dos partidos e de sua relação a forma organizacional que os partidos adota.

3.2 Organização Partidária: Modelos Partidários

Parece uma contradição afirmar que enquanto os partidos políticos são um dos objetos mais estudados na Ciência Política ainda saibamos tão pouco sobre eles. Essa afirmação passa a ter sentido quando dizemos que estudar organizações partidárias é estudar estes atores como unidade de análise (JANDA, 1983). Importa menos perguntar qual o nível de disciplina partidária no parlamento do que perguntar como os partidos funcionam por dentro. Talvez resida nesse fato o pequeno avanço feito nesse campo de estudos. Os partidos são atores que escondem informações acerca do seu dia a dia deixando para o público apenas a face de seus representantes (JANDA, 1983).

Antes de qualquer coisa precisamos definir o que entende-se quando se fala de organização partidária. A literatura tem utilizado amplamente esse termo sem ter o cuidado de conceituá-lo (DUVERGER, 1970; KATZ; MAIR, 1995). Embora a definição do que seja organização esteja relacionada a posição teórica/epistemológica, se guiado por uma teoria sociológica ou política, existe uma noção mais ou menos comum acerca do que se entende ao utilizar o termo. Organização partidária

[...] is a broad concept used to denominate a conglomerate of internal structures and procedures such as party units, membership, allocation of recourses (e.g, power, finances), decision making, elite behaviour (e.g, unity, leadership continuity), and organizational autonomy (GHERGHINA, 2014, p. 35).

Quando falamos organização estamos falando de todos os componentes que integram o que é um partido. Embora não definido claramente Duverger (1970) provavelmente não discordaria dessa definição uma vez que em sua abordagem esses elementos foram apresentados como a estrutura dos partidos. Ao descrever a estrutura dos partidos políticos ele destacou que partidos eram organizados em (1) elementos de base; (2) arcabouço geral; (3) atributos gerais e (2) instituições dirigentes (DUVERGER, 1970, p. 35). Cada uma dessas dimensões sendo compostas por uma multiplicidade de elementos. Dessa noção identificamos que partidos são organizações complexas compostas por diversas dimensões e que são mobilizadas diferentemente para propósitos específicos.

To sum up, party organizations include a multitude of componets important for the internal life of the party: the organizational units and the internal decision-making procedures; the party elite, the membership organization; and the connections established with others organizations (GHERGHINA, 2014, p. 35).

Os estudos organizacionais tentam abacar essas dimensões ao analisar os partidos políticos. Não necessariamente cada uma dessas dimensões possuem o mesmo valor e são abordadas da mesma maneira. Precisamos fazer uma distinção entre abordagens diferentes aqui. A abordagem que defino como tradicional lida com a formação e a mudança das organizações partidárias ao longo do tempo. Tenta criar uma teoria que dê conta dos

processos organizativos pelos quais os partidos atravessam entre as eras. Essa abordagem tem como pontos teóricos formativos a sociologia política, em suas vertentes funcionalistas e estruturalistas.

Essa abordagem recebeu destaque ao formular processos evolutivos dos partidos e os inserindo em modelos. Destaque-se o fato que a organização partidária passa a ser definida não somente em relação a si mesma mas também em sua relação com outros fatores externos tais como a democracia, a sociedade e o estado (KATZ; MAIR, 1995). Além disso nota-se as organizações partidárias muito como respostas ao ambiente. Os partidos de quadros respondiam a um ambiente de democracia limitada com sufrágio restrito, os partidos de massa lidaram naturalmente com uma democracia de larga escala, com sufrágio universal e a necessidade de inserir e intermediar as demandas das novas classes ao processo político.

Posteriormente, os partidos de tipo *catchall* lidam como corretores eleitorais não representantes classistas mais sim de setores da sociedade. Eles afastam-se totalmente da sociedade e partem rumo ao estado. Finalmente, o estágio atual das organizações partidárias é de completo afastamento da sociedade e simbiose com o estado agindo como representantes deste último. Não existe mais distinção entre um partido e um burocrata estatal. O que precisa ser salientado aqui é que essas teorias dos modelos partidários lidam muito mais com a noção de que partidos desempenham certas funções e que eles possuem tipos genéticos dado a relação que eles mantêm com outros atores ao cumprir essas funções. Nesse sentido, as dimensões da organização e suas inter-relações definem o modelo organizacional.

Essa abordagem recebeu diversas críticas quanto a criação de tipologias ou mesmo o evolucionismo de sua abordagem. Mas o que nos interessa é o fato de que essa abordagem utiliza elementos externos aos partidos para avaliar sua organização (JANDA, 1983; JANDA; COLMAN, 1998b) e tem-se observado uma nova abordagem para estudá-las. A abordagem contemporânea reduz o foco de análise para as dimensões mais importantes da estrutura interna dos partidos, isto é, houve uma mudança na concepção de modelos organizacionais para componentes organizacionais. Essa cisão foi uma resposta às teses do decaimento partidário (JANDA; COLMAN, 1998b). Por um lado observa-se que os partidos mantinham cada vez menos membros em suas unidades de base e cada vez menos pessoas identificadas com seu rótulo. Por outro lado, os partidos seguiam como donos incontestes das funções de representação e controle dos governos democráticos.

As teorias das organizações partidárias precisavam lidar com essa dualidade. Que os partidos enfraqueceram em alguns elementos e se fortaleceram em outros. Os partidos *on the ground* apresentavam-se apenas como um vislumbre do que já tinha sido enquanto *in the public office* apresentava mais força do que nunca (KATZ; MAIR, 1995). Do mesmo modo partidos que coexistiam apresentavam características muito distintas entre si nas mesmas condições ambientais. A teoria organizacional precisa lidar com fato de que

partidos políticos possuem o poder de agência e, portanto, são atores ativos na elaboração de seu perfil organizacional. As teorias dos modelos partidários não lidavam com o fato de diferentes elementos organizacionais afetarem de maneira distinta fenômenos políticos.

Com essa preocupação a literatura precisou por em avaliação as dimensões organizativas internas e indicar a relação esperada entre elas e a política. Uma das primeiras tentativas de mensurar organização partidária nessa abordagem é a Janda (1983). Essa forma de lidar com a organização partidária tem vantagem em relação a abordagem anterior no sentido de que ela indica claramente o conceito e sua função. Ela também permite unificar a construção dos indicadores e aumentar o grau de comparabilidade das organizações partidárias. Finalmente, pode-se argumentar com maior precisão a relação que cada um desses elementos sobre outros fenômenos políticos tais como eleições ou comportamento parlamentar, democracia interna, entre outros.

3.2.1 Abordagem Clássica: Abordagem estrutural/organizacional

Quando se fala em organizações partidárias como objeto de estudo é inegável o peso que as teorias dos modelos partidários detém. Essa abordagem pode ser considerada a maneira clássica de lidar com tema e traz como características abordagens de tom estrutural-organizacional e holista da vida dos partidos. Nesse sentido, essa agenda deixa patente o estudo dos partidos seguindo modelos organizacionais ou tipo de partidos, sua estrutura interna, bem como, sua relação com sociedade, estado e democracia (DUVERGER, 1970; KIRCHHEIMER, 1966; PANEBIANCO, 2005; KATZ; MAIR, 1995).

Duverger (1970) lançou as bases do que entendemos hoje por organização partidária, bem como lançou as principais categorias analíticas para classificação dos partidos. Tendo como base Duverger os estudos posteriores, mais do que propor novos elementos para avaliar as organizações partidárias, construíram novas tipologias tendo como premissa a noção de desenvolvimento, mudança e adaptação.. Isto é, comparavam a situação dos partidos em seu tempo com as indicações de Os Partidos Políticos. É nesse sentido que os partidos *catch-all*, burocrático-eleitoral, bem como partidos cartel se distinguiam dos primeiros partidos de quadros e os partidos de massa. Embora muito já tenha sido debatido sobre a temática, faremos uma breve discussão aqui para salientar a passagem dessa abordagem clássica à uma que chamo moderna, ou mesmo contemporânea.

Para Duverger (1970), a organização partidária é o conjunto de 'elementos básicos' que compõe um partido político. A sociologia dos partidos de Duverger (1970) decompõe os elementos constitutivos dos partidos em busca de modelos ideais que pudessem abarcar os principais partidos de sua época. A origem do partido, os seus tipos de elementos básicos e sua inter-relação poderiam ser utilizadas para classificá-los. Os elementos de base pressupunha um tipo específico de atuação e um típico nível de democracia, entendido aqui como sufrágio. Ao descrever a estrutura dos partidos políticos ele destacou que partidos eram organizados em (1) elementos de base - são as unidades a partir dos quais os partidos

tomam forma ³ ; (2) arcabouço geral - diz respeito as atividades que constitui o partido, bem como sua distribuição de poder; (3) atributos gerais - indicavam como os elementos de base se articulavam entre as unidades geográficas horizontal e verticalmente e (2) instituições dirigentes - como o poder era distribuído entre as unidades do partido, se eram mais ou menos centralizado e mais ou menos democrático (duverger1970, p. 35). Cada uma dessas dimensões sendo compostas por uma multiplicidade de elementos. Como cada um desses elementos se combinavam dava forma a um tipo específico de partido. Dentre os tipos de partidos que existiram, os de quadros ⁴ e o de massa sagraram-se os mais importantes. Um era praticamente o oposto do outro.

3.2.1.1 Partido de quadros e partidos de massa

Os partidos de quadros foram os primeiros partidos, aqueles de origem parlamentar. Eram constituídos por personalidades, os notáveis locais. Sua principal face, e praticamente única, era a dos parlamentares. Eles eram os atores centrais do partido, aqueles onde residia toda autoridade, definiam os programas e estratégia dos partidos. Para todos os fins, a ação partidária estava restringida ao parlamento. Sua organização era pequena, se assim pudermos considerar. O partido era composto pelas elites políticas/econômicas da sociedade. Se organizam sobretudo em comitês, descentralizados e eram fracamente articulados (KROUWEL, 2005). Além disso, havia quase nenhuma forma de distinguir que fazia e não fazia parte do partido. Uma vez que o sufrágio era censitário não havia necessidade de ampla organização para mobilização. O financiamento das atividades era oriundo praticamente das rendas pessoais de contatos pessoais do parlamentar eleito. Dado isso, praticamente não havia organização no sentido conceituado por Duverger (1970) ao tratar dos partidos de massa.

As diferenças entre os partidos de massa e os de quadros era de estrutura e não apenas de tamanho. Aqueles eram grande número de adeptos, adesão formal, educação política, financiamento de campanhas baseado nas contribuições dos membros. O desenvolvimento do partido de massa é uma cisão política e social com a burguesia capitalista (DUVERGER, 1970, p. 103). O partido de massa era fruto da ampliação do sufrágio para universal e instrumento de mobilização social desse novo contingente de massa política (KATZ; MAIR, 1995). Foi nesses partidos que observou mais patente a necessidade de organização. Estes partidos tinham a função de atrair, entrincheirar e educar politicamente as massas recém ingressas a comidade política. Além disso, como qualquer partido, precisam dos recursos necessários para ganhar eleições. Entincheirar as massas, não apenas dava legitimidade

³ Duverger salientou as células, seções, comitês e milícias. Todas eram estruturas dos partidos comunistas, socialistas ou fascistas. Isto é, dos partidos da época em que Duverger (1970) fazia sua pesquisa. Notadamente, hoje a literatura opta por tratar essas estruturas de base a partir da nomenclatura de base local (citar).

⁴ Existem uma pequena variedade nas nomenclaturas devido a diversidade de tradução. O que chamamos de partido de quadro, pode ser lido como partido de comitê e até mesmo o partido de notáveis weberiano.

democrática, mas os recursos financeiros para disputar e ganhar eleições. A adesão era oficial, bem como as contribuições financeiras (DUVERGER, 1970, p. 106).

O tipo de organização que surgiu foi altamente burocrática (WEBER, 2004; MICHELS, 1982; DUVERGER, 1970). Sua característica de 'massa' fazia alusão não só ao perfil ideológico desses partidos (socialistas, principalmente), como também o contingente que compunha suas bases. Além disso, organizavam-se de maneira altamente hierarquizada, embora relações democráticas de poder fossem a tônica. A divisão do trabalho era essencial neste tipo de partido. Destaca-se o papel central dos militantes. Uma nova forma de atuação política inaugurada por esses partidos. O militante é o adepto (formal no partidos de massa, menos formal nos de quadros) ativo na vida da organização. Os militantes constituem o núcleo dos agrupamentos de base dos partidos. Eles são responsáveis pelas atividades mais importantes do partido na base. As lideranças era peça chave, eram bastante poderosos, mas seguiam um padrão de centralismo democrático (DUVERGER, 1970) —————⁵.

A avaliação das organizações partidárias de Duverger (1970) lançou as bases para futuros desenvolvimentos. Por um lado, sua avaliação era sobretudo estática - isto é, como os partidos se organizavam em sua época. Por outro lado, ela guardava apontamentos para o futuro - indicando que os partidos de massa seriam o padrão de partido de um regime democrático (contágio pela esquerda). A literatura que se seguiu foi profundamente dinâmica em abordagem. Tomando como base os partidos de quadros e, principalmente, os de massa essa literatura se perguntou como os novos partidos se enquadrariam nessas tipologias. A seguir fazemos um resumo dos principais apontamos dessa literatura e dos modelos de partidos.

3.2.1.2 Partidos *catch-all*

Os partidos de tipo *catch-all* são um desenvolvimento dos partidos de massa e os de quadros a novos ambientes, principalmente de desenvolvimento econômico e social no período posterior a 1945 (KIRCHHEIMER, 1966; KATZ; MAIR, 1995; KROUWEL, 2005). As estruturas sociais que criaram os partidos de massa agora havia desaparecido. O estado de bem estar já integra boa parte da população que necessita desses serviços e o mercado já garante níveis de bem estar. Uma nova classe média agora se identificava com ideologias burguesas de modo que os partidos mudaram de perfil, isto é, organizacionalmente. Kirchheimer (1966) observava a direção dessa mudança. Para ele os grandes partidos europeus, outrora de massas, (1) perdiam sua carga ideológica; (2) fortalecimento das lideranças centrais; (3) diminuição do papel dos membros; (4) desvinculação de uma classe social tradicional; (5) atrelamento a diversos grupos de interesses.

Kirchheimer chega a essa conclusão ao avaliar os o papel dos grandes partidos

⁵ Embora Duverger (1970, p. 170) salientasse que a necessidade prática de competição empurra para a oligarquia.

européus quanto a sua atuação de ‘correias de transmissão’ entre população e governo. Dado as mudanças sociais os partidos de massa classistas e confessionais, bem como os burgueses, estão sendo pressionados para adotar uma postura *catch-all*. Partidos como fornecedores de bens não duráveis sofre os revezes da competição e precisam lidar com seu produto enquanto mercadoria. O partido *catch-all* elabora plataformas vazias para evitar cobranças dos eleitores e opositores. Além disso, como princípio esse tipo de partido prefere o consenso com seus adversários (os de massa optavam pelo conflito) para evitar realinhamento partidário. Por isso, o partido não adota plataformas de preferências claras. Até mesmo a construção desse material sofre influência direta dos grupos de interesse. Os partidos *catch-all* mobilizam os eleitores de acordo com suas posições, o papel do líder partidário é extremamente importante já que ele é quem comanda os rumos dos partidos em termos de preferência política. Como os partidos possuem baixa diferenciação as personalidades passam a ser centrais nas eleições. O lançamento de candidaturas é o ponto central do partido *catch-all*.

A principal mudança em relação aos partidos de massa referem-se aos membros do partido. O contingente de filiados passa a ser ‘desprezível’ uma vez que o partido pode alcançar um enorme quantidade de eleitores dados os novos meios de comunicação, além disso, possuem ampla rede de financiamento. Nesse sentido, a organização base dos partidos *catch-all* é reduzida, mas conformada por uma ampla rede de profissionais que possuem interesse nos benefícios seletivos ofertados pela organização. O perfil dos membros são muitos distintos e sem necessidade para vinculação formal. Além disso, os técnicos de campanha passam a ser proeminentes quando a principal tarefa é convencer eleitores muitos distintos nas campanhas eleitorais. Ganhar eleições é o meio e o fim dos partidos *catch-all*. Nesse sentido, as campanhas são essencialmente capital intensive. Organizações locais existem frequentemente com a única função de cooptação de novos líderes e candidatos. Não sendo necessário qualquer vinculação de princípio a não ser o sucesso eleitoral. Em suma, esse partido adota uma estrutura pequena, descentralizada, sem compromissos com membros e militantes. Educação política de qualquer tipo é desincentivada. A estrutura do partido é um elemento para períodos eleitorais, somente.

3.2.1.3 Partidos cartel

Katz e Mair (1995) podem ser considerados os últimos expoentes dessa tradição de estudos. Seus trabalhos seguiram na direção de revisar criticamente a teoria dos partidos e das organizações partidárias. Para estes autores, o partido de massa era apenas um estágio do desenvolvimento dos partidos políticos, do mesmo modo que seus sucessores os *catch-all*. Ainda segundo eles, o fim da década 1980 apresenta um novo tipo: o partido cartel. Esses autores foram bastante criticados por adotarem uma argumentação muito próxima ao evolucionismo a teoria dos partidos políticos. Segundo eles a história registrava em cada período um tipo de partido específico, muito embora diversos deles pudessem coexistir antes

da completa superação. O partido cartel seria portanto a maneira encontrada pelos líderes partidários garantirem a sobrevivência de sua organização frente aos desafios impostos por novas condições ambientais.

Podemos resumir os argumentos de Katz e Mair 1995, 1996, 2009 da seguinte forma. Em primeiro lugar eles viam com certo receio o 'alarde' das falhas ou declínio partidário. Para eles, boa parte da descrença nos partidos era fruto de uma visão inadequada que avaliava os partidos segundo à ótica, muitas vezes normativa, dos partidos de massa duvergeriano. Argumentam eles que a academia deixou de identificar processos de desenvolvimento organizacional, mudanças, devido a necessidade de adaptação à novas condições ambientais (KATZ; MAIR, 2009, p. 756). A partir da década de 1970, Katz e Mair (1995) observaram a guinada dos partidos políticos em direção ao estado de modo a se configurar como parte integrante dele. Em paralelo observou também o declínio da participação e do envolvimento em atividades partidárias por parte dos cidadãos. Segundo eles, novas formas de organização política seriam agora mais atraentes - esses grupos seriam mais locais e com objetivos mais focalizados; nesses grupos o poder dos membros também seriam maiores. Em contraposição, a participação e filiação nos partidos políticos passou a ser menos frequente e em níveis bem abaixo dos tradicionais (*citar mais gente*). Frente a esses acontecimentos os partidos em busca de financiamento para suas atividades encontraram no Estado seu maior contribuinte, principalmente porque os partidos são atores com poderes para angariar fundos do Estado.

Mas porque seriam esses novos partidos de um tipo peculiar, o cartel? O Argumento de Katz e Mair (1995) são em boa medida baseados nos efeitos causais da mudança de fonte de financiamentos. Uma vez que o Estado é o maior provedor dos recursos vitais a organização, os partidos governistas tendem a se tornar mais fortes e aumentam suas chances de resistir a novos desafiantes. Adiciona-se a isso o fato de que nas democracias contemporâneas boa parte dos partidos relevantes são partidos governistas, tanto porque muitos são governos de coalizão, quanto por causa da descentralização política. Nesse sentido, os partidos podem formar cartel para sobreviverem juntos (*inter-party collusion*), uma vez que todos eles enfrentam um risco associado: sair do governo significa perder a segurança. Mais uma evidência disso seria o fato de que as regras para divisão de recursos se estende também àqueles partidos fora do governo.

O surgimento desse partido altera uma série de fenômenos relacionados à democracia. Segundo Katz e Mair (1995) os objetivos da política foram alterados para fins de gestão pública, eficiência e política como profissão. Os partidos, portanto, se tornam agências semi estatais. Em razão dessa proximidade entre os principais objetivos dos partidos a competição torna-se contida e administrada seguida de divisão de equânime de patronagem, bem como, regras de proteção aos mandatários. Por sua vez as campanhas eleitorais tornaram-se *capital-intensive*, profissionais e centralizadas e com recursos estatais representando boa proporção do orçamento do partido. Uma vez que os partidos dependem menos de seus

membros de base, os ativistas tornam-se atores mais frágeis na política organizacional do partido. As lideranças partidárias optam pela baixa discriminação entre membros e não membros; mesmo com cargos existe pouco poder decisional fora das elites políticas. A afiliação se dá principalmente de forma direta com *central-office*. Os líderes tornam-se muito mais autônomos em relação ao membros do partido e a organização vira uma estratarquia, uma vez que é fomentada uma relação autônoma com algumas de suas organizações de base. Finalmente, a democracia passa ser associada com outras visões. As eleições se dão a partir de um menu fixo de partidos que se coadunam e pouco se diferenciam. Além disso, estes podem ser vistos como um agrupamento de parceiros profissionais, não associações de ou para os cidadãos. Finalmente, nesse cenário a *accountability* eleitoral fica comprometida.

3.2.1.4 Crítica a abordagem clássica ou 'por quê não vinga mais?'

Mesmo com tantas abordagens e modelos não se conseguiu acumular uma teoria mais geral sobre o surgimento, desenvolvimento e transformação dos partidos políticos (KROUWEL, 2005, p. 249). O fato é que esses *accounts* não são suficientes para darem conta da quantidade formas com que os partidos políticos se organizam. Boa parte dessas teorias são também datadas de quase um século e restrita aos países europeus e aos Estados Unidos da América (WOLINETZ, 2002, p. 137). Há portanto um viés localista na análise. Partidos nessas regiões são demasiado similares e respondem homogeneamente as configurações institucionais. Nesse sentido, esses modelos são construídos e avaliados sob um set específico de casos. Portanto, gerando resultados que possuem pouca precisão comparativa (WOLINETZ, 2002, p. 137). Nesse sentido não dão conta de boa parte dos partidos que surgem com as ondas de democratização que atingiram recentemente a África e América Latina. Contextos tão diferentes impelem os partidos à novas formas de organização.

As críticas mais duras a esses modelos constituídos se dirigem a sua unidimensionalidade constitutiva. Isto é, uma ênfase sobre características organizacionais. Contudo, cada um dos modelos é construindo dando pesos diferentes a cada característica da organização. Para um modelo o peso mais importante seria o peso da liderança, outros o tamanho dos membros, o grau de descentralização, de democratização, a fonte de financiamento e assim por diante (WOLINETZ, 2002; KROUWEL, 2005). Além disso muitas das características utilizadas nos arquétipos são hoje datadas. Wolinetz (2002) argumenta que muitos partidos hoje combinam características de partidos de massa e de quadros. Por exemplo, partidos de quadros, elitistas e descentralizados muitas da vezes precisam criar estruturas de base local ao longo do território nacional e, alguns deles, objetivam filiar enormes quantidades de membros. Os partidos hoje conseguem montar uma base para competir as eleições e desmontá-las quase instantânea mente. Além disso, existe tamanha variação entre países, mas também entre níveis dentro desses países. Organizações partidárias locais e estaduais são consideravelmente diferentes (MAYHEW, 1986). Concordando com Katz e Mair (1995),

as distinções baseadas e estrutura organizacional e tamanho do contingente de membros torna a distinção partido de massa vs de quadro 'borrada' (WOLINETZ, 2002, p. 141).

Em suma esses críticos assumem a premissa de que falta modelo para elaborar modelos (KROUWEL, 2005, p. 250). Uma vez que a extensão geográfica da estrutura dos partidos, bem como o contingente numérico de seus membros perdem poder de discriminação ⁶ ao longo do tempo, novos modelos tem sido propostos, com novas abordagens e privilegiando a multidimensionalidade para classificação dos partidos. Além disso, medidas empíricas tem sido uma pedida forte, mas quase nunca comprida. Além da estrutura organizacional, a origem ou o gene dos partidos deve ser levado em conta (KROUWEL, 2005; PANEBIANCO, 2005), bem como suas funções (GUNTHER; DIAMOND, 2003), seus objetivos (WOLINETZ, 2002) ou mesmo o grau de democracia interna ou envolvimento ((WARE, 1987) citar a galera). As principais críticas, sugerem que nos modelos avaliados até aqui faltava clareza conceitual e precisão empírica. Assumir que partidos assumem modelos diferentes das suas funções não é algo totalmente novo, afinal Neumann (1969) era baseada nesse quesito. O diferencial aqui seria a inserção de dimensões ao esquema. (Citar o modelo de (GUNTHER; DIAMOND, 2003)).

Por outro lado, essa multiplicidade de teorias, modelos e abordagens dificultou a avaliação empírica das organizações partidárias e seus efeitos sobre fenômenos políticos. Nesse sentido, enquanto essas narrativas ajudava a localizar diversos partidos sobre um mesmo perfil, sua heterogeneidade falhava em dar conta de explicações de médio alcance. Por exemplo, são todos partidos de massa que possuem maior nível de engajamento político? Democracia interna é maior em partidos descentralizados ou centralizados? O tamanho do contingente de membros importa ou não para o desempenho eleitoral? Os modelos de partidos falharam grandemente em dar esse tipo de explicação principalmente pelo fato de que diversos tipos alcançam resultados semelhantes.

Uma abordagem que chamo contemporânea toma essas dificuldades como ponto de partida e optam por fazer exercícios de menor extensão, mas com claras implicações teóricas e com claro potencial para teste empírico. A seguir fazemos uma revisão bibliográfica que tentar abacar os desenvolvimentos teóricos recentes dos estudos organizacionais partidários e de seus resultados empíricos. Além disso, finalizamos a avaliação concentrando nossos esforços no tema da tese: como a organização afeta o desempenho eleitoral?

3.3 Organização Partidária: Abordagem multidimensional

Um esforço recente tem sido feito na direção de avaliar empiricamente o grau de importância das organizações partidárias, isto é de seus elementos internos, sobre fenômenos políticos. Notadamente, desde Duverger (1970) diversas dimensões constituem o que entendemos por partidos políticos. Dessa maneira, os trabalhos se distribuem por

⁶ Tanto em partidos de quadros, quantos nos de massa o contingente de membros é reduzido em comparação com a *golden age* dos partidos.

uma série de abordagens e aspectos sob os quais se destacam temas relativos à composição interna destas organizações, o recrutamento, a participação e as relações de poder dentro dos partidos políticos. Destaca-se sobretudo essa abordagem em publicações recentes sobre organização partidária (KATZ; MAIR, 1994; SCARROW; WEBB, 2017).

Partidos políticos não são organizações uniformes. A literatura comparada durante muito tempo tentou enquadrá-los em modelos contudo seus procedimentos, regras e contorno ideológico são mutáveis. Além disso, existe grande variação nos procedimentos adotados por cada partido para resolver os mesmos problemas, tarefas. Um exemplo que podemos pensar são os mecanismos de seleção de lideranças. A mesma tarefa é feita de formas distintas entre partidos de um mesmo país resultado de diferentes balanceamentos de poder entre suas arenas de decisão. Há partido que os parlamentares são os atores decisivos, enquanto outros as organizações de base e burocratas de carreira mantêm os representantes sob controle. Em boa medida, tais diferenças podem ser associadas a diferentes contextos de competição demandando formas distintas de organização.

Aceitar esses argumentos significa concordar que os modelos clássicos devem ser vistos como ‘modelos’. Como hipóteses a serem testadas. De acordo com Scarrow e Webb (2017):

[...] we see the real-world fit of these labels as hypotheses that deserve to be tested; they should be regarded as heuristic devices that may usefully guide empirical research rather than lawlike statements that are worth keeping if it turns out that they bear little relation to actual circumstances (SCARROW; WEBB, 2017, p. 6).

A ideia aqui é delimitar os elementos organizativos para avaliar os seus efeitos claramente sobre outros fenômenos políticos.

[...] e employ these dimensions to formulate specific hypotheses about the institutional circumstances that are associated with different forms of party organization, and about how party structures can affect patterns of political participation and representation. In doing so, we make a case for a study of party organizations that is more concerned with systematic testing of mid-level theories than with creating new labels or nonfalsifiable ideal type maps (SCARROW; WEBB, 2017, p. 6).

Em suma, uma vez que os modelos eurísticos possuem baixa capacidade preditiva sobre comportamentos específicos, teorias de médio alcance seriam mais úteis para avaliar e falsear os efeitos organizativos. Nesse livro, Scarrow e Webb (2017) e os componentes do trabalho decidiram diminuir o escopo da organização partidária em dimensões: estrutura, recursos e estratégia representativa. Cada uma das dimensões podendo ser divididas em elementos menores facilitando a mensuração. A dimensão estrutura avalia a organização do partido entre seus elementos constitutivos e as relações de poder estabelecidas entre eles. Aqui a comparação frequentemente é pensada em termos de contraposição: autonomia/restrrição; centralização/descentralização; coordenação/inconsistência.

Outra dimensão organizacional nesse grupo de estudos diz respeito aos recursos que o partido dispõe. Estes podem ser financeiros ou humanos. Scarrow e Webb (2017) salientam que é necessário avaliar o montante relativo dos recursos financeiros dos partidos em relação aos demais, além disso, a diversidade de fontes e a dependência dos recursos estatais. Esses recursos colocam os partidos em grande vantagem em relação aos demais em ambiente de competição eleitoral. Mas os recursos humanos são fundamentais. A necessidade de um corpo burocrático profissional tem sido indicado desde os estudos já clássicos de Kirchheimer (1966). *Staff* especializado tem sido responsável pela face do partido que aparece aos eleitores. Os profissionais de campanha e estratégia eleitoral aumentaram de importância significativa nas eleições midiáticas modernas. Por outro lado, a mão de obra voluntária tem perdido tamanho nas últimas décadas, contudo são ainda mais relevantes já que representam um recurso escasso para os tempos modernos.

Finalmente, a última dimensão proposta por Scarrow e Webb (2017) diz respeito às estratégias de representação dos partidos. Essa dimensão é composta de elementos que caracterizam o papel que os partidos dão à participação popular em suas trincheiras. Além disso, averiguar se o partido busca construir uma identidade junto aos eleitores. Além disso, é importante distinguir o grau de relacionamento entre o partido e outros agrupamentos sociais de fora do partido, isto é, sindicatos, associações e grupos de interesse. Esse tipo de elemento afeta o comportamento dos partidos e podem caracterizá-los mais especificamente do que modelos clássicos. Seguindo essas indicações uma série de investigações foram realizadas e fazemos um breve sumário delas aqui.

3.3.1 Organização partidária como VI

A literatura sobre os efeitos da organização partidária sobre fenômenos políticos é bem menos desenvolvida que as causas da organização. Lobo e Razzuoli (2017) investigam como características organizacionais afetam as atitudes políticas dos cidadãos. Seu objetivo central é avaliar o grau de cartelização dos partidos e os efeitos sobre a percepção dos cidadãos quanto à atuação dos partidos, mais especificamente, se o quanto os cidadãos veem a responsividade dos partidos políticos. A hipótese se baseia na lógica de que quando aumenta a dependência financeira dos partidos em relação ao estado, a necessidade de responsividade partidária diminui. Essa lógica gera a suposição de partidos mais dependentes dos recursos estatais deveriam ser vistos como menos responsivos pelos eleitores. As autoras salientam que embora essa seja a tese da cartelização, pensar ao contrário disso é possível: o financiamento estatal dependente do montante de apoio eleitoral, portanto, partidos podem tentar ser mais responsivos em relação ao eleitor para maximizar seus votos e consequentemente sua parcela de financiamento. Os resultados empíricos sugerem essa direção. Partidos com maior dependência estatal são também aqueles vistos como mais responsivos pelos eleitores. Nesse sentido, uma característica organizacional afetou positivamente a percepção política dos eleitores.

Pruysers et al. (2017) avaliam o impacto da centralização organizacional sobre a nomeação de mulheres para as disputas eleitorais. Segundo eles, essa dimensão organizativa pode afetar a representação de mulheres. Quanto mais centralizado o processo de seleção maior a chance na nomeação de mulheres. Isso ocorre porque as candidatas precisam influenciar apenas as elites partidárias independente do contexto social em que estão e estas lideranças também precisam maximizar apoio para manterem seu domínio sobre o partido. Adicionalmente, a presença de mulheres em cargos de autoridade na estrutura do partido faz diferença significativa na quantidade de mulheres presentes nas listas eleitorais. No caso brasileiro, Guarnieri (2011; 2012) encontrou resultados interessantes no que concerne ao lançamento de candidaturas. Segundo seus achados, partidos mais centralizados lançam menos candidatos quando sua chance de perder são maiores. Isto, é eles conseguem por meio da centralização na tomada de decisão coordenar o lançamento de candidaturas de modo mais eficiente.

Kosiara-Pedersen, Scarrow e Haute (2017) avaliam se as regras de filiação afetam o caráter da participação de seus membros. O mecanismo por traz dessa hipótese é o de que os tipos de filiação oferecem incentivos diferenciados para os membros partidários. Seus resultados indicaram que em nível agregado, partidos com altos custos de entrada, sejam burocráticos ou financeiros, possuem menos membros. Esses partidos, por sua vez, possuem maior ativismo. Seria o ditado na prática: quantidade não é qualidade.

A elaboração da plataforma partidária é um elemento essencial da organização. Tanto é importante como produto eleitoral ou a imagem eleitoral dos partidos, quanto para os membros que se beneficiam apenas dos incentivos coletivos (PANEBIANCO, 2005). Hennl e Franzmann (2017) avaliam como a descentralização de autoridade na elaboração das plataformas políticas afeta a mudança programática do partido ao longo do tempo. De forma geral, as mudanças partidárias são respostas a choques ambientais e sua relação com as preferências (*vote*, *office* ou *policy-seeking*) daqueles que controlam a aprovação ou o veto dos programas políticos do partido. A descentralização de autoridade na formulação ou mesmo de veto de plataformas partidárias para as mãos de membros e ativistas diminui a margem de mudança nas posições políticas da organização entre as eleições (HENNL; FRANZMANN, 2017). Isso faz sentido, principalmente, porque os ativistas são aqueles menos beneficiados em termos puramente econômicos (incentivos seletivos) com as vantagens do sucesso eleitoral do partido. Na verdade, seu maior benefício seria a formulação das políticas do partidos e, portanto, a exigência de coerência programática (PANEBIANCO, 2005).

Também existem evidências dos efeitos organizacionais dos partidos sobre o comportamento parlamentar de seus representantes. Janda e Colman (1998b) indicaram que quanto mais centralizado e mais complexa a organização dos partidos americanos maior sua coesão parlamentar. Por sua vez, partidos com maior envolvimento dos membros e presença de facções internas diminuem essa coesão (JANDA; COLMAN, 1998b). Por sua

vez, (TAVITS, 2013) estudando o comportamento parlamentar dos partidos em países pós-comunistas encontrou efeito positivo da força organizacional dos partidos sobre a disciplina parlamentar.

Na mesma direção, Little e Farrell (2017) encontram efeito positivo e significativo da força organizacional dos partidos sobre a unidade partidária do voto no parlamento em uma amostra maior de partidos e países da Europa. Organizações fortes são boas preditoras do sucesso eleitoral como veremos adiante e, sendo dessa maneira, elas são importantes para os legisladores. Organizações fortes podem assim exigir *compliance* de seus membros parlamentares sob pena de punição. Parlamentares indisciplinados podem perder apoio eleitoral dos membros do partido, bem como força de trabalho dos ativistas. Do ponto de vista da distribuição territorial do partido, o candidato pode perder inserção geográfica em suas campanhas, o partido pode também lhe negar financiamento. Regras internas dos partidos em países que preveem legalmente o advento podem, inclusive, expulsar o parlamentar de suas fileiras (TAVITS, 2013; LITTLE; FARRELL, 2017)

Como se vê, características organizacionais podem afetar a composição das listas partidárias, sua representatividade, a quantidade de membros, a intensidade da participação interna destes, a mudança da plataforma partidária ao longo do tempo e ainda o comportamento parlamentar. Essa literatura, contudo, é bastante recente. Em termos gerais ela é bastante descritiva e exploratória. Passemos a avaliar os apontamentos da literatura acerca do processo intermediário entre formação de listas e entrada no parlamento, isto é, as eleições. É possível argumentar, condizente com o que até agora foi mostrado, que as organizações partidárias importam para o desempenho eleitoral, para além do que a literatura acerca da relação conflituosa entre eleitores e partidos atualmente supõe.

3.3.2 Organização partidária e voto: efeitos e explicações

Boa parte dos estudos eleitorais avaliam o peso dos partidos na decisão eleitoral do ponto de vista da demanda. Em uma abordagem macro, questões como desenvolvimento ou crises políticas e econômicas são responsáveis por explicar o apoio eleitoral dos partidos. Exemplo clássico disso é a teoria do alinhamento dos sistemas partidários pré segunda guerra mundial baseada em clivagens de classes sociais de (LIPSET; ROKKAN, 1967). Já em uma micro abordagem se aventa as preferências partidárias dos eleitores, tendo como núcleo os sentimentos psicológicos dos eleitores em relação aos partidos, sejam estes de natureza tradicional/familiar ou mesmo programática/ideológica (CAMPBELL et al., 1980; LEWIS-BECK et al., 2008). Embora essas abordagens tenham seu papel na explicação do voto não se explora o papel dos partidos como atores ativos na busca suporte eleitoral (e não meros espectadores) e que podem mobilizar uma série de recursos para sua sobrevivência. Portanto, salienta-se a necessidade da utilização de um ponto de vista teórico da oferta partidária (*supply-side theories*), salientando os recursos que estão sob o controle partidário podendo ser mobilizados por essas organizações (WERKMANN;

GHERGHINA, 2016).

Os partidos organizam-se de maneiras diferentes em diversos contextos, avaliar consequências organizativas para o voto é uma questão empírica. Esforços nessa direção vem sendo realizado pelo menos desde os anos 1980. Embora com predominância de estudos do caso Americano (GIBSON et al., 1983; SCHLESINGER, 1994), pesquisas sobre países europeus mais recentemente vem sendo desenvolvidas (TAVITS, 2013; WERKMANN; GHERGHINA, 2016; SCARROW; WEBB; POGUNTKE, 2017). Os partidos pouco importam na política eleitoral? Eles estão tão fracos quanto argumentam as teses do decaimento? O estabelecimento bem-sucedido dos partidos depende, de certo, da força de sua organização (TAVITS, 2013). Isso sugere que pelo menos os partidos que se mantêm estáveis na arena eleitoral devem possuir um mínimo de organização e, que esse mínimo, é maior do que naqueles partidos que não conseguiram sobreviver ou sofrem constantemente com as flutuações eleitorais. Fatores institucionais e contextuais foram abordados ao longo do tempo, mas fatores organizacionais pouco foram investigados. Janda (1983) argumenta que em média até 30% do desempenho eleitoral dos partidos varia em função da sua estrutura organizativa.

A estrutura da organização pode afetar o desempenho eleitoral de diversas maneiras. Em primeiro lugar porque organizações mais fortes podem lançar mais candidatos e na maior parte dos cargos disponíveis, além disso, essas organizações podem contar com mais recursos para o suporte dos candidatos do que organizações mais fracas Gibson et al. (1983). Esse é um requisito essencial para a tomada dos cargos públicos em democracias. A relação entre organização e sucesso eleitoral, contudo, pode não ser linear. Partidos com domínio absoluto em determinadas áreas podem não ter incentivos a desenvolver organizações fortes (já que são custosas). Do mesmo modo, onde o partido seja um perdedor contumaz é irracional investir tempo e dinheiro em uma causa perdida. Organizações fortes por essa lógica seriam desenvolvidas em contextos competitivos Gibson et al. (1983).

Janda e Colman (1998b) estudando a era de ouro dos partidos americanos encontraram efeito positivo da organização partidária sobre a performance dos partidos. Por um lado, partidos menos centralizados e mais complexos, nos seus termos, foram bem sucedidos eleitoralmente. Isto é sua votação variou em função dessas características. Além disso, como salientam os autores, a performance partidária pode ser medida de em direção a outros fenômenos políticos como a amplitude das atividades partidárias (JANDA; COLMAN, 1998b, p. 623). Partidos com mais centralização e mais complexidade eram mais ativos em propagandas e mobilização dos membros partidários.

Evidências empíricas sugerem que essa relação é válida também para outros países. Tavits (2013) em estudo comparado sobre países pós-comunistas encontrou efeito significativo da organização sobre o sucesso eleitoral. Diversos indicadores de estrutura organizacional afetaram positivamente e significativamente o percentual de votos dos partidos naqueles países. Democracias pós-comunistas sofrem de muitos dos males das democracias

partidárias de terceira onda (HUNTINGTON, 1991; MAINWARING, 2001), entre elas a baixa vinculação programática entre partidos e eleitores. Mesmo assim, indicadores de força organizacional mostram-se relevantes naquele cenário. O mesmo pode ser salientado sobre o desempenho eleitoral de partidos radicais de direita nesses mesmos países.

A força organizacional desses partidos pode distinguir claramente quais partidos conseguiram ou não entrar no parlamento (WERKMANN; GHERGHINA, 2016). No Brasil, alguns estudos apontam na mesma direção, fatores organizacionais importam para o desempenho eleitoral dos partidos. Dyck (2014) estimou que ramos locais (expansão geográfica) do PT afetou positivamente o desempenho eleitoral do partido tanto nas eleições presidenciais, quanto legislativas em nível federal, estadual e municipal. Com abordagem parecida essa relação pareceu importar também para outros partidos como mostram outros estudos (BIZARRO; SANDES, 2011; NETO; SIQUEIRA; MOREIRA, 2012; GUARNIERI, 2012).

A organização partidária está relacionada com desempenho partidário, mas quais são seus elementos e como ele afeta o desempenho? O primeiro elemento da estrutura organizativa do partido com efeitos empíricos avaliados foi o das organizações de base dentro do território nacional. Essas unidades são tanto mais importantes quanto mais recursos (estatais, por exemplo) estejam disponíveis nos níveis mais baixos da estrutura política (DUVERGER, 1970; GIBSON et al., 1983). Esses organismos são importantes eleitoralmente por diversas razões. Em primeiro lugar, a existência de uma sede local demonstra a presença física do partido naquele território. Esse seria o nível mais básico de estrutura organizacional. A cooptação de novos membros e ativistas dá-se principalmente nesse nível, além disso é dentro dessas sedes que novas lideranças são selecionadas e eleições para seleção de delegados e candidatos também ocorrem em suas dependências.

Adicionalmente, esses ramos locais são essenciais para os serviços prestados aos candidatos em corridas eleitorais. A simples existência de uma unidade local não diz muito sobre a força desse ramo do partido. Isto é, a existência pode ser meramente formal, a quantidade de membros pode ser muito baixa e nenhuma atividade programática ser realizada. Isso, contudo, é uma questão de mensuração. O que sabemos é que ter uma sede pode deixar o partido em uma situação melhor que aquele que não a possui e que o desempenho eleitoral do partido é maior onde ele possui mais força organizacional em termos de organizações de base (TAVITS, 2013). Essas unidades podem melhorar o desempenho eleitoral dos partidos porque eles podem cativar uma circunscrição eleitoral específica (GIBSON et al., 1983), além disso, no Brasil os partidos só podem lançar candidatos onde eles estão presentes fisicamente antes da eleição.

Outro elemento essencial da estrutura partidária são seus membros. Esses atores são insumos organizacionais de fundamental importância para os partidos desde a expansão do sufrágio (DUVERGER, 1970). Eles são parte considerável do partido e, alguns desses, desempenham funções vitais para a sobrevivência da organização. Os membros dos partidos

são fonte de recursos importantes. Eles não só trabalham voluntariamente entre e durante eleições, como também fazem contribuições ao caixa do partido, bem como, atuam na arrecadação de fundos (DUVERGER, 1970; TAVITS, 2013; SCARROW; WEBB, 2017). Eles importam para o desempenho eleitoral. No momento que antecede e durante as eleições os membros dos partidos exercem grande influência no convencimento de eleitores. Isto é, exercem uma atividade de mobilização eleitoral ligando o partido à sua rede de contatos.

Quanto mais membros um partido possui, não só mais recursos financeiros podem ser angariados, mas maior acesso face a face novos eleitores terão com o partido. Mesmo que a cada ano os partidos diminuam a quantidade desses insumos em seus quadros, tanto mais eles serão importantes (DALTON; WATTENBERG, 2002b), afinal nem todos os serviços partidários podem ser feitos com base nos incentivos seletivos e durante todo o tempo. Esses recursos podem ser mais importantes ainda nas eleições locais onde a cobertura da mídia é menor e onde a concentração de receita também é menor. No Brasil, as eleições municipais ocorrem em sua maioria em localidades pequenas. Isso faz com que o contato pessoal dos membros partidários com os eleitores ganhe mais importância.

Com a modernização das campanhas e perda de filiados os partidos tenderam a profissionalizar suas fileiras internas (KIRCHHEIMER, 1966; PANEBIANCO, 2005). As eleições ganham novos contornos com o advento de novas mídias e novas formas de se fazer campanha (KATZ; MAIR, 1994). O staff profissional ganhou espaço dentro das organizações partidárias não somente nas campanhas, mas também nos serviços básicos do partido e até mesmo na construção das plataformas partidárias (SCARROW; WEBB, 2017). Os funcionários contratados estão à frente dos membros comuns não só pela especialização técnica, mas por seu caráter de dedicação em tempo integral às atividades. Sendo seu meio de vida, a sobrevivência da organização está em primeiro plano para esses indivíduos (SCHLESINGER, 1994; TAVITS, 2013). A quantidade de profissionais contratados em dedicação parcial ou em tempo integral compõe boa parte das tentativas de mensuração da força organizativa (GIBSON et al., 1983; TAVITS, 2013; SCARROW; WEBB, 2017). Eles importam, em primeiro lugar, por seus serviços especializados. Por exemplo, a mídia e as ferramentas de marketing trazem votos para o partido por meio técnicas de convencimento (referenciar). Além disso, esses profissionais estão mais dispostos à adaptação da organização aos ambientes menos favoráveis.

Outra dimensão da organização partidária com forte evidência de importância sobre o desempenho eleitoral refere-se aos recursos monetários que o partido possui. E embora dinheiro não compre votos diretamente (em um regime democrático institucionalizado) ele está diretamente relacionado ao sucesso eleitoral (JACOBSON, 1978; JACOBSON, 1985). Em termos mais organizacionais, o orçamento do partido permite maior difusão territorial por meio de bases locais, a contratação de mais pessoal, o desenvolvimento de atividades programático-partidárias, e o financiamento direto ao próprios candidatos.

Dinheiro importa por si só, mas as fontes dos recursos importam também para a avaliação da força da organização. Partidos com baixa diversidade de fontes são organizações mais fracas em termos relativos do que aquelas que são extremamente dependentes de poucos financiadores (SCARROW; WEBB, 2017). Nesse tipo de caso, a centralização do financiamento em poucas organizações afeta a autonomia dos partidos e o perfil de representatividade (PANEBIANCO, 2005). No Brasil isso pode ser mais patente dado que os partidos podem possuir menos membros e ativistas do que partidos de outros países, portanto sendo necessário a contratação de mais pessoal e investimentos em empresas de propaganda e marketing.

Outras dimensões organizativas, principalmente aquelas que lidam com as regras internas de funcionamento dos partidos, tais como a centralização, democracia interna e facciosismo são importantes para definir modelos partidários, mas possuem menor evidências acerca de sua relação com os votos. Por outro lado, bases locais, membros, profissionais e financiamento podem ser facilmente mensuradas e como mostrado acima com claras implicações para o desempenho eleitoral dos partidos. Enquanto regras formais possam afetar os resultados eleitorais em algum sentido, elas mudam pouco em relação ao tempo e normalmente as regras mais importantes são mantidas fora dos estatutos partidários. As variáveis salientadas acima, contudo, podem ser alteradas pelos próprios partidos muito frequentemente e seus efeitos eleitorais já foram evidenciados empiricamente em diversos contextos como mostrado acima.

Portanto, ao que pese outras dimensões da organização partidária a que pode teoricamente retornar maior valor para resultados eleitorais é a de estrutura. Tanto por evidências empíricas, quanto pela possibilidade de mensuração sem a necessidade de *surveys* ou análise dos estatutos partidários. São as variáveis que compõe essa dimensão aquelas mais próximas de estimar a estrutura organizativa dos partidos. Seguindo modelos empíricos bem-sucedidos em outros estudos nós propomos uma nova medida de força organizativa e estimamos seu efeito sobre o desempenho eleitoral dos partidos políticos.

3.4 Considerações Finais

Embora a literatura consultada sobre partidos políticos seja consideravelmente ampla, em termos teóricos os estudos partidários deram pouca atenção ao papel das organizações partidárias como variável explicativa de outros fenômenos políticos, principalmente como determinante do voto. De fato, a literatura organizacional dos partidos centrou-se sobre padrões de mudança organizativa e tipologias dos partidos políticos durante boa parte do século XX (DUVERGER, 1970; KIRCHHEIMER, 1966; PANEBIANCO, 2005; KATZ; MAIR, 1995). Argumentamos que embora essa literatura tenha contribuído consideravelmente para nosso entendimento dos partidos ela também nos deixou pouco sobre como os partidos usam sua organização para um dos fins primordiais de uma política democrática: as eleições.

Adicionalmente o papel atribuído a identificação partidária como elemento central do comportamento eleitoral e da relação eleitor/partido ignorou a capacidade que partidos possuem para ganhar votos por outros meios, inclusive com sua estrutura organizativa. Essas questões têm norteado estudos recentes e mostrado que elementos organizacionais importam para o voto. Esses achados, contudo, não são suficientes. O tamanho do efeito e sua capacidade de generalização ainda não é matéria de consenso. Notadamente os estudos sobre organização e votos tratados aqui lidam principalmente com as eleições nacionais e basicamente com o caso americano e de alguns países europeus. O estudo dessa relação pode ser expandido para eleições locais e outras regiões do mundo.

A segunda limitação que podemos salientar é quanto a mensuração da organização partidária. Sendo uma organização, os partidos são compostos por uma série de dimensões que em termos práticos são difíceis de operacionalização, seja por falta de informação seja pelo alto custo com aplicação de *surveys*, bem como, com a confiabilidade de medidas com base nos estatutos partidários. Há a necessidade de elaboração de indicadores de estrutura organizacional dos partidos e se possível com dados observacionais mais precisos que as informações de *surveys* podem nos oferecer. Nessa matéria existe pouco consenso sobre quais seriam os elementos essenciais da estrutura e quais lhes consederiam mais força para disptar eleições. Neste trabalho seguimos as indicações que tentam conceitos minimalistas e teorias e hipóteses de médio alcance.

4 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DOS PARTIDOS BRASILEIROS: UMA AVALIAÇÃO EMPÍRICA

4.1 Introdução

Os partidos políticos se diferenciam em diversos aspectos, tais como o tamanho ou força (SARTORI, 1982; DANTAS; PRAÇA, 2010; NASCIMENTO et al., 2016), fontes de recursos (LOBO; RAZZUOLI, 2017), ideologia (JR, 2009), disciplina parlamentar (FIGUEIREDO; LIMONGI, 1999; PEREIRA; MUELLER, 2003), entre outros. Consideramos a organização partidária como mais um desses aspectos fundamentais de diferenciação desses atores e já apontado classicamente (DUVERGER, 1970; KATZ; MAIR, 1995). No Brasil apenas os primeiros aspectos mencionados têm sido avaliados com alguma frequência enquanto a organização partidária em si raramente o seja.

Apenas recentemente esse atributo, principalmente sua estrutura, foi apontado como fator de desequilíbrio entre os partidos políticos brasileiros. A lógica é entender quais são e como os recursos organizacionais de posse dos partidos importam no jogo eleitoral (BRAGA; PIMENTEL JR., 2011; AVELINO; BIDERMAN; BARONE, 2012). Nosso argumento é o de que os partidos se diferenciam em força e isso pode ser medido como atributos organizacionais (GUARNIERI, 2011; BOLOGNESI; BABIRESKI, 2017). Antes de testarmos o efeito da estrutura organizativa dos partidos sobre o desempenho eleitoral, precisamos medi-la empiricamente.

Nossos objetivos neste capítulo é definir o conceito de estrutura organizacional e operacionalizar esse conceito em indicadores empíricos. A função desses indicadores é mensurar a força da estrutura organizacional dos partidos políticos brasileiros e utilizá-la como variável independente no capítulo seguinte. Para isso coletamos informações sobre organização partidária em nível local no período eleitoral de 2008-2016. Ao longo do capítulo comparamos a variação da estrutura organizacional dos partidos entre eles, as regiões do país e com alguns indicadores políticos. Para isso, fazemos uso de técnicas de estatística descritiva, inferencial e análise geoespacial.

4.2 Estrutura Organizacional: Exploração do conceito

Mesmo falando apenas em estrutura partidária, uma dimensão da organização como um todo, não encontramos consenso na literatura. Quando falamos em estrutura partidária, embora com divergências, estamos pensando nos elementos essenciais que constituem os partidos em um dada unidade geográfica. Sua estrutura, portanto, está relacionada às suas bases e, consequentemente, sua composição. Vejamos alguns exemplos.

Essa noção do significado de estrutura partidária está presente em diversos estudos do gênero. Por exemplo, Duverger (1970, p. 52) entendia os componentes estruturais

como "elementos de base". Gibson et al. (1983) entende que as organizações partidárias são constituídas por duas dimensões principais: (1) complexidade organizacional e (2) capacidade programática. A composição dessa primeira dimensão corresponde à noção mais geral de estrutura organizacional constituída por uma base, de *staff* e recursos financeiros, por exemplo.

O trabalho de Tavits (2013) apresenta mais um dos exemplos dessa noção de estrutura organizativa e força das organizações partidárias. Embora não defina o conceito como estrutura organizativa, mas sim força organizativa, utiliza como indicadores as bases locais, os membros e o *staff* dos partidos. Werkmann e Gherghina (2016) compartilham da mesma noção. Para esses autores a força da organização partidária é um componente essencial na explicação do desempenho eleitoral. Para eles os elementos organizacionais essenciais seriam a rede de ativistas, os recursos financeiros e as bases locais.

Para Scarrow e Webb (2017) o conceito de organização partidária é composto por três dimensões principais: (1) estrutura, (2) recursos e (3) estratégias de representação. Um dos elementos essenciais da estrutura partidária seria a difusão de bases organizativas dentro do território nacional. Por outro lado, ativistas/filiados, recursos, *staff* e burocracia comporiam a dimensão recursos. Neste caso, ocorre uma separação dos indicadores em duas dimensões diferentes. As estratégias de representação lida com o esforço do partidos construir uma identidade com eleitores e membros, por um lado, e o grau de autonomia com organizações externas, por outro.

No Brasil, os poucos estudos sobre os partidos como organizações abordam de forma similar o problema, mas existe pouco esforço em definir os limites dos conceitos. Normalmente, opta-se por usar noções genéricas de organização partidária ou estrutura partidária. Diversos trabalhos entendem a estrutura organizativa dos partidos brasileiros como os elementos de base na linguagem de Duverger (1970). Por exemplo, (BRAGA, 2008, p. 460) aborda a estrutura partidária como os elementos de constituição regulados na lei orgânica dos partidos, isto é: diretórios e comissões. Além disso, os filiados são elementos dessa estrutura partidária (BRAGA, 2008, p. 461).

Por sua vez, Bizarro e Sandes (2011), Neto, Siqueira e Moreira (2012) do mesmo modo não definem claramente o conceito, embora usem intercambiavelmente os termos organização e estrutura partidária. Contudo, os indicadores empíricos mobilizados para operacionalizar o conceito estejam em sintonia com os demais: bases locais e filiados são os principais indicadores de organização. Guarnieri (2011), Guarnieri (2012) entende que a estrutura partidária é composta por seus órgãos de direção e deliberação e utiliza também os filiados dos partidos como indicador de força partidária.

A literatura tende a usar o conceito de organização e estrutura partidária como termos intercambiáveis sem uma clara definição operacional. Como já discutimos, organização partidária diz respeito a um conceito multidimensional de que lida com toda a vida partidária. A estrutura organizacional é um conceito mais restrito aos componentes

essenciais da organização partidária. A literatura mais focada em estrutura tende a mobilizar variáveis como existência de base local, membros, ativistas, *staff* como elementos estruturais. Isto é, não apenas a existência dos órgãos ou sua quantidade deve ser levada em conta. A vida dentro dessas bases importa: ativistas, membros e filiados são elementos essenciais da estrutura organizacional dos partidos. A complexidade burocrática é elemento inato de qualquer organização. A estrutura pode ser pensada como os elementos mínimos que possibilitam a existência do partido e o desenvolvimento de suas atividades diárias.

O fato de que os partidos precisam se estruturar organizativamente não implica na forma ou dimensão de fazê-lo. Na verdade, essa é uma questão de natureza empírica (ALDRICH, 2011). Os partidos são livres para combinarem esses elementos estruturais de forma particular. Ao longo desse capítulo vamos apresentar a forma e grau de organização local dos partidos políticos brasileiros.

4.3 A organização dos partidos políticos no Brasil

Estudar partidos como organizações é estudar sua constituição, sua estrutura, suas regras e relações de poder mantidas internamente (DUVERGER, 1970; PANEBIANCO, 2005; KATZ; MAIR, 1994); o caráter extra parlamentar é marcante aqui. Nesta seção descrevo como os partidos políticos brasileiros se organizam do ponto de vista legal e mapeio como a literatura especializada aborda essa faceta. Ao final, precisamos ter um levantamento acerca da importância dos partidos como organizações e ter elementos para mensurar o quão robusta/forte ela é.

A organização federalista brasileira impõe aos partidos se organizem seguindo o mesmo padrão. A Lei dos Partidos Políticos exige desses atores caráter nacional (TSE, 1995, Art 4º), comprovando apoio em pelo menos nove estados. Nesse sentido, os partidos devem possuir alguma estrutura formal em todos os níveis da federação. Formalmente, a entidade máxima dos partidos é aquela de nível nacional. Os demais órgãos podem ser permanentes ou provisórios (TSE, 1995; GUARNIERI, 2009). É obrigatório aos partidos que pretendem disputar as eleições em uma determinada localidade possuir alguma estrutura formal constituída naquela circunscrição pelo menos seis meses antes do intento (BRAGA; PIMENTEL JR., 2011; TSE, 1995, Art 7º).

A organização partidária, neste sentido, está muito relacionada a sua estrutura ou a sua presença física nas unidades geográficas. A estrutura municipal dos partidos são seus órgãos de base ¹. formatação dessas organizações de base é decidida autonomamente pelos próprios partidos na forma de seu estatuto. A Lei dos Partidos Políticos em seu artigo 3º diz que “É assegurada, ao partido político, autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento” (TSE, 1995). A legislação vigente é destinada a

¹ Duverger (1970, p. 35) fez questão de atentar para a importância que as estruturas de base possuíam no período do surgimento dos partidos de massa, bem como sendo uma das características distintivas desses partidos em relação aos de quadros.

regular apenas a atuação dos órgãos de direção.

A legislação eleitoral, por sua vez, supõe a existência de outros tipos de base local. A decisão de lançamento de candidaturas, por exemplo, depende da existência das convenções pré-eleitorais (TSE, 1995, Art. 4º e 6º). Nestes termos, entende-se que junto com os órgãos de direção existem órgãos auxiliares, de deliberação, onde um determinado corpo se reúne para tomar decisões. Guarnieri (2009) salienta que todos os partidos brasileiros possuem órgãos auxiliares de deliberação para a escolha da composição dos órgãos de direção.

Os órgãos de direção possuem caráter hierárquico e podem ser permanentes ou provisórios. Estes últimos possuem vida efêmera. A resolução nº 23.571 de 2018 impõe que os órgãos provisórios tenham duração máxima de 180 dias. Essa regra substitui a anterior nº 23.465 de 2015 que instituía a duração máxima à 120 dias. Braga e Pimentel Jr. (2011) informam que essas comissões possuíam vida de no máximo 90 dias, sendo obrigado a dissolução desse órgão em favor de um diretório ou de uma nova comissão provisória. O importante é salientar que esses órgãos possuem características distintas. Órgãos provisórios não possuem poder efetivo para a tomada de decisão. Esses órgãos são controlados por lideranças de órgãos diretivos hierarquicamente superiores ².

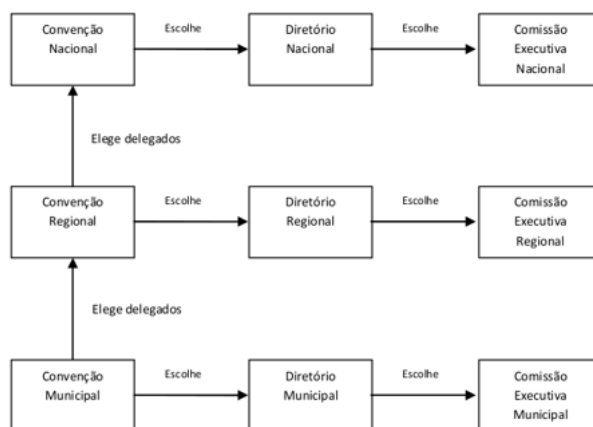
O tempo de vida dos órgãos permanentes é fruto de regulação interna dos partidos mediante regras estatutárias. Segundo a legislação em vigor, é obrigatório conter no estatuto dos partidos as normas para filiação, desfiliação, como se organiza e administra o partido, sua composição e duração, regras sobre mandatos e processos eleitorais, bem como, regras para distribuição do fundo partidário (TSE, 1995, Art. 15). Cada partido decide sobre sua organização interna, duração dos órgãos estruturais e distribuição de poder. O MDB, por exemplo, em seu estatuto indica um mandato de dois anos para direção dos seus órgãos (PMDB, Art. 17 § 1º, 2017). O TSE disciplina a duração do órgão de direção condicionada à duração estatutária de modo que a cada nova composição encerra-se um ciclo e a vigência daquela composição (TSE, 1995, Art. 10). O PSDB é outro partido que atribui mandatos de dois anos, com possibilidade de reeleição (PSDB, Art. 21, 2016) e o PT fixa o mandato em 4 anos (PT, Art 21, 2017), o DEM atribui 3 anos de mandato aos seus diretórios, com possibilidade de reeleição e prorrogação de um ano (DEM, Art. 20, 2008).

Embora cada partido adote tantas instâncias quanto seu estatuto registre, para fins de reportação o TSE utiliza uma nomenclatura específica. Órgãos permanentes são chamados de diretórios (seja municipal, estadual ou nacional), enquanto os provisórios são chamados de comissões. Existem comissões provisórias e comissões provisórias interventoras. As últimas representam uma comissão que foi designada por um órgão superior competente

² Ao que parece, a ideia da Justiça ao obrigar a dissolução da comissão provisória, mas permitindo a constituição de uma nova é aumentar os custos para as lideranças políticas manterem esse tipo de estrutura. Na ocasião da decisão acerca da resolução nº 23.571, a relatoria se pronunciou afirmando que comissões devem ter caráter provisório uma vez que a tomada de decisão não é feita por seus membros de base, mas sim por lideranças políticas. Essa atitude seria, portanto, antidemocrática.

após destituição ou dissolução de uma anterior. Os partidos podem adotar uma série de outros componentes em sua organização. Sendo assim, uma coisa é a reportação oficial da Justiça da presença ou não de um órgão permanente (diretório) ou provisório (comissão) em determinada localidade e outra coisa é como cada um deles funcionam dentro da engrenagem partidária.

Figura 2 – Processo de formação dos órgãos de deliberação e direção dos partidos brasileiros



Fonte: Guarnieri (2009, p. 46)

Como vemos na figura 2, existem um série de outros elementos tais como órgãos de deliberação (onde se selecionam candidaturas, alianças, estatutos), de ação parlamentar dentre outros (GUARNIERI, 2009). Embora com tamanha liberdade, os partidos políticos brasileiro se organizam de forma muito similar. O TSE avalia sempre os órgãos de direção constituídos, mas sua vida, seu mandato e suas funções são decididos segundo critérios partidários. A estrutura decisional é o elemento essencial da organização partidária brasileira. Trata-se do elemento mínimo de vida do partido em qualquer um dos níveis políticos brasileiros. É importante salientar também que esta é a única fonte de dados pública sobre organização partidária. As demais instâncias organizativas estão reclusas ao ambiente partidário.

A distinção entre órgãos permanentes e provisórios é o principal indicador organizacional utilizado para estudar os partidos políticos no país (BRAGA; SPECK, 2014). Comissões provisórias são elementos efêmeros, de vida curta. Diretórios, são estruturas de vida longa, de maior complexidade e composição. As primeiras podem ser destituídas a qualquer momento via intervenção e possui baixa autonomia decisional. Os segundos são elementos mais autônomos, que elege seus líderes via órgãos deliberativos e onde os elementos de base do partido são dotados de maior poder interventivo na vida partidária (BRAGA, 2008; BRAGA; PIMENTEL JR., 2011).

Não só o tempo de vida diferencia esses órgãos. Diretórios são estruturas maiores em componentes e mais complexas que as comissões. Eles não só possuem mais membros, mas também variam na quantidade de divisões burocráticas internas. Esse tipo de organização

exige maior esforço coletivo para sua criação e manutenção. É regra comum a exigência do corpo eleitoral de uma convenção para sua homologação. Isso, por sua vez, aumenta os custos de sua formação e manutenção (BRAGA; RODRIGUES-SILVEIRA, 2012). Braga e Speck (2014) salientam que esse tipo de órgão importa inclusive na qualidade de sua composição. Os autores encontram efeito positivo na fidelidade partidária quando a estrutura local do partido é um órgão permanente.

A literatura enxerga as pessoas que compõem os partidos políticos como um recurso organizacional (DALTON; WATTENBERG, 2002b). O número de filiados, talvez seja o indicador de organização partidária mais difundido no mundo (DUVERGER, 1970). Filiados são pessoas que por sua própria conta se registram em um partido político. Membros e filiados não necessariamente se intersectam. Aquelas pessoas que ocupam cargos burocráticos nos partidos precisam ser filiados, embora nem todo filiado seja membro do partido. Este último exerce funções vitais para a sobrevivência da organização, enquanto filiados, principalmente no Brasil, são apoiadores mais distantes ³.

A filiação partidária está ligada diretamente a presença local do partido. Partidos com maior distribuição territorial apresentam uma chance maior de alcançar mais desse recurso. A filiação em termos puramente legais é uma ação de baixo custo para o cidadão. É necessário apenas a vontade do interessado, seus documentos de identificação e gozo de todos os seus direitos políticos (TSE, 1995, Art. 16). Filiados são importantes na medida em que eles são eleitores *core* do partido, ou no mínimo mais propensos a apoiá-lo em uma futura eleição. Em suma, podem ser pensados como uma reserva do mercado eleitoral. Mas eles também importam para a composição partidária, para contribuições financeiras e mão de obra voluntária. Além disso, organizações partidárias precisam expandir seu apoio eleitoral para vencer eleições. Os filiados são um meio, portanto, de alcançar novos apoiadores.

As organizações partidárias brasileiras possuem mais dois recursos a seu dispor. O primeiro deles é o fundo partidário. Partidos recebem financiamento público baseado em seu tamanho parlamentar. Atores com mais desse recurso são mais fortes, evidentemente. A distribuição desses fundos entre os elementos estruturais dos partidos é regrada também pelo seu estatuto. Nesse sentido, a distribuição do financiamento público entre os diversos níveis será desigual. Dinheiro importa (FIGUEIREDO FILHO, 2012) e os oriundos do fundo partidário tem um impacto forte nos resultados eleitorais (BOLOGNESI et al., 2018).

Os partidos também tem direito a uma cota de tempo para propaganda gratuita no rádio e na TV. A distribuição desse recurso segue-se ao tamanho parlamentar das bancadas

³ Devemos destacar que alguns partidos políticos podem entender como membro todos aqueles que se engajam em atividades partidárias mesmo não sendo filiados (membros de movimentos sociais, grupos estudantis e qualquer outro que exerça atividade vinculada a algum partido específico, por exemplo). Aqui iremos manter essa nomenclatura para aquele grupo seletivo que ocupam os cargos dentro da estrutura formal do partido.

partidárias na Câmara dos Deputados. Notadamente esses recursos são importantes para as campanhas uma vez que é vedada a propaganda privada no rádio e na TV. Esse recurso fortalece os partidos e os colocam em uma posição favorável nas barganhas por coligações (SPECK; CERVI, 2016). Partidos com maior tempo de TV são frequentemente chamados para montar fortes coligações para maximizar o tempo de exposição dos seus candidatos. Ter mais tempo de TV deixa a organização partidária mais forte.

4.4 Estrutura e organização partidária na literatura brasileira

No Brasil os partidos organizam-se de modo autônomo e sua presença geográfica segue a lógica do federalismo. Além disso, tanto no momento da criação do partido quanto no período eleitoral a legislação vigente obriga que estes atores possuam órgãos de direção na unidade onde querem concorrer. A existência desse tipo de estrutura, em grande medida, exige que o partido possua membros, isto é, filiados mais comprometidos oficialmente com os partidos. Nesse sentido, a estrutura organizacional dos partidos será tanto mais fortes quanto maior sua presença geográfica, capacidade burocrática, membros e filiados em seus quadros elas tiverem. A literatura brasileira tem usado essas variáveis para medir a força organizativa das agremiações. A dualidade diretórios/comissões e o número de filiados são a referência aqui.

Speck e Cervi (2016) utilizam dados de presença geográfica e filiação partidária para classificar o tipo de evolução das organizações partidárias brasileiras. Eles argumentam que os partidos pequenos optaram por desenvolver sua cobertura geográfica antes de tentar aumentar sua densidade de filiados. Os grandes partidos adotaram estratégia inversa ao alcançar certo grau de expansão. Além disso, os maiores partidos optam por manter a maioria de sua estrutura local como organização permanente ao invés de comissões provisórias. Segundo resultados empíricos, estrutura territorial e filiação partidária apresentam um padrão positivo de associação.

Guarnieri (2009) estimou o efeito da organização partidária sobre a coordenação eleitoral. Ele avaliou o poder dentro do partido seguindo a lógica de que estrutura provisória indica concentração de poder, uma vez que são as lideranças de estratos superiores que à digire. Por outro lado, uma estrutura permanente significa mais autonomia decisional *in loco*. Os resultados da pesquisa indicaram que partidos organizacionalmente mais descentralizados, isto é, que possuíam diretórios, apresentavam menor grau de coordenação eleitoral do que aqueles mais centralizados. A lógica não era de força organizativa mas de diferença qualitativa.

Em trabalho mais recente, Guarnieri (2012) estimou o efeito da organização partidária sobre o desempenho eleitoral. Sua principal medida foi o número de filiados. Guarnieri (2012) considera o montante de filiados como indicador de organização partidária e mostra como ele está associado a votação. Segundo o autor, o número de filiados pode ser visto como um *proxy* para a capacidade das agremiações partidárias reconhecerem os eleitores,

isto é, como capacidade de mobilização eleitoral.

Neto, Siqueira e Moreira (2013) avaliaram o peso da organização local dos partidos sobre o desempenho eleitoral. Eles usaram o tipo de órgão (diretórios x comissão provisória) e o número de filiados diretamente em seus modelos. Isto é, não tentaram criar um indicador ou índice de força organizacional. Os autores mostraram que essas variáveis estão correlacionadas e afetam positivamente o desempenho eleitoral.

Bolognesi e Babireski (2017) avaliam se a força da organização municipal importa para o grau de democracia interna. Embora trate apenas de dados para um único estado o modelo proposto propõe avanços teóricos e metodológicos para a agenda. Os autores investem tempo em mensurar a infraestrutura dos partidos brasileiros, que salvo meu desconhecimento é pioneiro no Brasil. Em comum com a literatura internacional, estes autores utilizam dados de filiação partidária com a intenção de estimar os eleitores fiéis do partido, bem como seu potencial de mobilização. Além disso, complexidade organizacional é um indicador bastante comum dos estudos de estrutura interna dos partidos. Os autores tentam acessar o grau em que o ambiente interno das organizações são ativos e inclusivos. A burocratização é algo comum de organizações a medida que seu tamanho aumenta. Por sua vez, quanto mais membros a organização partidária possui, maior sua força e inclusividade. Somando-se a isso, os autores contabilizaram se a estrutura local do partido era um diretório ou uma comissão. Eles criam um índice e uma taxonomia onde a força da organização partidária municipal pode ser fraca, média ou forte.

Em trabalho mais recente Bolognesi et al. (2018) tentaram acessar o peso da organização partidária nacional e a distribuição dos recursos oriundos do fundo partidário criando um indicador de nível nacional. As já tradicionais variáveis de estrutura partidária (diretórios e comissões) e filiados foram utilizadas agregadamente na construção do indicador. Além disso, foram usadas outras variáveis: complexidade organizacional do órgão nacional e de uma amostra de órgãos estaduais, idade do partido, influência dos parlamentares, funcionários remunerados. Esses indicadores, contudo, foram dados agregados para o nível nacional dos partidos.

O interesse em avaliar o peso das organizações partidárias brasileiras tem aumentado recentemente. Esse interesse tem contribuído para a elaboração de indicadores de organização partidária. Esses estudos concentram-se ora sobre as relações de poder dentro dos partidos (BRAGA, 2008; GUARNIERI, 2009; GUARNIERI, 2011), ora sobre a força organizacional dos partidos (GUARNIERI, 2012; NETO; FREITAS, 2011; NETO; SIQUEIRA; MOREIRA, 2013; BRAGA; PIMENTEL JR., 2011; BOLOGNESI; BABIRESKI, 2017; BOLOGNESI et al., 2018). Neste trabalho tentamos avançar na mensuração desse conceito. Ao invés de usar variáveis separadamente criaremos um índice de força organizacional dos partidos que varie no tempo e no espaço para posteriormente avaliarmos seu efeito sobre o desempenho eleitoral.

4.5 Metodologia

Os partidos competem em disputas federalizadas e, para isso, se organizam em todos os níveis. Dentre os três níveis de disputas optamos por trabalhar apenas com as eleições municipais. Existem alguns motivos para essa predileção que queremos apresentar. Frequentemente assume-se que os partidos possuem arenas de interesse diferenciadas e adotam estratégias específicas com base nessa escolha (MELO, 2010). Segundo essa visão, partidos podem ter DNA presidencial, estadual e até mesmo local.

Em primeiro lugar, dado a quantidade de localidades, impõe-se limites organizacionais. Para concorrer em um número razoável delas, os partidos precisam escolher onde e de que modo irão disputar. Em segundo lugar, os partidos brasileiros variam de tamanho entre os estados da federação (NASCIMENTO et al., 2016), o que deve ocorrer também entre os mais de 5 mil municípios. Em terceiro lugar, outra característica das eleições locais é que as estruturas partidárias podem possuir maior competição interna do que organizações estaduais. Isto é, elas agregam mais pessoas e interesses políticos por que podem existir diversas delas no mesmo estado. Adicionalmente, estudos partidários no Brasil, normalmente, lidam com eleições estaduais e nacionais deixando de lado a competição local. Nesse sentido, estudar esse nível de análise permitirá abordar uma face dos partidos políticos brasileiros pouco conhecida.

4.5.1 Estrutura organizacional dos partidos políticos brasileiros

Como mensurar a força da estrutura local dos partidos? Em primeiro lugar, vamos apresentar as variáveis que constituem a estrutura organizacional de um partido político brasileiro. Diversos estudos organizacionais se valeram de *surveys* comparativos sobre a constituição organizativa dos partidos. Esse tipo de medida permite maior disponibilidade de informação sobre os partidos. Infelizmente, a produção de uma tese, no Brasil, não dispõe de recursos mínimos para tal empreitada, o que nos direciona para o uso de dados públicos.

Em um determinado município, a estrutura de um partido é composta por esses elementos principais: (1) Base local: uma vez presente no município o partido pode assumir a forma de uma comissão provisória ou um diretório; (2) Recursos humanos (staff): são todas as pessoas que oficialmente compõe aquele órgão; (3) Complexidade burocrática: são todas aquelas divisões internas que alocam pessoas para executar tarefas específicas e regulares; (4) Simpatizantes (filiais): são todas as pessoas que simpatizam com o partido e demonstram isso filiando-se àquela estrutura.

Possuir uma base local é essencial para que o partido tenha vida na cidade. Os partidos podem estar estruturados no município como um diretório ou algum tipo de comissão provisória. Para fins de operacionalização, agregamos as comissões interventoras junto às comissões provisórias. Contudo, nem todos os partidos possuem esses órgãos de

base em todas as cidades e nem todos que possuem lançam candidaturas. Só faz parte dos nossos dados aquele partido que possui base local no ciclo eleitoral analisado. Entendemos que diretórios e comissões se diferenciam qualitativamente e esperamos que diretórios sejam mais fortes que comissões.

Nos interessa mais propriamente a composição das bases locais. O *staff* que integra o órgão representa todo o contingente de pessoal que oficialmente compõe o partido naquela cidade. São essas pessoas que arcam com os custos organizacionais para a manutenção da vida da organização. Sendo assim, esperamos que quanto maior o tamanho do contingente de pessoal (*staff*) na composição da base, mais forte seja a estrutura. Medimos essa variável como o número de pessoas que compõe o órgão ponderado pelo número de eleitores no município.

Toda organização exige burocratização e a literatura sobre os partidos atentado para isso. Uma medida ideal seria o montante de pessoas que assumem cargos diferentes, assumem responsabilidades e são remunerados para isso. Como não temos essa informação disponível usaremos a quantidade de cargos diferentes existentes dentro do órgão como um *proxy* da capacidade burocrática, de forma semelhante à Bolognesi e Babireski (2017). Cargos burocráticos na estrutura do partido servem também como recompensas para as pessoas que desempenham funções específicas (os incentivos seletivos).

Finalmente, a organização partidária depende dos simpatizantes. Ou mais propriamente dito, aquela quantidade de pessoas que oficialmente se declaram ligados a uma determinada legenda. Os filiados continuam sendo um recurso importante para os partidos políticos. Adicionamos pois a quantidade de filiados que o partido possui no município como uma proporção do eleitorado local. Assumimos que quanto maior o número de filiados maior a força da estrutura organizacional ⁴.

Deixamos de fora algumas variáveis que são importantes para a força estrutural dos partidos. A principal refere-se ao poder econômico dos partidos políticos. Em nível municipal essa informação é praticamente indisponível para a maior parte dos partidos. Os recursos do fundo partidário são distribuídos segundo regulação estatutária e em boa medida transferidos para órgãos estaduais, que repassam para os municipais. Os partidos transferem pouco ou nenhum recurso para órgãos municipais antes das eleições. Em período eleitoral, contudo, poderíamos estimar a força orçamentária das organizações. De fato tentamos fazer isso utilizando a receita de campanha originada diretamente do caixa dos partidos para os candidatos. Porém, o número de casos resultantes é bastante reduzido em comparação ao número de organizações partidárias disponíveis de modo que perderíamos muita variação em termos de partidos e municípios. Além disso, existe um perigo em

⁴ Estudiosos do tema poderiam contestar esta seleção indicando a falta de variáveis que mensurem relações de poder, democracia interna, regras estatutárias ou equivalentes, todas importantes para o estudo das organizações partidárias. No entanto, nosso objetivo é medir apenas um aspecto da organização: a sua força estrutural. O nível de análise da pesquisa impõe limitação quanto ao uso de informações advindas de estatuto partidário (não variam tempo, nem no espaço) ou de *surveys*, uma vez que, não contamos com condições financeiras para esse tipo de pesquisa.

usar esses dados. Pode existir uma racionalidade na alocação da doação, de modo que um determinado tipo de organização receba a doação partidária e outras não. Isso pode enviesar o nosso indicador. Embora tenhamos menos variáveis, elas de fato medem o que pensamos.

Tempo no horário gratuito de propaganda eleitoral (HGPE) é outro recurso a disposição das organizações partidárias em nível municipal. Em primeiro lugar, esses dados não estão disponíveis em formato acessível, mas poderíamos usar a regra constitucional de divisão para todos os partidos. Contudo, propaganda gratuita eleitoral não ocorre em todos os municípios. A regra estabelece que o HGPE entrará no ar em cidades que possuam geração de TV ou rádio. Isso reduz nossas possibilidades que é maximizar a quantidade de órgãos partidários em análise. Em segundo lugar, o tempo de propaganda seria estático no nível dos partidos. Isto é, pela regra o tempo de propaganda de um partido x qualquer será o mesmo em todas as municipalidades. Essa variável poderia de algum modo superestimar a força real da organização.

Quadro 1 – Variáveis de estrutura organizativa municipal

Variável	Descrição	Mensuração
Estrutura local	Existência de diretório ou comissão provisória	<i>Dummy</i> , 0 para comissão e 1 para diretório
Complexidade Burocrática	Número de instâncias burocráticas no órgão partidário	proporção em relação ao número de eleitores
Recursos humanos	Número total de pessoas que formam o órgão partidário	proporção em relação ao número de eleitores
Simpatizantes	Número de filiados no município	proporção em relação ao número de eleitores

4.5.2 Coleta de dados

Coletamos junto ao site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) todas as informações disponíveis sobre organização partidária em seu Módulo Consulta Pública, base dados histórica. De acordo com o TSE, nessa base de dados constam informações sobre os órgãos partidários anotados até 19 de Maio de 2017 ⁵. Embora, a base de dados contenha informações para todos os níveis da organização partidária, filtramos apenas aquelas referentes aos órgãos municipais, objeto do nosso trabalho. O procedimento para a coleta dos dados foi a técnica de *web scraping* automatizada. Para isso utilizamos o software estatístico R (R Core Team, 2019) e os pacotes RSelenium (HARRISON, 2019), XML (LANG; TEAM, 2019), xml2 (WICKHAM; HESTER; OOMS, 2018). Nossa coleta durou

⁵ Esses dados estão disponíveis no site do TSE e podem ser acessados a partir do seguinte endereço <<http://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-composicao-partidaria>>.

em torno de 3 meses durante Fevereiro e Abril de 2018. Os *scripts* utilizados para a coleta está disponível nos apêndices desse documento e na internet ⁶.

A automatizada nos deu acesso as seguintes informações: tipo de estrutura local, tempo de existência, membros que compõe a estrutura partidária, a quantidade e o tipo de divisões burocráticas. O TSE identifica as composições com um ID e informa seu *status* como Vigente ou Não vigente. Contudo, como estamos lidando com eleições anteriores ao momento à coleta, todos os órgãos de interesse constavam como não ativos. Filtramos os órgãos que iniciaram sua vigência após as eleições de 2004 e aqueles iniciados antes de Outubro de 2016. Isto é, mantivemos na base de dados aquelas estruturas partidárias que poderiam está em funcionamento durante as eleições que estudamos (2008, 2012 e 2016). Além disso, removemos eventuais duplicações de órgãos em um mesmo ciclo eleitoral ⁷. Da forma como os dados são disponibilizados, podemos encontrar diversas composições diferentes para o mesmo partido na mesma cidade ao longo do tempo. Desse modo, usamos como critério a seleção da composição do seguinte modo: (1) o órgão poderia estar ativo durante o ciclo eleitoral; (2) se mais de um órgão cumprir o requisito 1, mantemos na base de dados os diretórios ao invés de comissões provisórias; (3) se órgãos ativos no mesmo período eleitoral são do mesmo tipo, retiramos a média das composições ⁸.

Os dados de filiados foram coletados de duas formas: (1) pelo pacote do R *electionsBR* (MEIRELES; SILVA; COSTA, 2019) e (2) pelo próprio repositório do TSE. Os dados de filiados diz respeito a quantidade de pessoas que estão registradas como filiada a algum partido em um determinado município. Mesmo após tentativas de homogeneização das bases, alguns municípios não tinham informações de filiados para alguns partidos. Esses casos foram excluídos. Uma vez que os dados acessados pelo *electionsBR* reportam a situação da filiação mantivemos apenas filiações que estavam ativas durante o período eleitoral analisado. Adicionalmente, coletamos o montante de eleitores para cada município e ano eleitoral junto ao Repositório de Dados Eleitorais do TSE ⁹.

⁶ O site apresentou enormes instabilidades de acesso durante a coleta ocasionando diversas paradas na execução da coleta e isso prolongou o tempo necessário. É importante salientar que não posso garantir a total reprodução da coleta com o *script* reportado devido a alterações que ocorreram no site durante e depois da coleta. De toda forma, pequenas alterações podem sanar o problema.

⁷ Chamamos de ciclo eleitoral o período imediatamente após uma dada eleição até o a data da próxima eleição municipal. Logo, um órgão que iniciou em Novembro de 2004 pertence ao ciclo eleitoral de 2008.

⁸ Existe uma lacuna considerável nesses dados. Existem dados eleitorais para determinados partidos e ao mesmo tempo não constam dados de organização partidária. A inexistência da informação sobre estrutura local não significa que não existisse de fato. Infelizmente os dados não estavam disponíveis ainda no momento da coleta. Esse problema não tem limitado o esforço de produzir estudos com esses dados (BRAGA, 2008; BRAGA; BOURDOUKAN, 2009; GUARNIERI, 2011; NETO; SIQUEIRA; MOREIRA, 2012; CERVI; BORBA, 2019).

⁹ Os dados podem eleitorais do TSE podem ser acessados em <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais-1/repositorio-de-dados-eleitorais>>.

4.6 Resultados

4.6.1 Estrutura Partidária no Brasil: Descrição

A tabela abaixo sumariza a distribuição de frequência dos tipos de órgãos dos partidos políticos brasileiros por ano.

Tabela 1 – Frequência dos órgãos

election	branch_type	n	perc
2008	Diretório	18660	42.14
2008	Comissão	25626	57.86
2012	Diretório	24108	33.89
2012	Comissão	47026	66.11
2016	Diretório	16822	26.76
2016	Comissão	46044	73.24

A grande maioria das bases locais dos partidos políticos é de comissões provisórias. De acordo com nossos dados, as comissões não só suplantam os diretórios, quanto a distância entre esses dois tipos de organização aumentou entre as três eleições avaliadas. Enquanto em 2008 as comissões representavam 57.86%, em 2016 somaram 73.24%. Além do tipo de órgão podemos avaliar qual o contingente de pessoal para cada tipo de órgão.

Tabela 2 – Descritivos: Número do Staff por órgão

election	branch_type	n	minimo	maximo	media	desvio	coefVar
2008	Diretório	18660	1	560	25.70	23.78	0.93
2008	Comissão	25626	1	84	5.96	4.14	0.69
2012	Diretório	24108	1	560	24.71	21.51	0.87
2012	Comissão	47026	1	78	6.71	3.56	0.53
2016	Diretório	16822	1	253	23.90	21.14	0.88
2016	Comissão	46044	1	75	7.21	3.37	0.47

De acordo com nossos dados, em 2008 encontramos uma média de 26 pessoas em um diretório, enquanto a média para comissões provisórias é de 6. Esses resultados são consistentes para as três eleições analisadas. Esse contingente de pessoal precisa ser distribuído de alguma forma dentro dos órgãos. O fato de uma organização exigir burocratização impõe a necessidade de criação de funções específicas. Podemos usar a quantidade de cargos burocráticos como um *proxy* para a complexidade burocrática. Esse indicador é apresentado na tabela 3.

Tabela 3 – Descritivos: Número de divisões burocráticas por órgão

election	branch_type	n	minimo	maximo	media	desvio	coefVar
2008	Diretório	18660	0	560	22.40	21.20	0.95
2008	Comissão	25626	0	56	4.32	3.62	0.84
2012	Diretório	24108	0	560	22.06	19.09	0.87
2012	Comissão	47026	0	78	5.31	3.47	0.65
2016	Diretório	16822	0	253	21.67	19.07	0.88
2016	Comissão	46044	0	67	5.87	3.38	0.57

Na média a quantidade de divisões burocráticas nas estruturas partidárias locais tende a crescer quando aumenta a quantidade do *staff*. Além disso, observamos que diretórios são estruturas mais complexas que as comissões provisórias. Como vemos na tabela 3, a média de cargos em um diretório foi 22.4 em 2008 e 21.67 em 2016. O inverso dessa medida pode ser visualizado na tabela 4.

Tabela 4 – Descritivos: Membros sem cargo por órgão

election	branch_type	n	minimo	maximo	media	desvio	coefVar
2008	Diretório	18660	0	63	3.30	8.92	2.70
2008	Comissão	25626	0	77	1.65	3.02	1.84
2012	Diretório	24108	0	60	2.65	7.54	2.85
2012	Comissão	47026	0	57	1.40	2.44	1.74
2016	Diretório	16822	0	71	2.22	6.71	3.02
2016	Comissão	46044	0	57	1.34	2.34	1.76

Poucas pessoas ficam sem cargos em órgãos partidários locais, sendo esse número maior nos diretórios. Na média, cerca de 3.3 pessoas ficaram sem atribuições burocráticas em diretórios e 1.65 em comissões para o ano de 2008. Finalmente, a composição dos órgãos depende do montante de ativistas na cidade. Aqui usamos o número de filiados aos partidos em cada um dos municípios.

Tabela 5 – Descritivos: Número de filiados por órgão

election	branch_type	n	minimo	maximo	media	desvio	coefVar
2008	Diretório	18660	1	118854	333.51	1355.92	4.07
2008	Comissão	25626	1	63321	137.89	642.85	4.66
2012	Diretório	24108	1	130001	328.31	1484.65	4.52
2012	Comissão	47026	1	80845	124.72	702.76	5.63
2016	Diretório	16822	1	129317	386.98	1757.19	4.54
2016	Comissão	46044	1	80335	142.45	729.90	5.12

Observamos na tabela 5 que onde existem diretórios as estruturas partidárias são mais fortes. A média de filiados é sempre maior onde o partido conta com esse tipo de órgão. A diferença média do número de filiados entre diretórios e comissões foi de 195.61 em 2008, 203.59 em 2012 e 244.53 em 2016. A figura 3 sumariza a presença local dos partidos entre todos os municípios brasileiros para as três eleições analisadas.

Em 2008 o PT era o partido com maior presença local no país. De acordo com nossos dados, este partido estava presente em 88.63% dos municípios. Em seguida estão PSDB, DEM, MDB com presença formal em 74.68, 71.67, 67.63% dos municípios respectivamente. Observamos também que nas eleições seguintes o MDB e PP passam a integrar o grupo de cima dos partidos, entre aqueles com maior quantidade de órgãos nas cidades brasileiras. É importante salientar que a distribuição dos partidos é altamente assimétrica. Apenas 22.22% dos partidos tinham presença em pelo menos metade das cidades. Em 2012 esse número aumenta para 40% e volta para 25.71% em 2016. Esses movimentos podem estar atrelado a disponibilização dos dados do TSE. Mas podemos aproximar essa presença

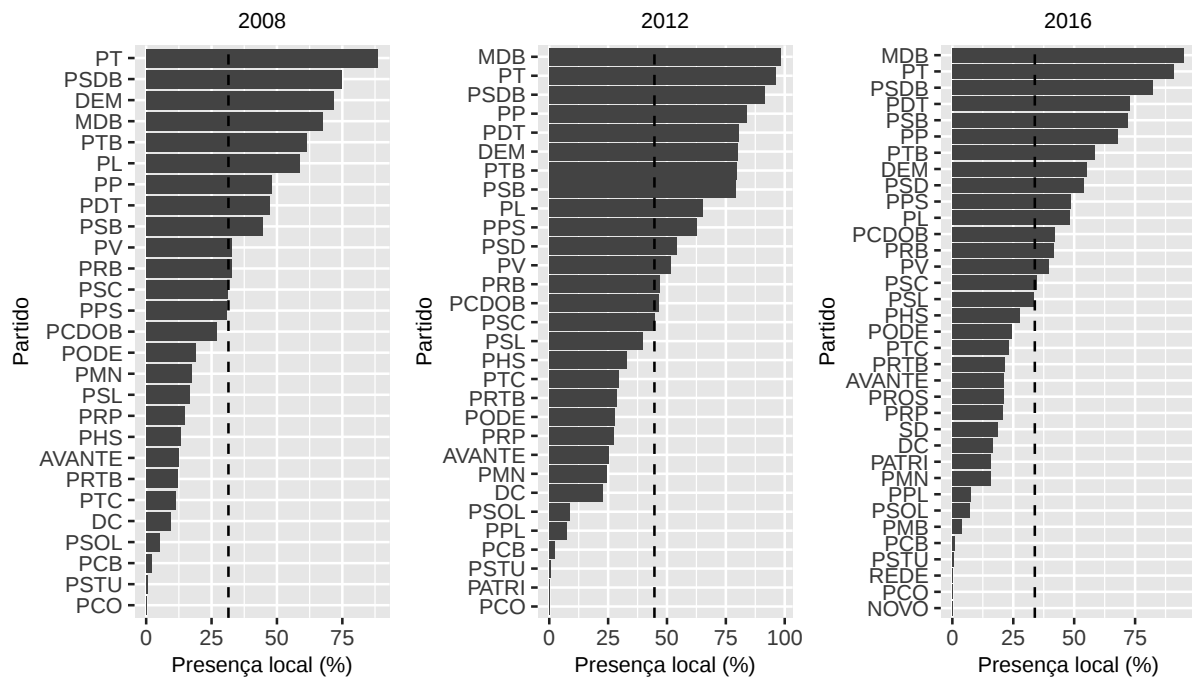


Figura 3 – Presença de órgãos partidários nos municípios

levando em conta os apontamentos da literatura que utiliza esses dados ¹⁰. Enquanto a figura 3 apresenta quais partidos estão presentes na maior parte do país, na figura 4 podemos avaliar como os partidos tomam forma nas cidades. Apresentamos o percentual de diretórios em relação ao total de bases locais (diretórios e comissões) de cada partido.

Vemos em escala descendente aqueles partidos que optam por manter estruturas mais fortes e duráveis, em relação às comissões que são estruturas mais voláteis. A estratégia dos partidos brasileiros é se constituir de comissões provisórias. Apenas uma pequena fração dos partidos possuem mais diretórios que comissões. Em 2008 23.08%, em 2012 observamos 17.24% e 15.62% em 2016. Apenas MDB, PT e PSDB mantiveram essa condição nos três últimos pleitos municipais seguidos.

Comparemos agora o montante de pessoas alocadas dentro dessas estruturas. Essas informações são essenciais para nossa operacionalização de força da estrutura organizacional dos partidos. Levando em conta que o número de pessoas alocadas dependem não só do número de filiados, mas também da população de cada município, vamos ponderar esses dados pelo tamanho eleitoral agrupado para 10.000 eleitores. Notadamente, o número ficará com magnitude reduzida. Podemos ver, na figura 5, que em média os órgãos partidários são compostos por cerca de 12.49 pessoas para cada 10 Mil eleitores em 2008, 10.07 em 2012 e 8.14 em 2016.

Isso significa que menos de um terço dos partidos estavam a pelo menos a média da

¹⁰ Por exemplo, para braga2012 existiam 14 partidos com pelo menos 50% de presença local. bizarro2013 avaliou os maiores partidos brasileiros e 6 deles estavam em pelo menos 50% das cidades. No nosso caso 12 partidos cumprem esse requisito em 2012. Já para cervi2019 apenas 6 partidos estavam presentes em pelo menos metade dos municípios no ano de 2016, no nosso caso temos informações para 9.

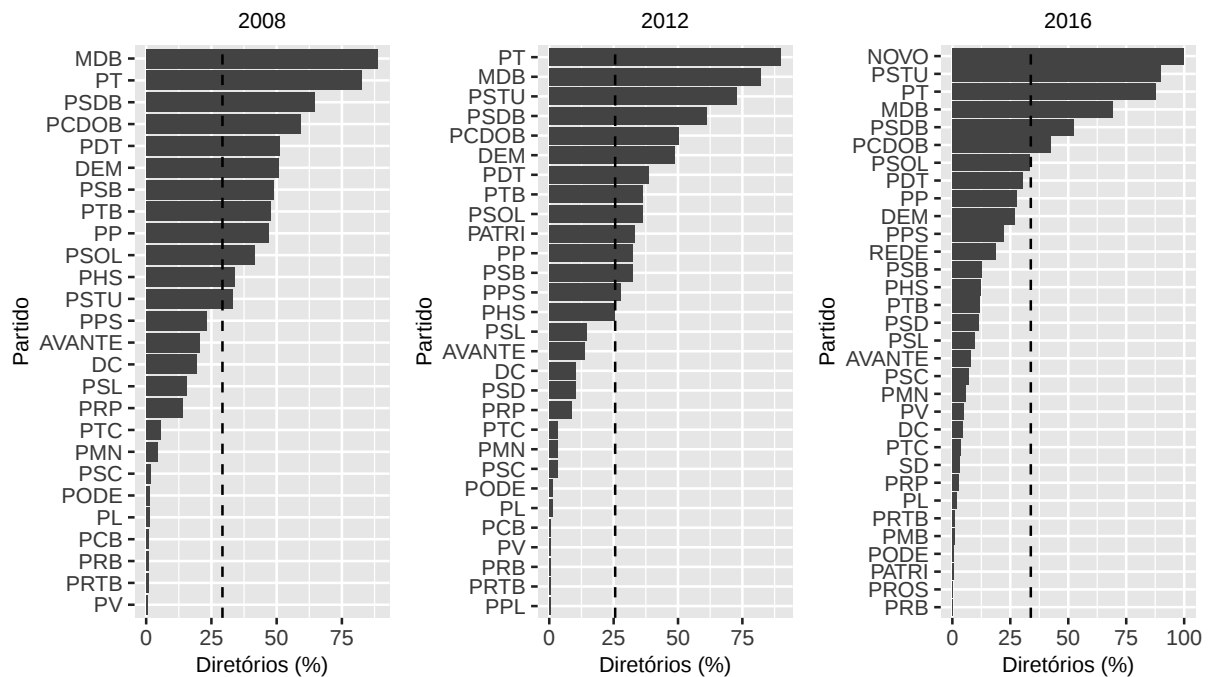


Figura 4 – Percentual de diretórios em relação às comissões

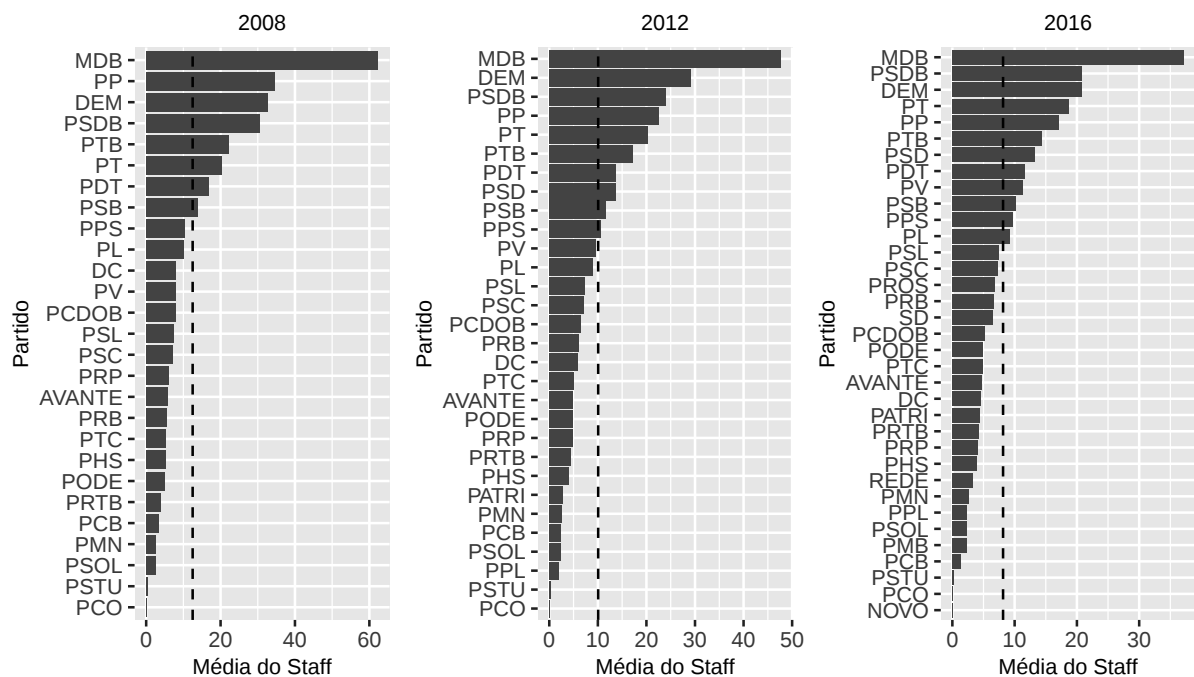


Figura 5 – Média do Staff por 10 Mil eleitores nos órgãos partidários

distribuição em 2008, que alcança um terço dos partidos em 2012 e encerra com 34.29% em 2016. Como já indicamos os partidos regulam a quantidade mínima de pessoas para composição de diretórios e comissões. Contudo, na maior parte dos municípios o *staff* dos partidos é bem inferior ao previsto em estatuto. Existe uma variação grande na capacidade dos partidos políticos brasileiros preencherem seus quadros de pessoal. O MDB é o partido com maior *staff* médio entre os demais, nas três eleições analisadas, seguindo do PP

em 2008, do DEM em 2012 e do PSDB em 2016. O PT tradicionalmente é um partido construído com base na militância e participação de categorias de base nos seus órgãos, tem um desempenho crescente entre as três eleições, alcançando a terceira posição no último pleito.

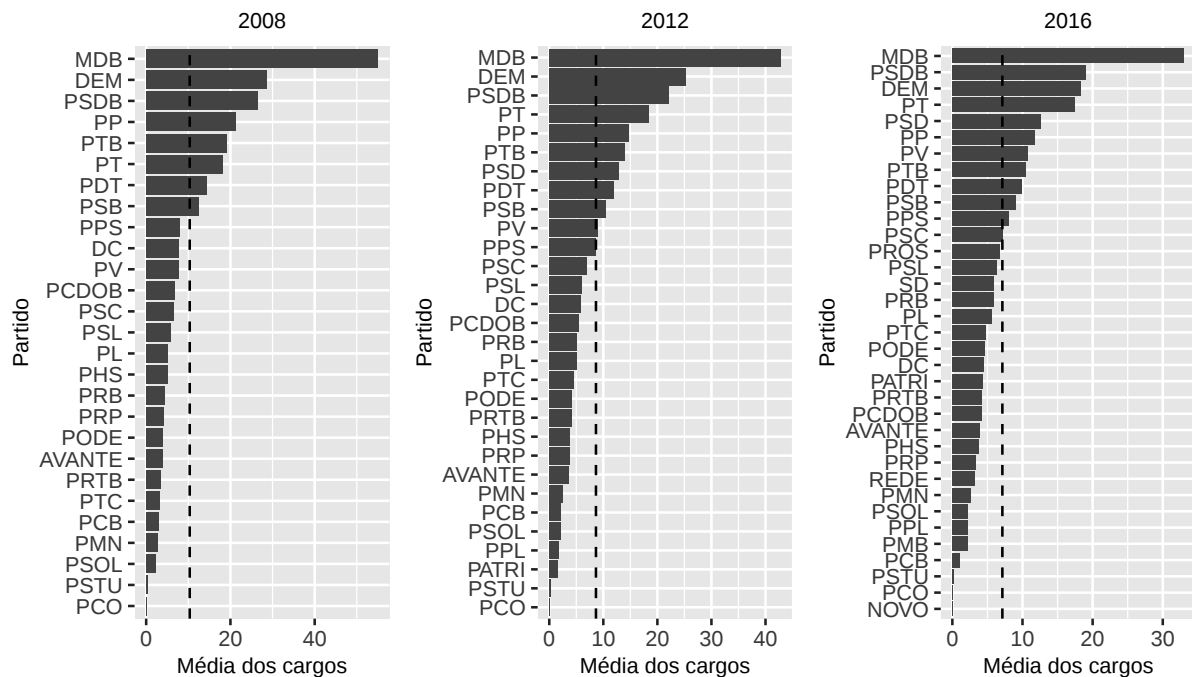


Figura 6 – Média da taxa de complexidade burocrática

Na figura 6 podemos observar a estrutura burocrática das organizações partidárias locais. Desse modo, apresentamos a média da taxa por 10 Mil eleitores de postos burocráticos existentes dentro das estruturas. A linha pontilhada representa a média entre os partidos para o determinado ano. Na média geral para cada eleição, os órgãos partidários possuíam 10.34 cargos em 2008. Em 2016 essa média foi de 8.64. Como vemos, os dados dessa figura são bastante semelhantes com os da figura 5. Ao que tudo indica, as estruturas partidárias atribuem posições burocráticas para a maior parte dos membros. De certo modo isso indica que as organizações locais são abertas ao seus membros, mas também que podemos acessar pouco sobre a complexidade burocrática utilizando essa informação.

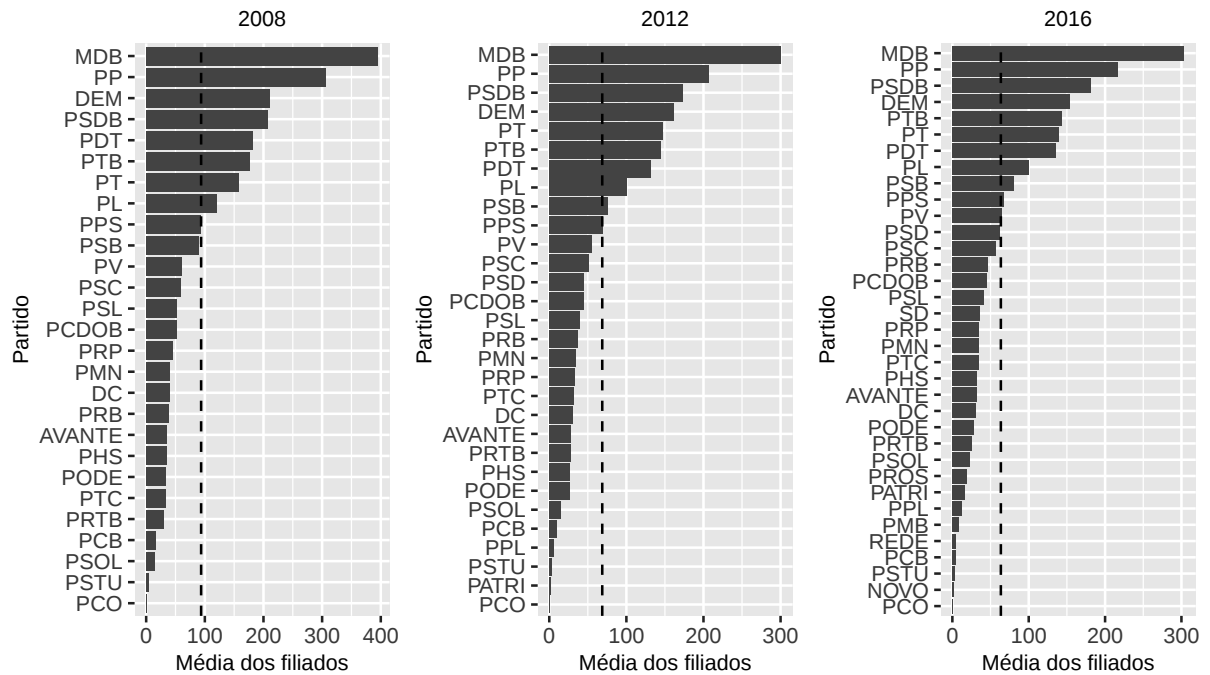


Figura 7 – Média da taxa de filiados

Na figura 7 vemos que o MDB se sobressai em relação aos demais partidos quando o assunto é número de filiados. O partido apresenta uma média de 395.22, 300.65, 303.59 filiados para as três eleições respectivamente. Nesse quesito, destacam-se também o PP (306.43, 206.39, 216.98), PSDB (206.7, 173.17, 180.93) e DEM (211.29, 161.8, 153.76) como segundo, terceiro e quarto colocados nas três eleições seguidas. Como vemos nos gráficos, a variação é considerável entre os partidos políticos. A média geral para 2008 foi de 93.69 filiados por partido político entre os municípios e 68.69 em 2012 e 63.51 finalizando a série em 2016. A distribuição desse recurso é bastante desigual. Apenas 33.33% dos partidos estão na média ou acima dela em 2008. Em 2016 esse número foi de 31.43%.

Até vimos a distribuição dos quatro indicadores de estrutura organizacional dos partidos em âmbito local. A distribuição desses recursos é bastante desigual entre os partidos políticos, os indicadores estão concentrados em cerca de nove partidos. Na próxima seção veremos o compartilhamento de variância entre cada um deles.

4.6.2 Distribuição e correlações dos indicadores

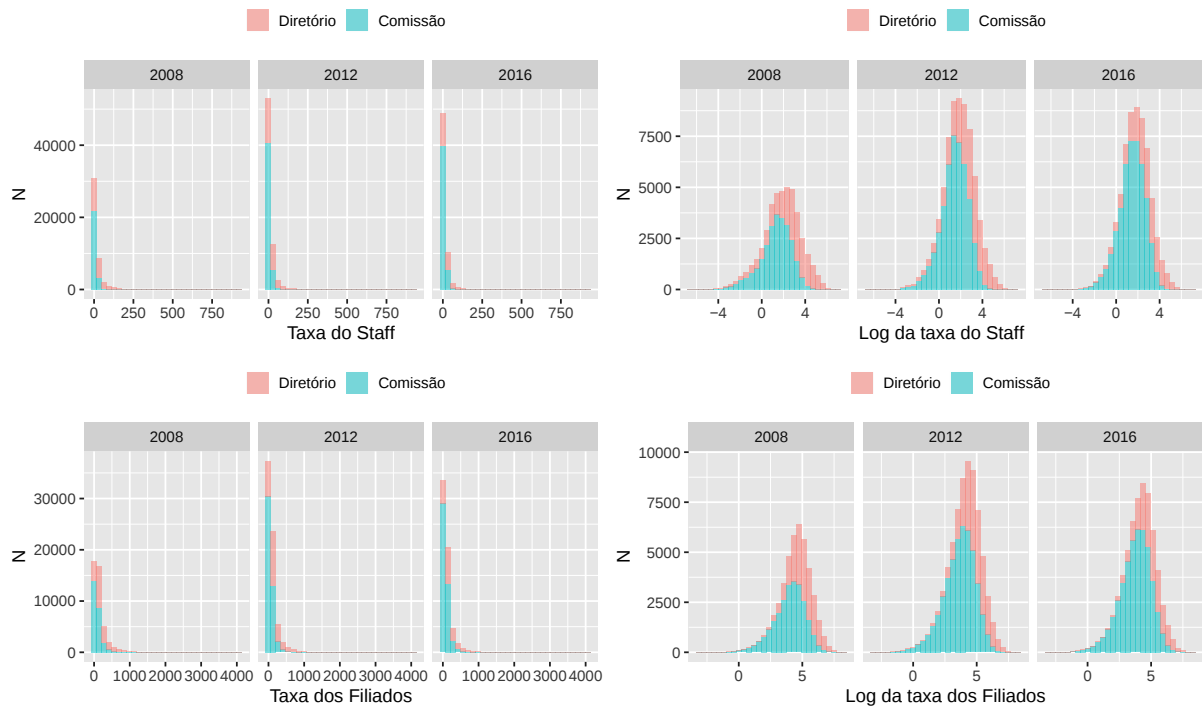


Figura 8 – Distribuição do Staff e Filiados (com e sem log)

A distribuição tanto do número de membros (*staff*) quanto de filiados por 10 Mil eleitores é fortemente assimétrica à direita. Por isso, apresentamos ao lado a distribuição em logaritmo natural para corrigir sua variação ¹¹. Na figura 8 também vemos que as distribuições entre comissão e diretório possui uma forte área de intersecção, indicando a existência de órgãos partidários de características internas semelhantes, mas de tipos diferentes. Não inserimos a distribuição da complexidade burocrática visto que a mesma possui o mesmo padrão que as anteriores. Além disso, algo relativo à sua mensuração à torna equivalente ao tamanho do *staff* do partido. A tabela abaixo sumariza uma correlação entre esses três indicadores.

Tabela 6 – Correlação de Pearson

	n_staff_p	n_other_positions_p	n_affiliated_p
n_staff_p	1.000	0.956	0.519
n_other_positions_p	0.956	1.000	0.483
n_affiliated_p	0.519	0.483	1.000

Como vemos, *staff* e complexidade burocrática são praticamente a mesma variável. Isso ocorre porquê os partidos tendem a criar tantos cargos quanto membros existam dentro de sua organização, seja diretórios ou comissões provisórias. De modo que pouco

¹¹ O fato de nossa variável ter uma assimetria considerável dificulta procedimentos estatísticos tradicionais, principalmente o pressuposto da normalidade, neste caso. Podemos usar diversas formas de transformação para tornar nossa variável mais próxima da normalidade. Nesse caso, aplicamos a função logarítmica natural a cada elemento da variável. Para mais informações sobre transformações nos dados veja: cite[p. 256]triola2014 citeonline[p. 45,87]hair2009

ou nenhum membro fique alijado de alguma patente na organização. Por outro lado, observamos que filiados está positiva e moderadamente correlacionado ao tamanho do *staff* (0.519) e (0.483). Correlacionar essas mesmas variáveis usando o logaritmo natural não apresenta melhora significativamente o grau de correlação. Filiados e tamanho do *staff* uma correlação de $r = 0.573$ e filiados e complexidade burocrática apresentam um $r = 0.533$.

4.7 Distribuição geográfica da estrutura organizativa

A noção de que recursos organizacionais são valiosos e escassos ao mesmo tempo pode ser avaliada mensurando adequadamente sua distribuição usando o coeficiente de Gini para cada um dos partidos. A literatura tem apontando que os partidos brasileiros, com raras exceções, possuem regiões onde são mais fortes eleitoralmente. Nossa intenção é verificar se as organizações são menos ou mais concentradas. Lógica semelhante foi utilizada em jones2003. Para essa análise agregamos os dados para o nível dos estados. Em termos práticos: calculamos a soma de todos os indicadores por partido e estado. Em seguida calculamos o Gini dessa distribuição.

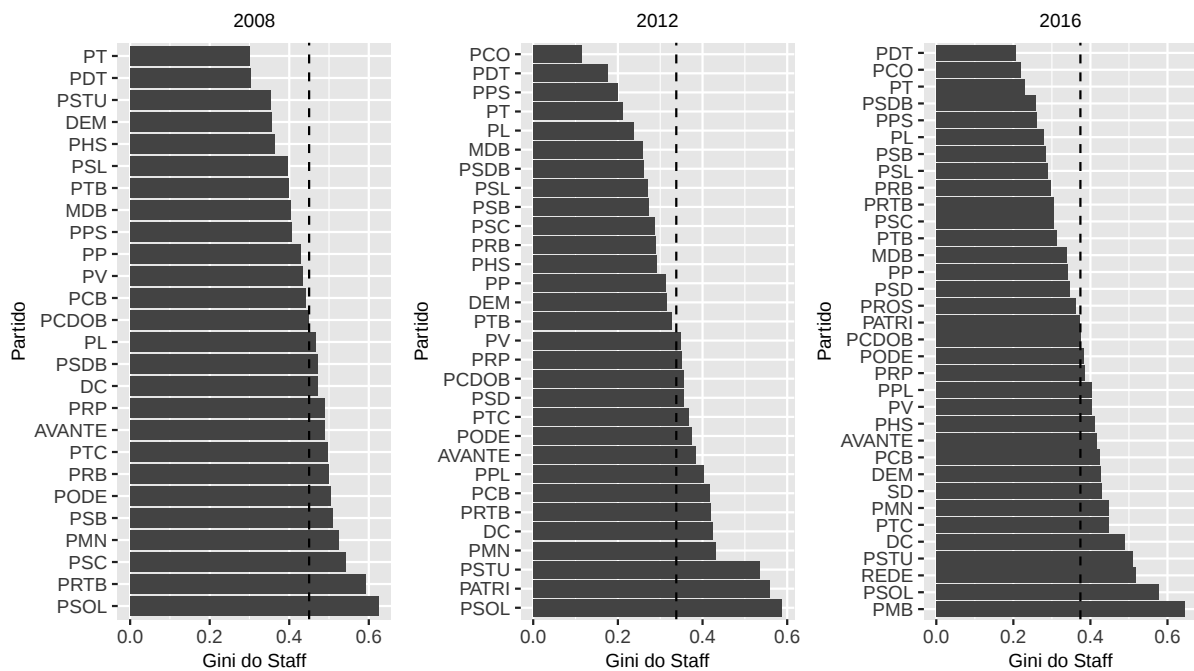


Figura 9 – Gini do Staff por partido e ano

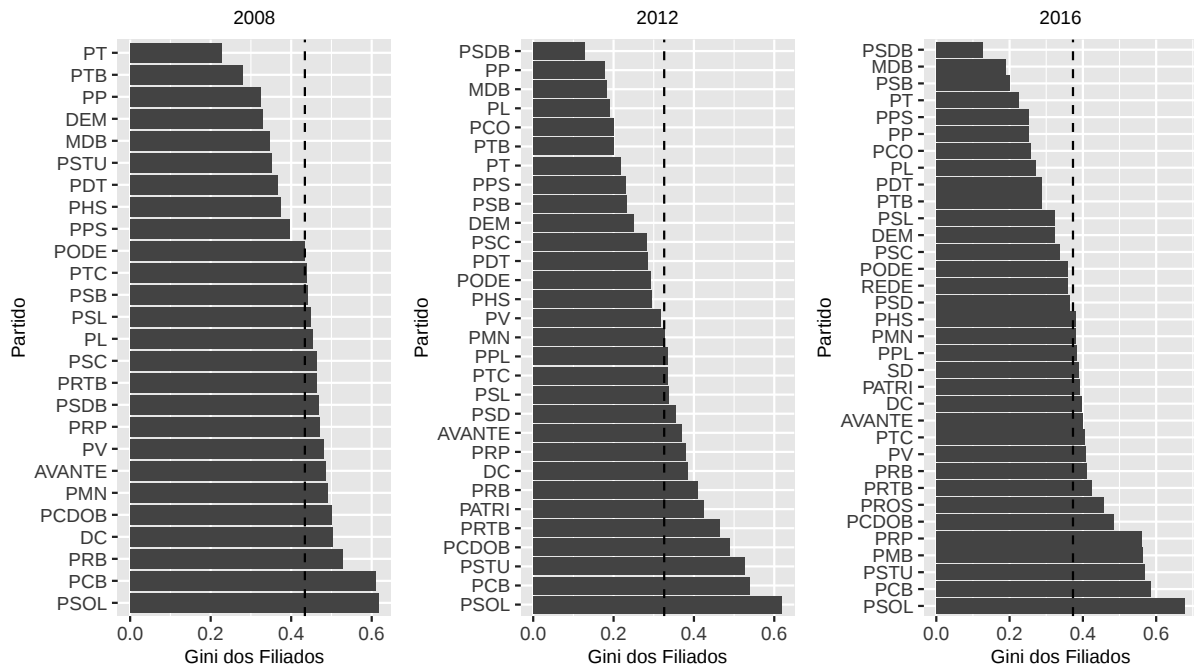


Figura 10 – Gini dos Filiados por partido e ano

O Gini não é um indicador absoluto, nesse sentido está bem ou mal posicionado não indica se você possui mais ou menos na distribuição dos valores reais da variável em questão. A esse respeito o PCO é um bom exemplo, é o partido com menor desigualdade de *staff*, mas é um dos partidos com menor quantidade desse recurso em termos absolutos. A definição de *thresholds* para o Gini não é consensual. Mas frequentemente visualizamos escores abaixo de 0.4 como bons indicadores. Acima disso, aumenta-se a desigualdade na distribuição, sendo um indicador igual ou maior que 0.5 alta desigualdade ¹².

Partidos com escores baixos de Gini significa que eles possuem uma distribuição homogênea de recursos organizacionais entre as 27 unidades da federação. Por outro lado, ser um partido com escores acima de 0.5 significa que seus recursos organizacionais estão distribuídos heterogeneamente entre os estados brasileiros. Nesse sentido, é possível que seu desempenho eleitoral, suas estratégias de disputas sejam diferentes entre cada uma dessas unidades. O gráfico 11 apresenta a relação entre o gini de filiados e de *staff* para cada um dos partidos em cada uma das eleições.

¹² citejones2003 argumenta que um Gini de 0.5 ou superior indica considerável desigualdade. Do mesmo modo, outras fontes online, fazendo referência ao Banco Mundial e a Cia, indicam que um escore menor que 0.3 é baixo, entre 0.3 e 0.49 é médio e um escore de mais ou igual a 0.5 indica alta desigualdade. Para mais informações sobre como categorizar o Gini em de acordo com sua escala acessar: <https://en.wikipedia.org/wiki/Gini_coefficient> e <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/rankorder/2172rank.html>>.

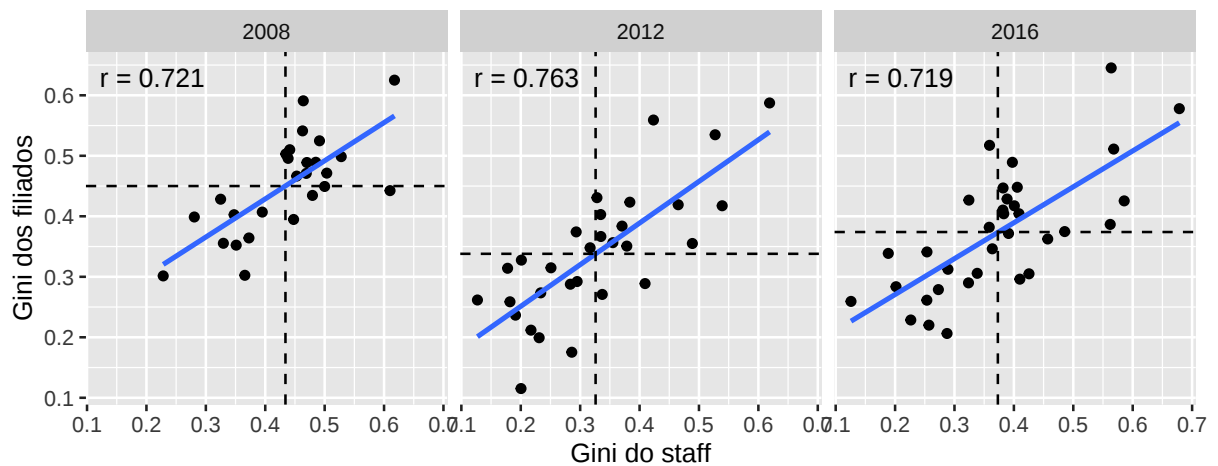


Figura 11 – Gini Filiados X Gini Staff

As linhas pontilhadas indicam a média da distribuição de cada uma das variáveis. Portanto, podemos ver como os pontos (partidos) se situam em cada uma delas e poderíamos pensar a figura como quadrantes. Os partidos abaixo das duas linhas são aqueles que possuem recursos organizacionais distribuídos homogeneamente entre as UFs, enquanto aqueles acima das duas linhas indicam partidos com alta desigualdade de recursos. Como a maioria dos pontos se ajustam nesses dois quadrantes identificamos alta correlação entre as duas variáveis. Isto é, quanto mais desigual a distribuição de filiados entre os estados, maior a desigualdade na distribuição do *staff* que o partido possui.

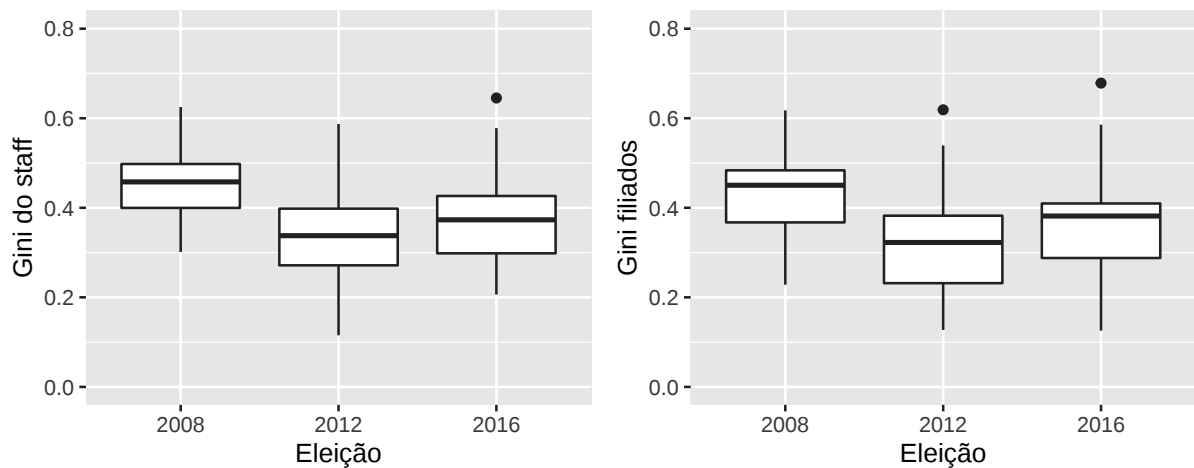


Figura 12 – BoxPlot gini Staff e Filiados por ano

Na média, os partidos políticos em análise possuem uma distribuição homogênea dos seus recursos organizacionais entre as UFs. A média do Gini do *staff* foi de 0.376 e dos filiados foi 0.367 para todo o período. A mediana pode fornecer um indicador mais acurado dessa distribuição. O ciclo eleitoral de 2008 foi aquele onde havia maior desigualdade na estrutura partidária. Nos ciclos posteriores, a maioria dos partidos possuíam baixo indicador de Gini, isto é, mais homogêneos. Cerca de 2/3 dos partidos apresentam Gini

menor que 0.5. É importante salientar que o Gini da organização não significa força organizacional. Os indicadores do partido podem ser relativamente desiguais, mas ser um partido organizacionalmente robusto em alguns Estados. Faremos uma análise geoespacial da distribuição da organização dos partidos para avaliarmos as diferenças nos padrões entre partidos com maior ou menor desigualdade dos seus indicadores.

Como vimos os partidos em termos de gini são pouco desiguais em média. Nesse cenário, PSOL, PSTU, PCdoB, PCB se destacam como desiguais. Ao compararmos com a média cerca de 50% dos partidos estão acima da média do Gini. Esses partidos são aqueles com menor força organizacional. Nesse sentido, concentrar sua organização parece não ajudar a fortalecê-la. Podemos ver na figura que os partidos possuem escalas muito mais baixas que aquelas vistas nos mapas das figuras 13 e 14. O PSOL, por exemplo, possui a maioria dos estados com cerca de 0 a 20 filiados por 10.000 eleitores. Enquanto concentra em poucos um range de 100 a 140 filiados por 10 mil eleitores.

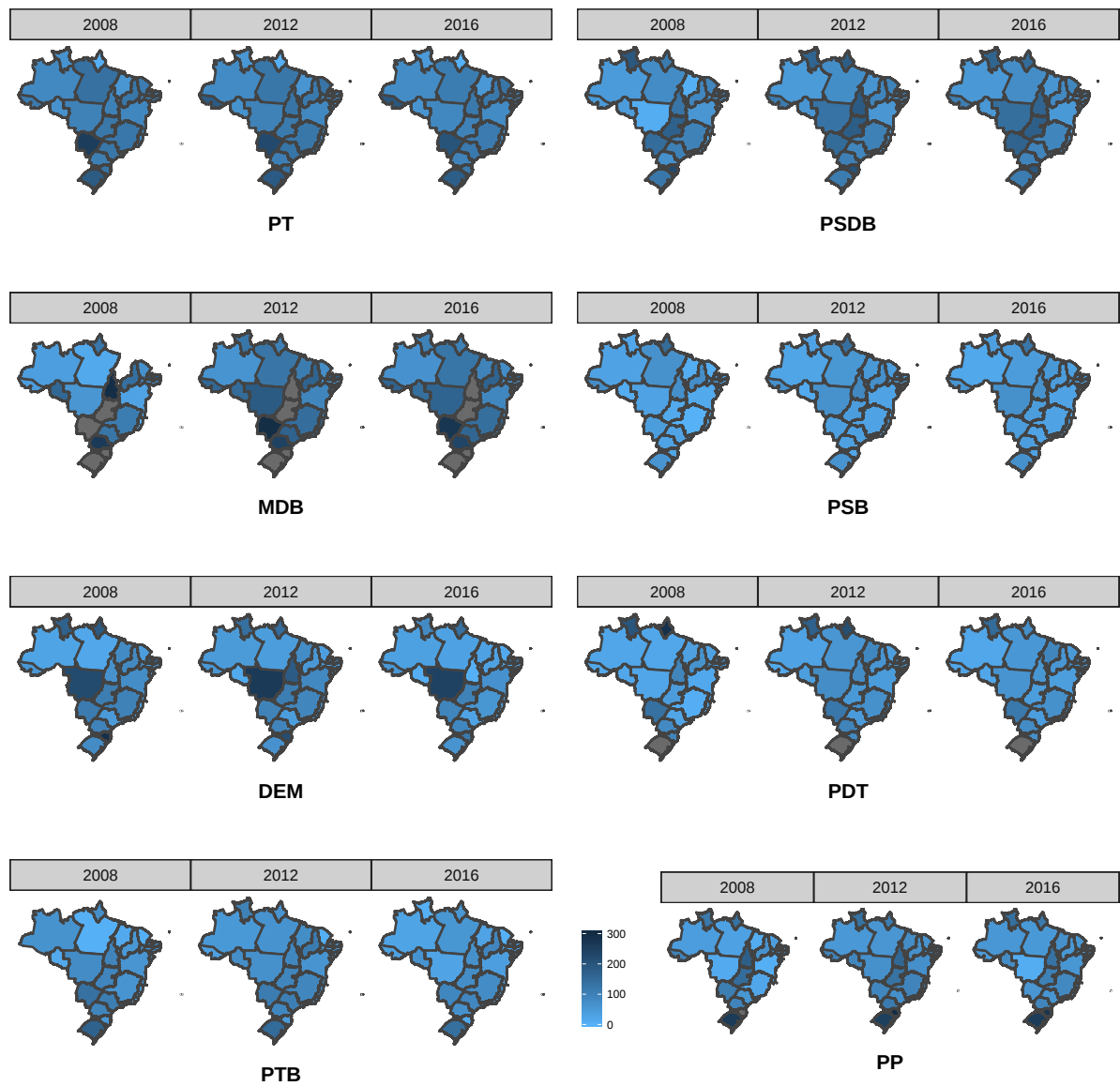


Figura 13 – Taxa de Filiados por 10.000 Eleitores (menor gini)

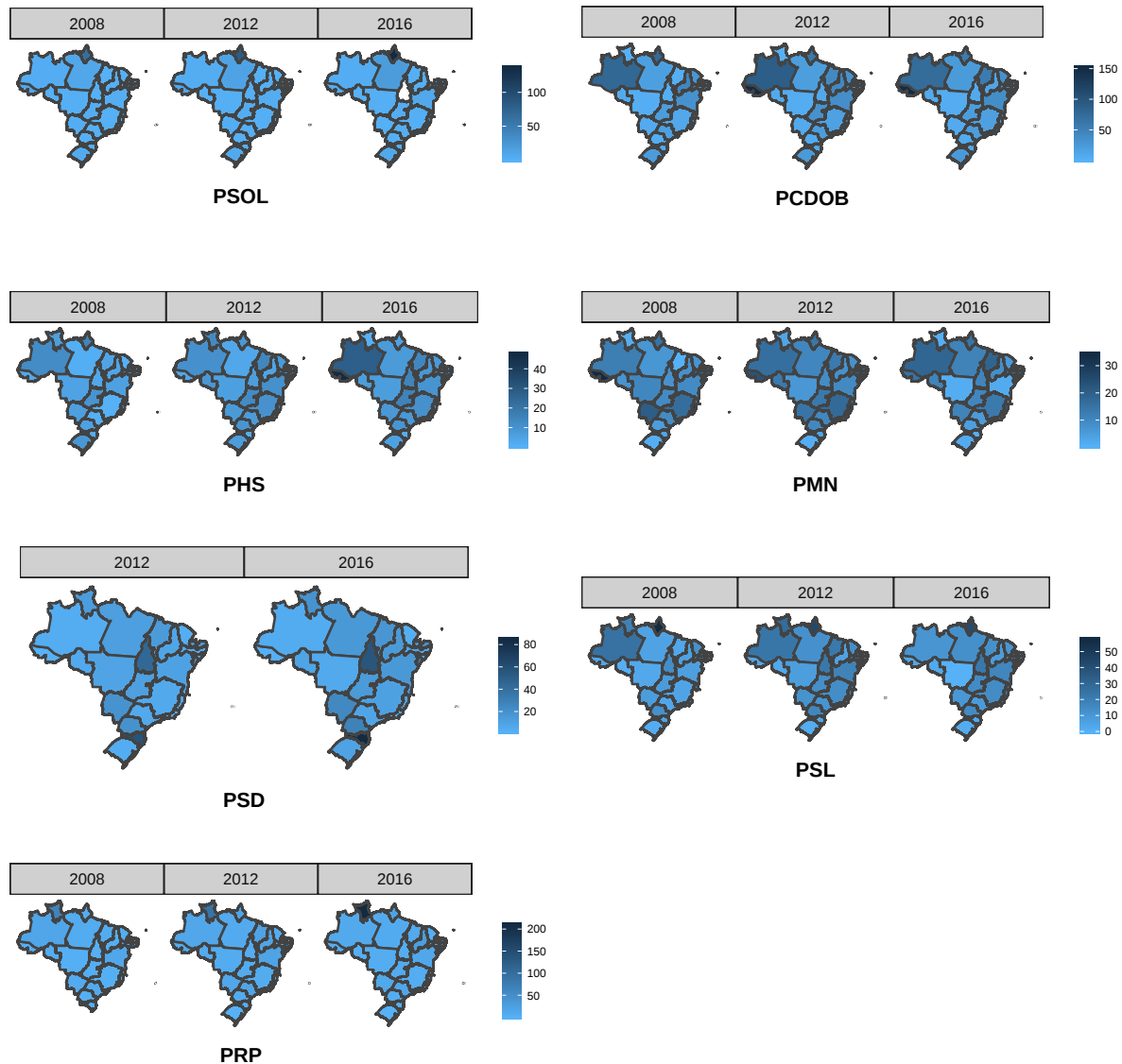


Figura 14 – Taxa de Filiados por 10.000 Eleitores (maior gini)

4.8 Considerações Finais

Como diversos outros atributos os partidos também se diferenciam em termos de força organizacional. Neste capítulo exploramos a distribuição de indicadores da estrutura organizacional dos partidos políticos brasileiros em âmbito local. Em termos gerais, os recursos estruturais de organização são distribuídos de forma bastante desigual entre as legendas. Como vimos ao longo do capítulo cerca de um terço ou menos dos partidos concentram recursos como diretórios, staff, burocracia e filiados.

Os partidos se estruturam entre diretórios e comissões provisórias, sendo esta a regra. As comissões são órgãos mais fracos já que possuem pouca autonomia política e são mais fluídas já que podem ser destituídas a qualquer momento. Em termos de indicadores

empíricos elas também possuem menos staff, cargos e filiados. Manter diretórios, aumentar o staff e os filiados significa criar uma organização estruturalmente mais forte. Os custos disso são maiores, de certo. Se isso fosse simples, todos poderiam adotar as mesmas estratégias. Não é isso que acontece. Menos de um terço dos partidos possuem pelo menos 50% de diretórios entre todos os seus órgãos locais. Do mesmo modo até mesmo os filiados são altamente desigualmente distribuídos.

Em termos gerais os órgãos partidários possuem menos pessoal que poderiam levando em conta o que pressupõe os estatutos dos maiores partidos. Na média, poucas pessoas compõe o staff deles. Contudo é importante salientar que eles são, de certo modo, inclusivos aos seus membros. Os cargos são criados e distribuídos para que todos tenham alguma função diferenciada. Se de fato esses cargos operam é uma questão empírica que nosso trabalho não responde. Do mesmo modo, esse capítulo não possui nenhuma informação sobre o funcionamento real desses órgãos, suas atas e ficha de presença. Não sabemos ao menos se suas portas são abertas para além do período eleitoral. Usamos apenas os dados disponíveis e acreditamos que demos informações para que trabalhos dessa natureza sejam realizados no futuro.

5 FORÇA ORGANIZATIVA E DESEMPENHO ELEITORAL NO BRASIL

5.1 Introdução

Em boa medida, parte da literatura derivou a força dos partidos políticos brasileiros das expectativas institucionais (BRAGA; PIMENTEL JR., 2011). A reunião de sistema de representação proporcional, multipartidarismo, lista aberta e candidaturas natas serviu para afirmar que as agremiações partidárias eram organizações eleitorais débeis (LAMOUNIER; MENEGUELLO, 1986; AMES, 2003; PEREIRA; MUELLER, 2003). Por outro lado, os níveis de identificação partidária serviram como um bom indicador comprobatório do diagnóstico. Contudo, a literatura precisou lidar com um sistema de partidos fracos em um quadro competitivo estável (MELO; CÂMARA, 2012; LIMONGI; CORTEZ, 2010). O argumento defendido nesse trabalho é o de que dentre os diversos recursos que os partidos e os candidatos dispõe para ganhar eleições a organização importa.

Portanto, neste capítulo pomos a teste a hipótese central de que : H_c : a estrutura organizativa exerce um efeito positivo, moderado e significativo sobre o desempenho eleitoral. Com essa hipótese estamos assumindo que a estrutura organizacional pode ser mais ou menos forte. Estruturas fortes são mais prováveis a afetar o desempenho que estruturas fracas. Nela assumimos também que seu efeito, se existir, será positivo e moderado. Como já salientamos no Capítulo 1 existem diversas variáveis importantes para explicar voto, sendo o dinheiro aquela com maior efeito médio. Aqui, defendemos que partidos importam, mas não que eles são os mais importantes.

Embora poucas, existem evidências empíricas que sugerem que essa relação é verdadeira para o Brasil. Estudos como os de Guarnieri (2012), Neto e Freitas (2011), Neto, Siqueira e Moreira (2013), Braga e Pimentel Jr. (2011), Bolognesi e Babireski (2017), Bolognesi et al. (2018) justificam a hipótese que estrutura organizacional importa para disputar e ganhar eleições em diversos níveis de competição eleitoral. Em conjunto com eles, nosso trabalho tenta expandir as análises termos de cargos e disputas em estudo, bem como, com novas variáveis ¹.

Como lidamos com quatro indicadores de estrutura organizacional preciso ser um pouco mais claro sobre como essas variáveis afetam o desempenho eleitoral. H_1 : Tomando comissões provisórias como referência o efeito de ser um diretório é positivo, moderado e significativo; $H_{2,3e4}$: O montante de filiados, staff e cargos burocráticos exercem um efeito positivo, moderado e significativo sobre o desempenho eleitoral dos partidos. Embora nossa hipótese assume um efeito moderado estamos cientes de que esse efeito pode variar de acordo com outras variáveis: avaliamos especificamente o tamanho das cidades. Não existe um claro motivo teórico sobre se cidades menores aumentam ou diminuem o efeito da

¹ Evidências empíricas comparadas sobre os efeitos da organização partidária sobre fenômenos políticos e eleitorais já foram dados no capítulo 3 e 4

organização sobre os votos. Contudo, recursos organizacionais são mais abundantes em grandes cidades, isso deve afetar a importância relativa deles.

5.2 Dados e Métodos

Nesta seção descrevemos os principais procedimentos utilizados para testar as hipóteses de pesquisa. Aqui apresentamos as variáveis, suas fontes e operacionalização, período e disputas eleitorais abordadas, bem como os níveis de análises. Nossa variável dependente é o desempenho eleitoral. Este pode ser mensurado de diversas formas como já salientado. Para foco do capítulo utilizaremos três variáveis para explorarmos o potencial explicativo da estrutura organizacional dos partidos: votos, candidaturas e eleitos.

Tabela 7 – Lista de variáveis utilizadas

Tipo	Nome	Descrição
VD	Candidatos	Número de candidatos
	Eleitos	Número de candidatos eleitos
	Votos	Total de votos por candidato/partido
	Tipo de órgão	Uma dummy indicando se o órgão é um diretório ou comissão
VI	Staff	Número de pessoas compondo o órgão
	Filiados	Número de filiados registrados na cidade
	Burocracia	Número de cargos burocráticos do órgão
	Incumbente	Dummy que indica se o candidato concorre a reeleição. Para vereador usa-se a soma de incumbentes.
VC	Gasto de campanha	Total de gasto de campanha por candidato. Para vereador toma-se a soma do gasto por partido.
	Tamanho da cidade	Número de eleitores aptos na cidade.
	Eleição	Dummy indicando o ano da eleição (2008, 2012 ou 2016).

Assumindo que nem todos os partidos têm os mesmos objetivos e capacidades, lançar candidaturas pode ser mais importante para alguns do que maximizar votos (partidos de nicho figuram-se como *position take*). A estratégia do PT nos anos 80 e 90 era lançar muitas candidaturas mesmo sem chances de sucesso. Por outro lado, ganhar eleições é a principal objetivo dos partidos competitivos, maximizar votos e mandatos é essencial. Por isso, centraremos nossas análises nelas. Nossa fonte de dados eleitorais resume-se ao TSE seja por meio do seu repositório ou o pacote electionsBR que compila e disponibiliza esses dados na plataforma R.

Diferentemente dos estudos de comportamento eleitoral lidamos aqui com dados agregados no nível dos candidatos ou partidos. Como estudaremos vereadores e prefeitos isso insere ainda outra nível de agregação. Por isso, algumas variáveis estarão no nível do candidato, mas no pleito proporcional agregaremos para o nível do partido. Nossa variável independente é a força da estrutura organizacional dos partidos. Operacionalizamos essa

variável em três indicadores: o tipo de organização, o tamanho do *staff*, o tamanho de sua rede de ativistas (filiados) e a complexidade burocrática (a quantidade de cargos no órgão). Todos esses indicadores estão no nível dos partidos nas cidades. Esses dados foram coletados junto ao site do TSE e já apresentamos essas informações com mais detalhes no capítulo anterior.

Nós controlamos o efeito da estrutura organizacional sobre o desempenho eleitoral pelo *status* de incumbente, gasto de campanha e tamanho eleitoral do município. Muitas das variáveis discutidas no capítulo 1 eram de nível individual, mas nós precisamos lidar com dados agregados. Como mostramos, as principais explicações dos voto em nível local é incumbência e gasto de campanha. O tamanho do município é importante por contextualizar as disputas. Existem evidências de que as disputas são diferentes entre os tipos de cidade. A relação entre organização e voto pode também ser afetada por ela. Os dados de incumbentes referem-se a comparação entre candidatos que venceram uma eleição anterior e disputaram para o mesmo cargo a eleição seguinte. Existem alguns *missings* devido a incompatibilidade de nomes e CPF entre os pleitos. No caso do dinheiro, usamos o gasto declarado e não a receita, essa escolha é padrão na literatura.

A análise de dados será dividida em dois grandes blocos, um para cada cargo em análise. Em cada um dos blocos iniciamos com uma descrição da associação entre a estrutura organizacional e o desempenho eleitoral de forma mais abrangente. Nos modelos de regressão utilizaremos os votos como principal variável dependente. No fim das contas, ela é a variável mais tradicional nos estudos eleitorais.

5.3 Resultados

5.3.1 Disputa para Vereador

5.3.1.1 Tipo de órgão

No capítulo anterior e na introdução deste argumentamos que a forma de organização local dos partidos são diferentes e que diretórios são estruturalmente mais fortes que comissões. Podemos ver na figura 15 que a média por partido de candidatos lançados (superior) e o percentual de eleitos (inferior) ao cargo de vereador por tipo de órgão. De acordo com esses dados, diretórios lançam mais candidatos e elegem mais que comissões provisórias.

A diferença média de candidatos lançados por diretórios foi de 1.93 em 2008, 2.25 em 2012 e 1.59 em 2016. As barras do intervalo de confiança não se interpõe indicando diferenças significativas ². Do mesmo modo, diretórios possuem mais vereadores eleitos na média. A figura apresenta uma média de 22.56% em 2008, 19.37% em 2012 e 16.61% em 2016.

² O fato de o N ser gigante diminui consideravelmente as estimativas de erro e portanto as barras ficam muito próximas à estimativa da média.

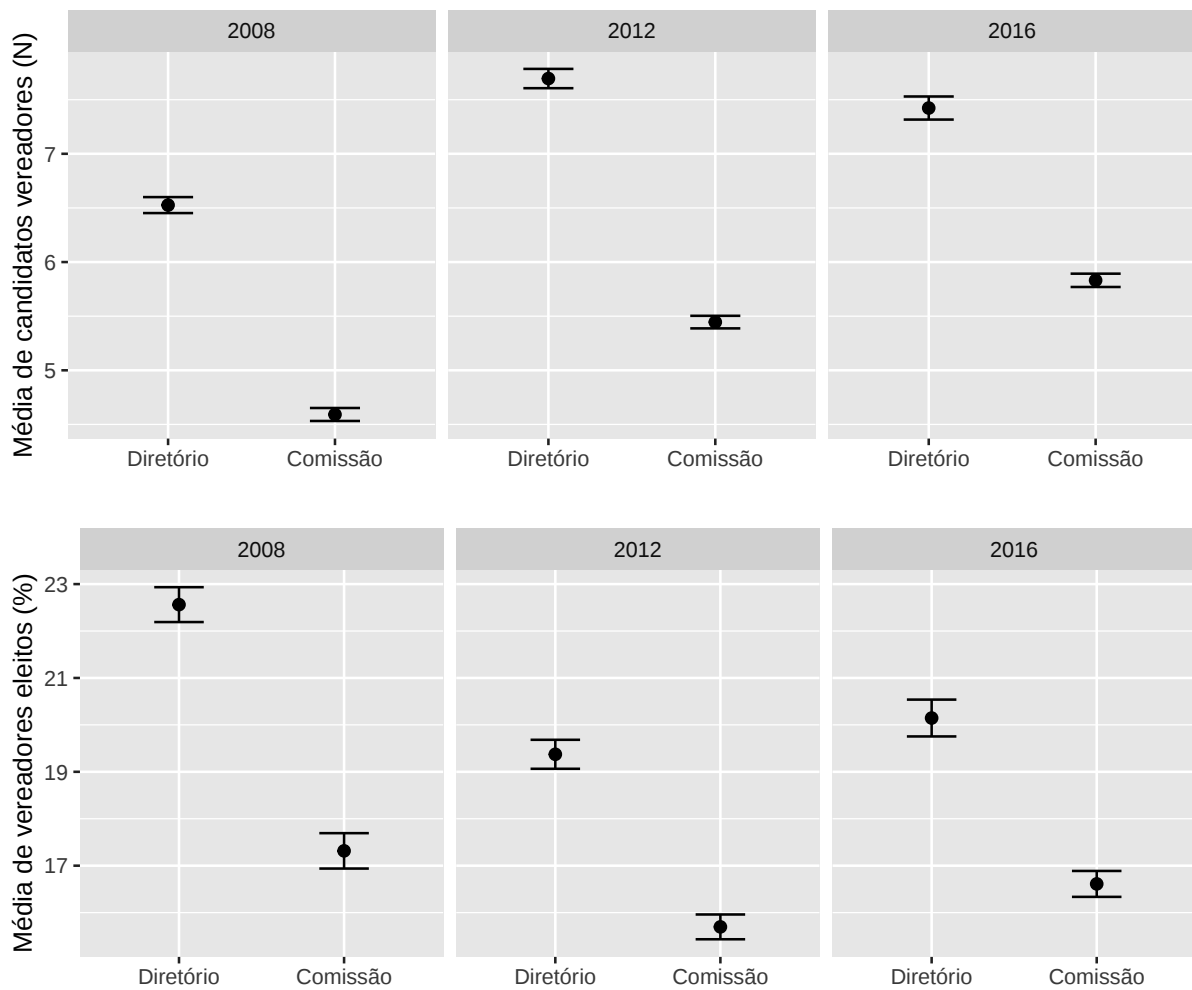


Figura 15 – Desempenho Eleitoral por tipo de órgão (IC 95%)

Tabela 8 – Vereadores eleitos (%) por partido e órgão (ic 95%)

election	branch_type	n	media	desvio	ci_in	ci_su
2008	Diretório	17695	22.56	25.19	22.19	22.93
2008	Comissão	20009	17.32	27.21	16.94	17.69
2012	Diretório	22257	19.37	23.51	19.06	19.68
2012	Comissão	36037	15.70	25.59	15.43	15.96
2016	Diretório	15385	20.15	24.84	19.75	20.54
2016	Comissão	36919	16.61	27.07	16.34	16.89

Na figura 16 podemos observar claramente uma diferença significativa no percentual de votos dos partidos organizados em diretórios, em relação àqueles em comissões. Novamente, diretórios possuem um desempenho eleitoral superior. Em 2008, o percentual de votos dos diretórios foi 5.88% maior que o de comissões. Essa diferença foi de 4.83% em 2012 e finalizou em 4.54% no último pleito. Apesar de seu N reduzido em comparação às comissões, os diretórios lançam mais candidatos, recebem mais votos e elegem mais vereadores.

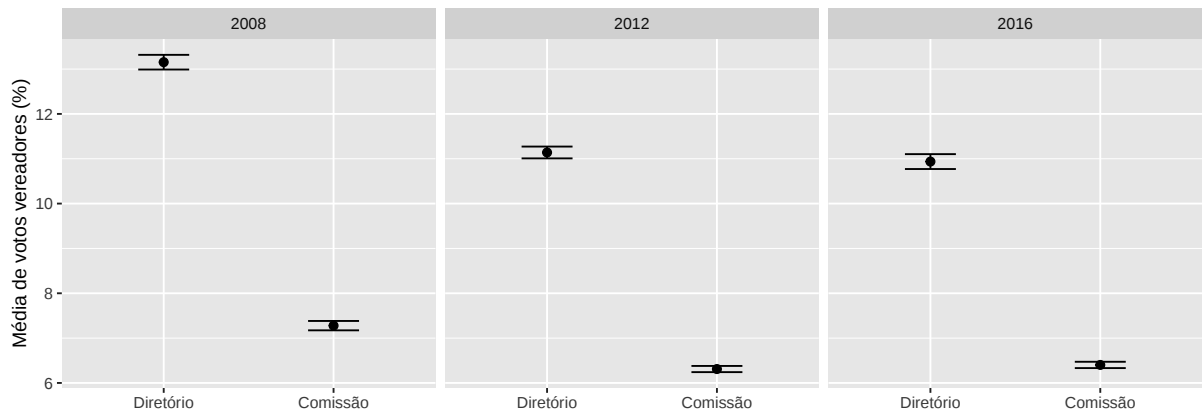


Figura 16 – Votos (%) por tipo de órgão

5.3.1.2 Staff e Desempenho Eleitoral

A tabela 9 apresenta um conjunto de correlações de Pearson entre o *staff* partidário e o desempenho eleitoral levando em conta as eleições e o tamanho da cidade. Na tabela 9a vemos que a correlação entre *staff* e número de candidatos é fraca para todos os tipos de municípios e eleições ³. A correlação mais forte foi de $r \approx 0.22$. Do mesmo modo, a relação entre *staff* e o percentual de eleitos na tabela 9b é positiva, mas fraca para todos os cenários, sendo mais fortes em municípios maiores (acima de 100 Mil)

³ Existem diversos padrões para categorizar a força dos coeficientes de correlação na literatura. A magnitude desse coeficiente é diferente em diversos campos. (DANCEY; REIDY, 2013) assume que valores de $r=0.4$ seriam correlações moderadas e $r > 0.7$ correlações fortes.

(a) N Candidatos

election	city_size	n	cor	sig
2008	0-5.000	9132	0.09	0
	5 - 10.000	7867	0.06	
	10 - 50.000	13970	0.07	
	50 - 100.000	2443	0.09	
	100 - 200.000	969	0.11	
	200.000 +	945		
2012	0-5.000	10917	0.15	
	5 - 10.000	12075	0.12	
	10 - 50.000	23528	0.15	
	50 - 100.000	4310	0.18	
	100 - 200.000	2096	0.20	
	200.000 +	1891	0.23	
2016	0-5.000	9075	0.16	
	5 - 10.000	10759	0.15	
	10 - 50.000	22103	0.16	
	50 - 100.000	4408	0.17	
	100 - 200.000	1999	0.14	
	200.000 +	2035	0.20	

(b) N de Eleitos

election	city_size	n	cor	sig
2008	0-5.000	6507	0.14	0.00
	5 - 10.000	4921	0.16	
	10 - 50.000	7093	0.12	
	50 - 100.000	1005	0.04	
	100 - 200.000	401	0.02	
	200.000 +	473	0.07	
2012	0-5.000	7248	0.15	0.00
	5 - 10.000	7024	0.16	
	10 - 50.000	12111	0.14	
	50 - 100.000	1930	0.13	
	100 - 200.000	947	0.19	
	200.000 +	1000	0.15	
2016	0-5.000	5996	0.17	
	5 - 10.000	6047	0.18	
	10 - 50.000	10892	0.14	
	50 - 100.000	1871	0.15	
	100 - 200.000	806	0.22	
	200.000 +	1013	0.18	

(c) Votos

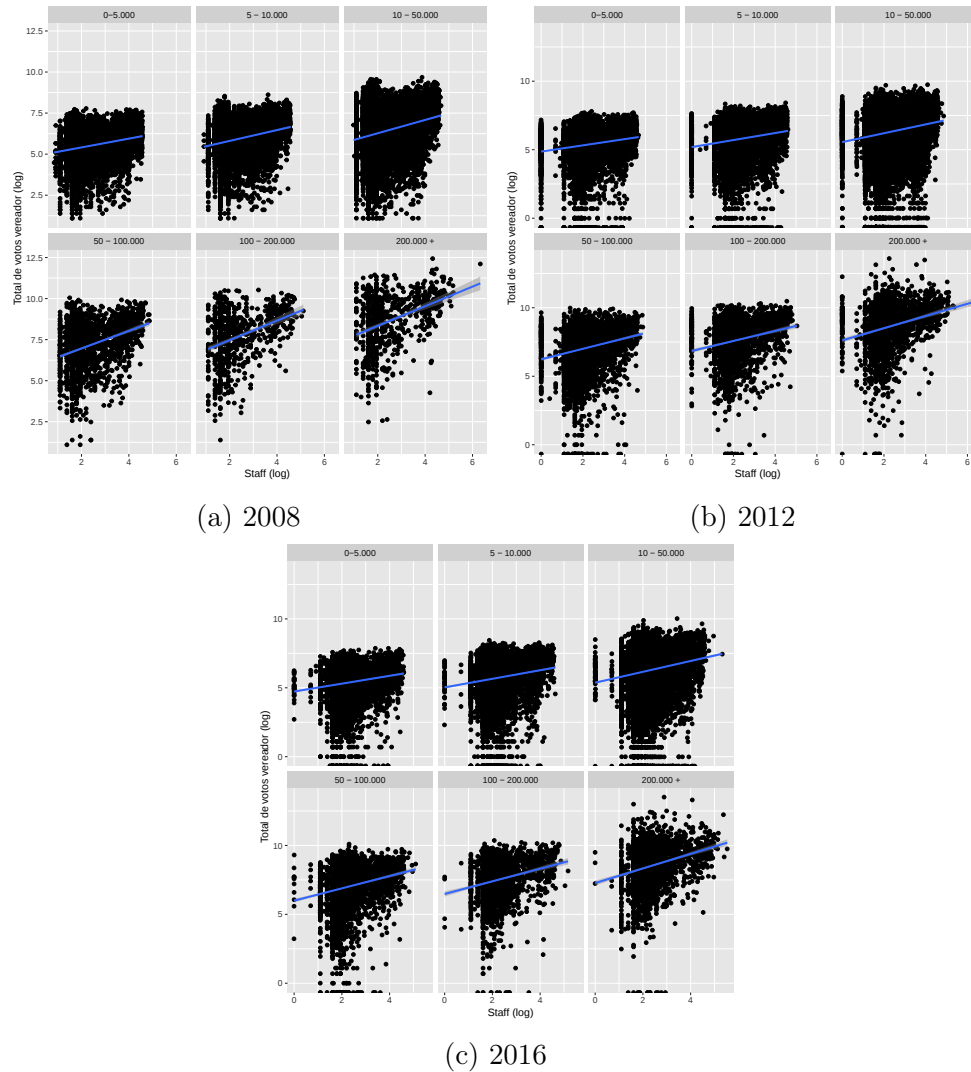
election	city_size	n	cor	sig
2008	0-5.000	7787	0.23	0
	5 - 10.000	6868	0.26	
	10 - 50.000	11860		
	50 - 100.000	1764	0.35	
	100 - 200.000	651	0.36	
	200.000 +	665	0.38	
2012	0-5.000	10380	0.20	
	5 - 10.000	11626	0.22	
	10 - 50.000	22736	0.23	
	50 - 100.000	4112	0.30	
	100 - 200.000	1994	0.28	
	200.000 +	1787	0.33	
2016	0-5.000	8980	0.17	
	5 - 10.000	10649		
	10 - 50.000	21914	0.19	
	50 - 100.000	4382	0.23	
	100 - 200.000	1992	0.24	
	200.000 +	2029	0.28	

Tabela 9 – Correlação Staff e Desempenho Eleitoral

Finalmente, na tabela 9c encontramos as maiores correlações entre *staff* e o log dos votos, contudo ainda são fracas. Os maiores coeficientes encontrados estão nos municípios de 50 a 100 mil eleitores ($r \approx 0.38$). No fim das contas, os dados sugerem uma correlação na direção esperada, mas fraca para a variável *staff*. A figura 17 sumariza a distribuição da correlação com votos para as três eleições.

A distribuição dos casos entre as duas variáveis é fortemente assimétrica e concentrada nos valores baixos das variáveis. Isso de certo, afeta o coeficiente de correlação linear de Pearson. É importante notar que em alguns casos, principalmente os municípios

Figura 17 – Staff e Votos por tamanho da cidade e ano



maiores, parece haver um ajuste melhor nos altos valores. Esse comportamento sugere que a relação positiva e moderada exista a partir dos valores mais altos do *staff* nas cidades com mais que 50 mil eleitores. A significância das correlações devem ser interpretadas com cautela devido ao tamanho do N. Como vemos praticamente todas são significativas, mas para uma interpretação mais sensata é preferível avaliarmos uma amostra ⁴.

5.3.1.3 Filiados e Desempenho Eleitoral

Agora passemos a avaliar a relação entre filiados e desempenho eleitoral. As informações estão dispostas da mesma forma que a anterior. Vemos que os coeficientes de correlação são ligeiramente maiores para filiados do que foram para *staff*. Não encontramos a presença de nenhuma correlação forte, mas algumas moderadas entre os tipos de cidades.

⁴ Dado o tamanho do N que estamos trabalhando o teste de significância podem ser menos confiáveis uma vez que o p-valor sofre bastante influência do tamanho da amostra. Por outro lado, tetamos coletar dados populacionais, os missing cases não estavam previstos. Eles ocorrem devido a fonte original não os ter reportado. Em anexo inserimos tabelas com dados amostrais.

(a) Log do N Candidatos

election	city_size	n	cor	sig
2008	0-5.000	6507	0.4773	0
	5 - 10.000	4921	0.4093	
	10 - 50.000	7093	0.4090	
	50 - 100.000	1005	0.3883	
	100 - 200.000	401	0.3370	
	200.000 +	473	0.4413	
2012	0-5.000	7248	0.4598	
	5 - 10.000	7024	0.4148	
	10 - 50.000	12111	0.4021	
	50 - 100.000	1930	0.3559	
	100 - 200.000	947	0.3121	
	200.000 +	1000	0.3803	
2016	0-5.000	5996	0.4894	
	5 - 10.000	6047	0.4210	
	10 - 50.000	10892	0.3859	
	50 - 100.000	1871	0.2996	
	100 - 200.000	806	0.2874	
	200.000 +	1013	0.2689	

(b) Log do N de Eleitos

election	city_size	n	cor	sig
2008	0-5.000	6507	0.4486	0
	5 - 10.000	4921	0.3867	
	10 - 50.000	7093	0.3133	
	50 - 100.000	1005	0.3415	
	100 - 200.000	401	0.3270	
	200.000 +	473	0.4662	
2012	0-5.000	7248	0.4222	
	5 - 10.000	7024	0.3238	
	10 - 50.000	12111	0.2795	
	50 - 100.000	1930	0.3159	
	100 - 200.000	947	0.2934	
	200.000 +	1000	0.3874	
2016	0-5.000	5996	0.4376	
	5 - 10.000	6047	0.3533	
	10 - 50.000	10892	0.2875	
	50 - 100.000	1871	0.2680	
	100 - 200.000	806	0.3311	
	200.000 +	1013	0.3324	

(c) Log dos Votos

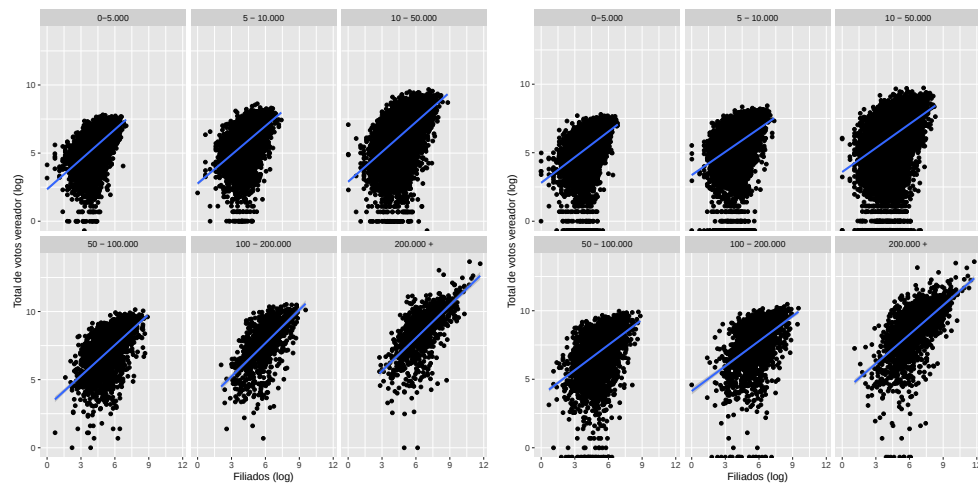
election	city_size	n	cor	sig
2008	0-5.000	6507	0.4486	0
	5 - 10.000	4921	0.3867	
	10 - 50.000	7093	0.3133	
	50 - 100.000	1005	0.3415	
	100 - 200.000	401	0.3270	
	200.000 +	473	0.4662	
2012	0-5.000	7248	0.4222	
	5 - 10.000	7024	0.3238	
	10 - 50.000	12111	0.2795	
	50 - 100.000	1930	0.3159	
	100 - 200.000	947	0.2934	
	200.000 +	1000	0.3874	
2016	0-5.000	5996	0.4376	
	5 - 10.000	6047	0.3533	
	10 - 50.000	10892	0.2875	
	50 - 100.000	1871	0.2680	
	100 - 200.000	806	0.3311	
	200.000 +	1013	0.3324	

Tabela 10 – Correlação Filiados e Desempenho Eleitoral

Interessante notar a existência de algumas correlações moderadas ($r \approx 0.40$) entre as cidades de pequeno porte nas três variáveis de desempenho eleitoral. Importante também é que a relação segue a direção esperada. Maior contingente de filiados está associado a maiores quantidades de candidatos, eleitos e votos. Embora existam relações fracas, elas não estão nos patamares do *staff* e são mais consistentes em relação as eleições. A figura 18 apresenta a relação para log dos votos e log dos filiados.

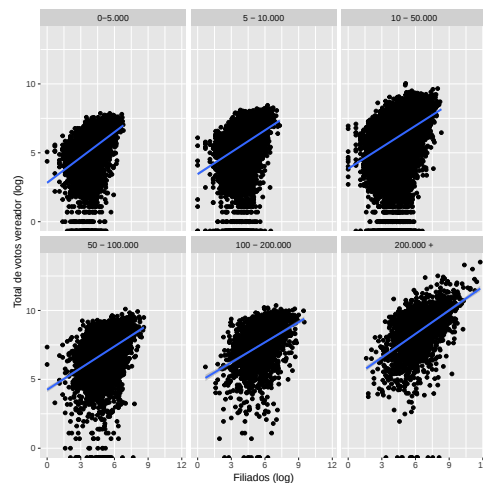
Diferente do padrão encontrado anteriormente, para filiados observamos uma relação positiva clara, embora com alguns problemas de concentração em valores baixos de voto

Figura 18 – Filiados e Votos por tamanho da cidade e ano



(a) 2008

(b) 2012



(c) 2016

com valores intermediários de filiados. Talvez, precisemos levar em conta critérios para exclusão de casos para uma análise mais robusta dessa relação.

Até agora identificamos que a variável de estrutura partidária que melhor distingue o desempenho eleitoral foi o tipo de órgão, diretórios notadamente possuem maiores médias de candidatos, votos e eleitos. Por sua vez, tanto o *staff* quanto a complexidade burocrática possuem correlações fracas, mas na direção esperada. Filiados, está correlacionado moderadamente com desempenho eleitoral em alguns cenários. Na seção seguinte vamos avaliar novamente esse quadro utilizando modelos multivariados com a presença de controles importantes nos estudos eleitorais.

5.3.1.4 Modelos de regressão: vereador

Na tabela 11 vemos uma série de modelos de regressão linear (OLS) dos votos para vereador dos partidos políticos pela força da estrutura partidária mantendo algumas variáveis constantes, tais como quantidade de incumbentes e total de gasto de campanha

por partido. Consideramos os modelos 1, 3 e 7 os mais importantes e vamos dá-los alguma prioridade na análise. Mantemos efeitos fixos para as eleições o tamanho eleitoral das cidades (modelos 1 à 3). O modelo 4 é o mesmo que o 3, exceto porque mudamos a especificação do tamanho das cidades usando o logarítmo do número de eleitores. Como vemos essa mudança praticamente não afetou os coeficientes e o ajuste geral do modelo. Nos modelos seguintes manteremos essa especificação para aproveitar as propriedades de mais variáveis contínuas no modelo.

Tabela 11 – Estrutura e Votos para vereador

	<i>Dependent variable:</i>				
	lnVotos				
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
branchDummyDiretório	0.425*** (0.006)	0.169*** (0.005)	0.161*** (0.006)	0.049*** (0.006)	0.054*** (0.006)
log(n_staff)			0.008*** (0.003)	−0.005* (0.003)	0.008* (0.004)
log(n_affiliated)				0.181*** (0.003)	0.181*** (0.003)
n_other_positions					−0.001*** (0.0003)
total_incumbents	0.681*** (0.003)	0.357*** (0.003)	0.357*** (0.003)	0.329*** (0.003)	0.330*** (0.003)
log(spendingPartyAgg)		0.485*** (0.002)	0.484*** (0.002)	0.452*** (0.002)	0.452*** (0.002)
electionDummy2012	−0.044*** (0.008)	−0.288*** (0.006)	−0.290*** (0.006)	−0.242*** (0.006)	−0.244*** (0.006)
electionDummy2016	−0.096*** (0.008)	−0.403*** (0.006)	−0.405*** (0.006)	−0.362*** (0.006)	−0.365*** (0.006)
log(n_voters)	0.648*** (0.002)	0.391*** (0.002)	0.391*** (0.002)	0.324*** (0.002)	0.324*** (0.002)
Constant	−0.518*** (0.024)	−1.729*** (0.019)	−1.739*** (0.019)	−1.607*** (0.019)	−1.628*** (0.020)
Observations	146,771	140,670	140,670	140,563	140,563
R ²	0.433	0.661	0.661	0.671	0.672
Adjusted R ²	0.433	0.661	0.661	0.671	0.671
Residual Std. Error	1.137 (df = 146765)	0.841 (df = 140663)	0.841 (df = 140662)	0.828 (df = 140554)	0.828 (df = 140553)

Note:

*p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

No modelo 1 inserimos apenas os controles para incumbentes, eleição e tamanho da cidade. Observamos que o efeito direto do tipo de órgão partidário é positivo como esperado pela nossa hipótese central. Sua significância já era esperada uma vez que nossa amostra é muito grande, mas o ajuste do modelo analisando o R^2 ajustado é razoável (0.433) levando em conta as variáveis inseridas. Em termos de efeito, vemos que diretórios aumentam em 0.425 o log dos votos. Em termos percentuais podemos dizer que o total de votos será 52.95% maior para diretórios que comissões provisórias ⁵. Como vemos, esse efeito possui uma magnitude elevada mesmo controlando a incumbência. A seguir inserimos mais controles.

O efeito do tipo de órgão é matizado consideravelmente no modelo 2 após a inclusão do total de incumbentes e o total do gasto de campanha por partido. O aumento esperado nos votos para diretórios em relação às comissões caiu para 18.41%. Em termos de coeficientes brutos observamos uma redução de 39.76%. Uma redução era esperada já que a incumbência e o gasto de campanha são as variáveis com maior efeito explicativo sobre o voto de acordo com a literatura. Tanto incumbentes quanto o log do gasto de campanha exercem efeito positivo e significativo sobre o log dos votos. No primeiro caso, cada candidato incumbente, espera-se um aumento de 42.91% nos votos. No caso do log do gasto de campanha, para um aumento de 1% no gasto de campanha espera-se um aumento de acerca de 0.5% de votos. Em termos agregados, 10% a mais no gasto de campanha espera-se um retorno de 4.73% nos votos. ⁶. A importância dessas duas variáveis se demonstrou também no ajuste do modelo com o R^2 indo para 66.1% de explicação conjunta.

Nos modelos 3, 4 e 5 inserimos as demais variáveis de estrutura organizacional tratadas anteriormente, sendo incluído o staff, os filiados e a complexidade burocrática respectivamente. Essas variáveis tem um efeito moderador na variável tipo de órgãos, configurando que a força dela está relacionada às demais. No modelo 4 vemos que *staff* tem um efeito bastante pequeno, o aumento de um por cento em seu contingente resulta em um incremento de 0%. Isso significa que com o incremento de 10% no contingente de staff é esperado um retorno de -0.05% no total de votos por partido para vereador. A inserção dessa variável praticamente não altera o efeito dos diretórios, mas o reduz.

No modelo 4 inserimos o log de filiados e ela afeta consideravelmente as demais variáveis de estrutura, reduzindo consideravelmente o efeito do tipo de órgão ($\beta = 0.049$). De acordo com essas estimativas, para cada um por cento no número de filiados espera-se 0.181% a mais no total de votos. No último modelo inserimos a complexidade burocrática, mas que não parece exercer efeito algum no total de votos, sendo seu coeficiente negativo inclusive ⁷. De acordo com esse modelo, ter um diretório representa um incremento de

⁵ Podemos usar a seguinte notação para calcular essa porcentagem: $(\exp(\beta) - 1) * 100$.

⁶ Podemos usar a seguinte notação para calcular essa porcentagem: $x\% = (1.10^\beta - 1) * 100$.

⁷ A alta correlação entre essas variáveis pode ser um elemento de viés no cálculo das estimativas como veremos na análise para o cargo de prefeito.

5.53% de votos em relação às comissões. Por outro lado, cada percentual de aumento no número de filiados resulta em um incremento de 0.18% votos para vereador. Staff e Complexidade burocrática tem efeito praticamente de 0 e apresentam efeito confuso em termos de direção.

5.3.2 Disputa para Prefeito

Nesta seção vamos explorar as principais variáveis sobre organização e desempenho nas disputas para prefeito. Diferente da seção anterior, em que lidávamos com dados agregados, lidamos com dados no nível do candidato, de modo que não utilizaremos a variável candidatura aqui. Cruzamos nossa VI apenas com votos e situação eleitoral.

(a) 2008

Órgao	Não.Eleitos	Eleitos	Total
Diretório (N)	4020.000	2973.000	6993.000
%	37.644	27.840	65.484
Comissão (N)	2556.000	1130.000	3686.000
%	23.935	10.582	34.516
Total	6993.000	3686.000	10679.000

(b) 2012

Órgao	Não.Eleitos	Eleitos	Total
Diretório (N)	4584.00	3166.00	7750.00
%	33.58	23.19	56.77
Comissão (N)	3936.00	1965.00	5901.00
%	28.83	14.39	43.23
Total	7750.00	5901.00	13651.00

(c) 2016

Órgao	Não.Eleitos	Eleitos	Total
Diretório (N)	3282.00	2175.00	5457.00
%	26.09	17.29	43.39
Comissão (N)	4812.00	2309.00	7121.00
%	38.26	18.36	56.61
Total	5457.00	7121.00	12578.00

Tabela 12 – Frequência do tipo de órgão e resultado eleitoral

A tabela 12 mostra a vantagem, no geral, de se ter um diretório para o resultado da eleição. Apenas na eleição 2016 as comissões saíram-se ligeiramente melhor. Em 2008 os diretórios com os eleitos representavam 27.84% contra 10,58% nas comissões. Em 2012, a diferença foi de mais 8,8% para os eleitos por diretórios. Na última eleição, as comissões inverteram os resultados, mas com números muito próximos: eleitos por comissões representaram 18,36%, enquanto por diretórios 17,29%. Como vemos no conjunto dessa tabela o N válido é inferior aos 15 mil casos para todas as eleições, isso ocorre devido a ausência de informações para organizações partidárias para todos os partidos que lançaram candidaturas. Uma análise mais detalhada da distribuição desses casos omissos pode ser encontrada nos apêndices.

Na figure 19 podemos ver a relação entre tipo de órgão e votos para prefeito. De acordo com ela a média dos votos dos diretórios é significativamente maior que as de comissões em todas as eleições analisadas. Uma vez que os intervalos não se interpõe

também podemos identificar uma diferença significativa. Na média, diretório receberam 3445.35 votos a mais em 2008, 2555.53 em 2012 e 3310.8 em 2016.

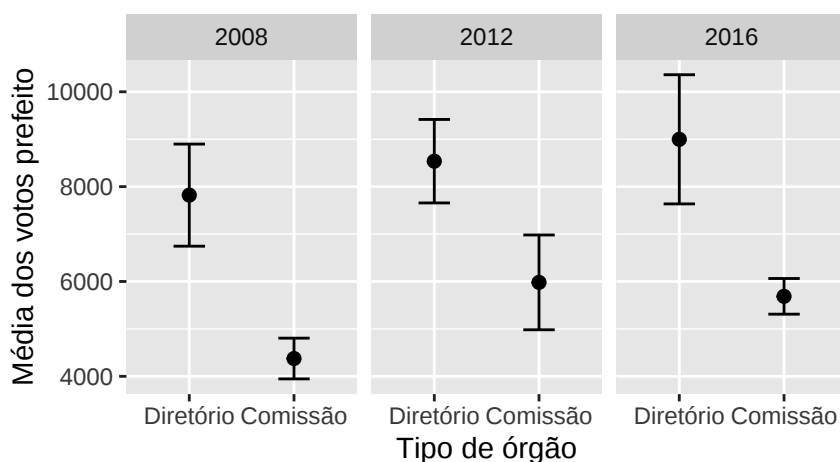


Figura 19 – Média dos votos por tipo de órgão e ano - prefeito

Na tabela 13 podemos observar a correlação entre os demais indicadores de estrutura organizacional e votos. Em comum com os resultados para vereador podemos ver que tanto staff quanto complexidade burocrática são pouco correlacionados com os votos. As melhores correlações, mais ainda fracas, são encontradas nas eleições de 2016 e apenas nas cidades com mais de 200 mil habitantes ($r \approx 0.35$). Por sua vez, o contingente de filiados está associado ao desempenho eleitoral de forma mais consistente. Os coeficientes de correlação são moderados ($r \approx 0.40$) em sua maioria e existem alguns fortes ($r \approx 0.70$), como o caso dos pleitos em cidades grandes. `plotFiliadosEleitosPref`

Tabela 13 – Estrutura e Votos (log)

(a) Staff e Votos

election	city_size	n	cor	sig
2008	0-5.000	3259	0.109	0.000
	5 - 10.000	2546	0.151	
	10 - 50.000	3811	0.122	
	50 - 100.000	568	0.154	
	100 - 200.000	238	0.131	0.043
	200.000 +	257	0.158	0.011
2012	0-5.000	3206	0.086	0.000
	5 - 10.000	3115	0.132	
	10 - 50.000	5272	0.180	
	50 - 100.000	795	0.266	
	100 - 200.000	381		
	200.000 +	436	0.336	
2016	0-5.000	2728	0.114	0.000
	5 - 10.000	2768	0.144	
	10 - 50.000	4859	0.170	
	50 - 100.000	868	0.246	
	100 - 200.000	435	0.248	
	200.000 +	487	0.373	

(b) Burocracia e Votos

election	city_size	n	cor	sig
2008	0-5.000	3258	0.111	0.000
	5 - 10.000	2545	0.147	
	10 - 50.000	3809	0.131	
	50 - 100.000	567	0.157	
	100 - 200.000	238	0.114	0.079
	200.000 +	257	0.145	0.020
2012	0-5.000	3204	0.083	0.000
	5 - 10.000	3115	0.123	
	10 - 50.000	5272	0.141	
	50 - 100.000	795	0.249	
	100 - 200.000	381	0.240	
	200.000 +	436	0.309	
2016	0-5.000	2728	0.080	0.000
	5 - 10.000	2766	0.114	
	10 - 50.000	4859	0.098	
	50 - 100.000	868	0.164	
	100 - 200.000	435	0.196	
	200.000 +	487	0.331	

(c) Filiados e Votos

election	city_size	n	cor
2008	0-5.000	3258	0.315
	5 - 10.000	2545	0.348
	10 - 50.000	3809	0.447
	50 - 100.000	567	0.588
	100 - 200.000	238	0.704
	200.000 +	257	0.805
2012	0-5.000	3204	0.276
	5 - 10.000	3115	0.254
	10 - 50.000	5272	0.365
	50 - 100.000	795	0.498
	100 - 200.000	381	0.621
	200.000 +	436	0.709
2016	0-5.000	2728	0.292
	5 - 10.000	2766	0.279
	10 - 50.000	4859	0.350
	50 - 100.000	868	0.422
	100 - 200.000	435	0.394
	200.000 +	487	0.622

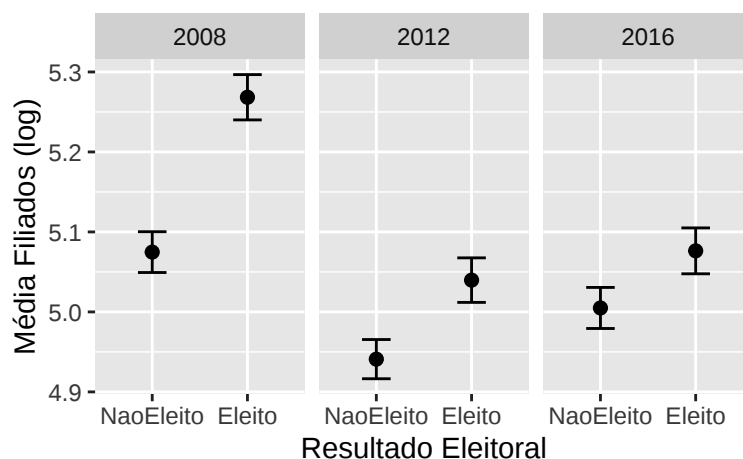


Figura 20 – Média dos filiados por resultado eleitoral - prefeito

Na figura 20 podemos ver que a média de filiados é sempre maior no grupo de prefeito eleitos do que o contrário. De acordo com o intervalo de confiança essas diferenças são estatisticamente significantes para o nível de 95%. Agora podemos analisar mais rigorosamente essas associações controlando por outras variáveis tais como nos modelos para as disputas proporcionais. A tabela 14 sumariza essas informações.

5.3.2.1 Modelos de regressão prefeito

A tabela 14 sumariza os modelos para as disputas municipais para o cargo de prefeito semelhante aos modelos da tabela 11. A principal diferença aqui é incumbente e o gasto campanha estão no nível do candidato. O modelo 1 é o mais simples contendo apenas o efeito do tipo de órgão controlando se o candidato é incumbente, pela eleição e tamanho dos municípios. Como podemos ver, os diretórios exercem um efeito positivo sobre o log dos votos ($\beta = 0.379$). Isso significa que diretórios elevam em 46.08% os votos dos candidatos à prefeito quando comparado às comissões. Em relação ao modelo 1 para vereador vemos que o tipo de órgão exerce um efeito bem menor. O ajuste desse modelo base é de $R^2 = 0.36$, um pouco superior ao modelo 1 de vereadores.

Neste mesmo modelo consta do *status* do candidato para moderar a relação da estrutura partidária sobre os votos. O fato do candidato ser incumbente é muito importante para o seu desempenho eleitoral. De acordo com as estimativas do modelo incumbentes recebem cerca de 82.44% votos a mais que desafiantes. Interessante notar que a incumbência tem um efeito forte sobre os votos, mas acrescenta pouco em relação ao ajuste final do modelo, explicando em conjunto apenas $R^2 = 36\%$ da variação do total de votos.

A inclusão da principal variável de controle, gasto de campanha, ocorre no modelo 2. E ela não decepciona: estima-se que cada um por cento a mais no gasto de campanha incrementa em 0.429% os votos dos candidatos. Nesse sentido, mantendo as demais variáveis constantes, 10% a mais no gasto de campanha representa 4.17 nos votos. A importância do gasto de campanha é salientada ainda pela relativização dos coeficientes de organização

e incumbência. O efeito de se ter um diretório sobre os votos é agora de 29.23% maior do que se for uma comissão e de ser incumbente é de 33.5% maior que os desafiantes. O ajuste geral do modelo também melhora com a inclusão do gasto de campanha, $R^2 = 0.6$.

Tabela 14 – Estrutura e votos para prefeito

	<i>Dependent variable:</i>				
	lnVotos				
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
branchDummyDiretório	0.379*** (0.012)	0.256*** (0.009)	0.264*** (0.011)	0.100*** (0.011)	0.114*** (0.012)
lnStaff			-0.007 (0.005)	-0.020*** (0.005)	0.008 (0.011)
lnfiliaados				0.229*** (0.006)	0.227*** (0.006)
lnOtherPositions					-0.031*** (0.010)
incumbentSim	0.601*** (0.015)	0.289*** (0.012)	0.289*** (0.012)	0.268*** (0.012)	0.268*** (0.012)
lnSpending		0.429*** (0.003)	0.430*** (0.003)	0.400*** (0.003)	0.400*** (0.003)
electionDummy2012	0.091*** (0.014)	-0.193*** (0.011)	-0.192*** (0.011)	-0.131*** (0.011)	-0.130*** (0.011)
electionDummy2016	0.085*** (0.015)	-0.190*** (0.012)	-0.189*** (0.012)	-0.153*** (0.012)	-0.150*** (0.012)
lnVoters	0.640*** (0.005)	0.429*** (0.004)	0.429*** (0.004)	0.339*** (0.005)	0.340*** (0.005)
Constant	1.433*** (0.046)	-0.712*** (0.039)	-0.705*** (0.039)	-0.610*** (0.039)	-0.619*** (0.039)
Observations	36,029	34,692	34,692	34,684	34,684
R ²	0.365	0.598	0.598	0.616	0.616
Adjusted R ²	0.365	0.598	0.598	0.616	0.616
Residual Std. Error	1.091 (df = 36023)	0.837 (df = 34685)	0.837 (df = 34684)	0.818 (df = 34675)	0.818 (df = 34674)

Note:

*p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

A inclusão do tamanho do *staff* é de pouca valia nos modelos 3-5, mas é problemática no que se refere ao sinal. Já havíamos identificado na exploração dos dados que sua correlação com o desempenho eleitoral era fraca, mas nos modelos 3 e 4 ela é negativa e alterna na significância. No modelo 4, especificamente, estima-se que o aumento de um por cento no tamanho do *staff* exerce um efeito negativo e significativo de 0.289% nos votos. Mas logo no modelo seguinte (5) essa variável perde significância e continua sendo bastante fraco.

O modelo 5 é aquele com todas as variáveis de estrutura organizacional e as demais variáveis de controle inseridas. Como vemos, o tamanho do *staff* não tem efeito sobre os votos, mas a capacidade burocrática tem efeito negativo e significativo sobre ela. Estima-se que quanto mais cargo um órgão possua, menor o desempenho eleitoral dos candidatos (-0.03). Isso não faz nenhum sentido teórico. Do ponto de vista empírico essas variáveis estão correlacionadas positivamente, mas nas regressões o sinal altera-se. De qualquer forma o efeito é fraco.

Destacam-se aqui o tipo de órgão e o montante de filiados das organizações partidárias. Mantendo o status de incumbente e o gasto de campanha constantes, bem como controlando pelo tamanho das cidades, ser um diretório e possuir mais filiados afetam positiva e significativamente o montante de votos que um candidato alcança. De acordo com as estimativas do modelo 5, aumenta-se 12.02% o número de votos dos candidatos lançados por diretórios em contraposição àqueles lançados por comissões. Por sua vez, cada unidade percentual de filiados eleva em 2.18% os votos. De acordo com as estimativas, este modelo captura cerca de 62% da variação no desempenho eleitoral.

5.3.2.2 Explorando interações

Como salientamos ao longo dos capítulos 4 e 5 existem diversas razões para que o efeito da estrutura partidária não siga exatamente o prescrito. Nos modelos anteriores vimos que o efeito médio da estrutura partidária sobre os votos é positivo e significativo no caso do tipo de órgão e dos filiados. Controlamos pelo tamanho eleitoral das cidades e observamos que ele afeta significativamente a relação entre essas variáveis. As figuras abaixo exploram mais a fundo o potencial dessas relações ⁸.

Nossas análises descritivas mostraram que os partidos frequentemente optam por criar comissões ao invés de diretórios. Mas, até aqui, vimos que do ponto de vista do resultado eleitoral os diretórios garantem melhores resultados tanto para prefeitos quanto vereadores. Do ponto de vista do controle político desses órgãos sabemos que comissões são entidades com pouca ou nenhuma autonomia local, seus líderes e decisões partem de estratos superiores do partido (BRAGA, 2008; BRAGA; BOURDOUKAN, 2009; GUARNIERI,

⁸ O modelo sete apresenta valores altos de VIF para Staff (6.48) e Burocracia (7.22), desse modo optamos por retirar uma delas. Como já vimos no capítulo 4, staff e complexidade burocráticas são altamente correlacionadas. Devido a sua natureza, manteremos o staff no modelo por representar a medida mais completa.

2009; GUARNIERI, 2011). O fato de poder abacar essas duas lógicas nos incentiva a moderar o efeito da estrutura pelo tamanho do colégio eleitoral. A figura XX resumem os resultados da interação.

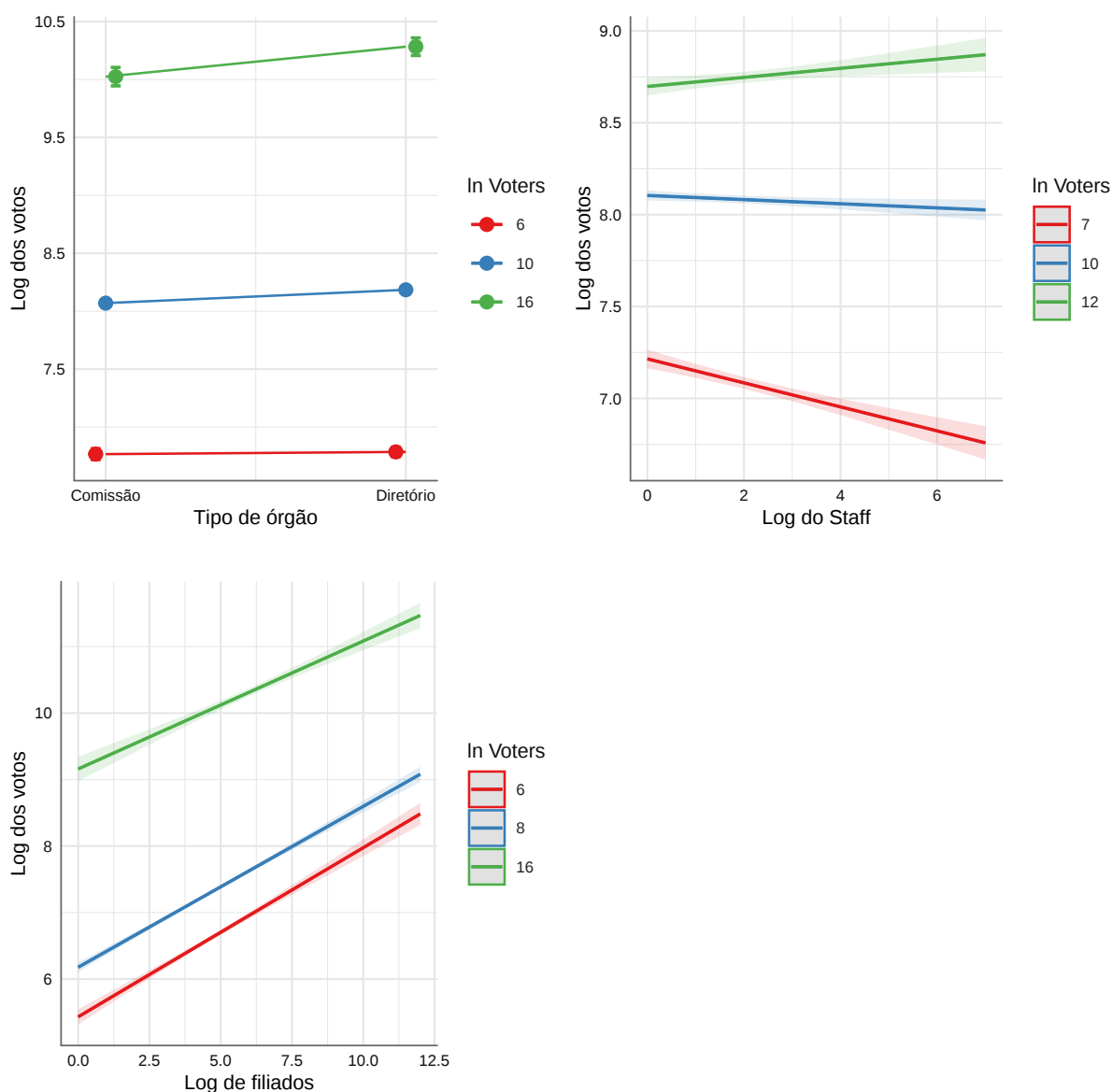


Figura 21 – Interação: Estrutura organizativa x tamanho da cidade

Como vemos nossas três variáveis de estrutura organizacional são afetadas pelo tamanho das cidades, para além do efeito médio. No caso dos diretórios, vemos que seu efeito se inverte nos municípios de menor porte (até 10 mil eleitores): as comissões teriam um efeito maior sobre os votos. Acima desse patamar diretórios retornaria mais votos que comissões. No caso do staff o coeficiente da interação é positivo, indicando que em altos valores das cidades grandes o efeito do staff é maior. Como vemos na figura, em valores muito pequenos de eleitores o efeito do staff é negativo e em valores muito altos é positivo, na média o efeito é bastante fraco como já indicado nos modelos anteriores.

O efeito dos filiados por sua vez é negativo, indicando que altos contingentes passam a diminuir o retorno eleitoral a medida que as cidades aumentam de tamanho.

Em termos gerais, esses novos modelos não adicionam informação aos modelos anteriores como pode ser visto nos parâmetros de ajustes, contudo eles adicionam mais contexto as nossas estimativas. Enquanto o argumento da tese e o de que organização importa isso não implica que importa em todas as ocasiões. O fato de que comissões provisórias também elegem candidatos nos incentiva a encontrar esses cenários. Interagimos a estrutura partidária com o gasto de campanha e os resultados são sumarizados na figura 22.

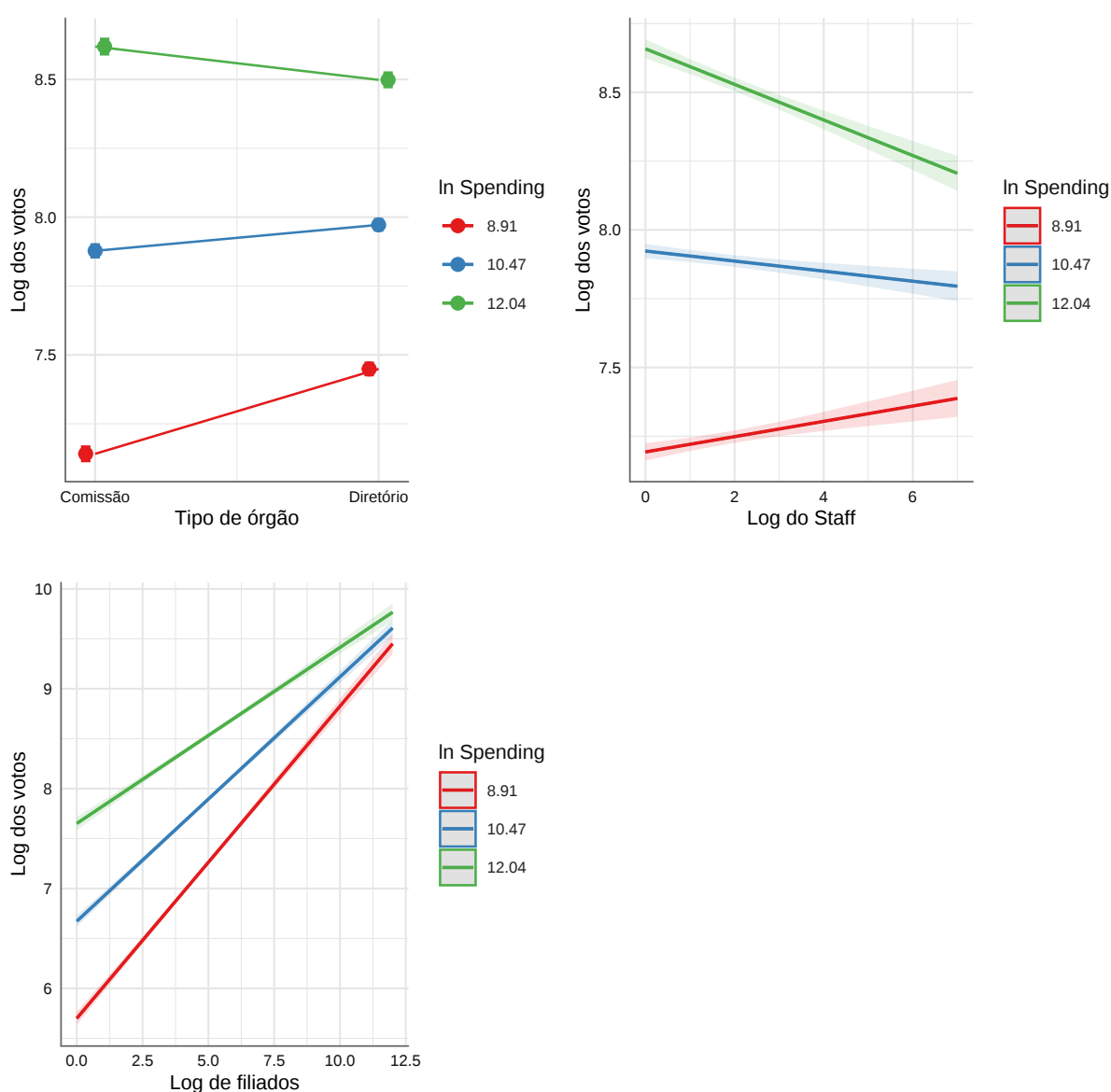


Figura 22 – Interação: Estrutura organizativa x Gasto de campanha

De maneira geral, o efeito da estrutura partidária sobre os votos diminui a medida que o gasto de campanha aumenta. Esses resultados são marcantes para o tipo de órgão e

staff, mas existe também entre os filiados. No caso dos tipos de órgão, quando o gasto de campanha alcança valores altos como R\$ 169.000 comissões provisórias passam render mais votos que diretórios. Contudo é importante situar esses valores: o logaritmo de 12,04 encontra-se dentro dos último 25 da distribuição. O valor do logaritmo de 10,47 é a media da distribuição, indicando que o efeito médio dos diretórios permanece.

No caso do staff apenas em valores baixo do gasto de campanha seu efeito é positivo. Os valores do logaritmo de no máximo de 8.91 estão todos dentro do primeiro quartil da distribuição. Isso só é mais uma evidência de que Staff é uma variável pouco explicativa do quadro geral da estrutura partidária e sua relação com os votos. No caso dos filiados o efeito é sempre positivo em todos os valores do gasto de campanha, contudo ele é decrescente: em campanhas com alto gasto de campanha o efeito de se aumentar montante de filiados diminui. Isso faz bastante sentido já que nos modelos anteriores o efeito de filiados era menor em cidades grandes, que também são cidades onde o gasto é maior.

5.4 Considerações Finais

Ao longo deste capítulo descrevemos a relação entre estrutura partidária e desempenho eleitoral em eleições locais de prefeito e vereador. Identificamos que organizações com estruturas mais fortes alcançam um *payoff* positivo em termos de desempenho eleitoral. Contudo existem certas condições. Vimos que a força da organização afeta de forma mais sistemática os votos do que as candidaturas e os eleitos, seja em eleições proporcionais ou majoritárias.

Por outro lado, nem todos os indicadores de estrutura partidária apresentaram os resultados esperados: staff e complexidade burocrática apresentaram baixos coeficientes de correlação com todos os indicadores de desempenho eleitoral. Nos modelos de regressão, esses indicadores oscilaram entre não efeito e efeito negativo. Esse resultado foi inesperado e precisa ser avaliado de outras formas futuramente.

O tipo de órgão e o contingente de filiados se mostraram bons indicadores e afetaram de forma esperada o desempenho eleitoral. Seus efeitos chegaram a ser similares, em alguns modelos, ao status de incumbente. Mas no geral, afetam moderadamente o desempenho eleitoral: ser incumbente e alto gasto de campanha seguem como os melhores preditores do voto. Contudo é importante salientar que mesmo com esses controles manter um diretório aumenta a quantidade de votos tanto de vereadores quanto de prefeitos e quanto mais filiados mais votos nos dois tipos de disputas.

Os efeito da estrutura organizacional contudo apresenta oscilações em decorrência dos valores de outras variáveis. Aqui testamos o tamanho das cidades e o gasto de campanha. Os diretórios se dão melhor em municípios de tamanho médio e se saem pior em municípios grandes. Por sua vez, quanto maior o gasto de campanha, menor o efeito dos diretórios sobre os votos. Em estratos de alto gasto de campanha as comissões provisórias chegam a ter maior efeito sobre o voto. Do mesmo modo os filiados, quanto maior o gasto de

campanha menor o efeito dos filiados sobre os votos.

É importante salientar que esses resultados possuem uma limitação importante: existe uma perda considerável de casos devido a falta de informação sobre organização para muitos dos candidatos às eleições municipais. Essa ausência impossibilita a análise para estados completos como Alagoas e Rio Grande do Norte, bem como, penaliza outros. Infelizmente a ausência de dados não pode ser superada por esse trabalho e outros que os utilizaram também (GUARNIERI, 2009; NETO; SIQUEIRA; MOREIRA, 2013; NETO; SIQUEIRA; MOREIRA, 2012; BRAGA; PIMENTEL JR., 2011; BRAGA; BOURDOUKAN, 2009; GUARNIERI, 2011).

6 CONCLUSÃO

Ao longo dos capítulos precedentes levantamos evidências de que os partidos políticos ainda são elementos importantes para a política eleitoral independentemente de sua imagem junto ao eleitorado. Pelo menos desde os anos 80 as teses do declínio dos partidos têm sido amplamente contestadas. No Brasil, devido a sua remocratização tardia, ainda discutimos se os partidos importam, como e quando importam. Este trabalho procurou mostrar que um elemento eminentemente partidário pode ser responsável por certo grau de estabilidade no nível da competição eleitoral na última década.

As evidências apresentadas aqui não são a última palavra, o definidor de tudo. Encontramos um efeito positivo, moderado e significativo em diversos cenários da estrutura organizacional sobre o desempenho eleitoral, principalmente no votos de prefeitos e vereadores em três eleições. Duas variáveis de força estrutural no geral não apresentaram efeito e duas sim. Staff e complexidade burocrática são duas variáveis de composição de órgãos partidários brasileiros que poucos estudos trabalharam e que merecem ser mais exploradas. No computo geral, foram pouco relevantes para nossa análise dos efeitos eleitorais, embora contribuam claramente para diferenciar os tipos de órgãos.

O tipo de órgão e os filiados foram as duas outras que importaram decisivamente para o desempenho eleitoral dos partidos. Ser um diretório aumenta o desempenho eleitoral, em termos de votos, de candidatos a prefeito e a vereador mesmo controlando por incumbência e gasto de campanha. Esses resultados estão entrelaçados com o contexto e com montante do gasto dos candidatos e partidos políticos. Mais que a importância da confirmação parcial da hipótese que defendemos, esses resultados potencialmente podem alavancar uma série de estudos partidários que atentem mais profundamente para os efeitos organizacionais nos fenômenos eleitorais.

Organização partidária importa, mas nem em todos os cenários. Não conseguimos fazer aqui uma maior exploração dos limites das organizações partidárias em diferentes contextos. Há boas razões para crer que o tipo de localidade, a ideologia, a competição local, ambição política e outras variáveis moderam o efeito da organização sobre os votos. Embora boa parte dessas ausências no presente trabalho seja em razão do escopo é, também, falta de fôlego. Responder essas perguntas exigem um esforço coletivo dos pesquisadores da área.

Nosso trabalho é, também, consideravelmente limitado em razão de *missing cases* de tamanho considerável. Devemos fazer um novo esforço no futuro por explorar mais detidamente casos completos para avalizarmos os resultados encontrados aqui. Além desse fato, pouco esforço foi feito para testar os mecanismos supostos que explicam o por quê a força organizacional afeta significativamente o desempenho eleitoral. Nossa suposição está na direção de outros trabalhos no tema: a mobilização. Organizações fortes atingem

mais e de modo mais eficaz eleitores e seus contatos. É provável que no dia da eleição um organização forte seja capaz de levar às urnas mais eleitores; que antes das eleições organizações mais fortes estejam presentes no dia a dia da cidade passando uma imagem de mais credibilidade. Organizações mais fortes podem também conseguir cooptar as melhores opções de quadros disponíveis. Ao fim e ao cabo, tudo isso é matéria para estudos futuros.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOWITZ, A. I. Incumbency, campaign spending, and the decline of competition in us house elections. *The Journal of Politics*, University of Texas Press, v. 53, n. 1, p. 34–56, 1991. Citado na página 21.
- ALBUQUERQUE, F. M. de. Uma análise das coligações proporcionais de 2010 e 2014. *Revista Eletrônica de Ciência Política*, v. 8, n. 2, 2017. Citado na página 33.
- ALDRICH, J. H. *Why Parties?: a second look*. [S.l.]: University of Chicago Press, 2011. Citado 7 vezes nas páginas 41, 42, 43, 44, 45, 47 e 69.
- AMES, B. *Os entraves da democracia no Brasil*. [S.l.]: FGV Editora, 2003. Citado 3 vezes nas páginas 11, 30 e 93.
- ANTUNES, R. Theoretical models of voting behaviour. *Exedra*, v. 4, p. 145–170, 2010. Citado 4 vezes nas páginas 15, 16, 17 e 19.
- APSA. Toward a more responsible two-party system. *American Political Science Review*, v. 44, n. 3, 1950. Citado na página 40.
- ARZHEIMER, K.; EVANS, J.; LEWIS-BECK, M. S. *The Sage handbook of electoral behaviour*. [S.l.]: Sage, 2017. Citado 4 vezes nas páginas 14, 15, 16 e 18.
- AVELINO, G.; BIDERMAN, C.; BARONE, L. S. Articulações intrapartidárias e desempenho eleitoral no brasil. *Dados-Revista de Ciências Sociais*, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, v. 55, n. 4, p. 987–1013, 2012. Citado 2 vezes nas páginas 11 e 67.
- BARONE, L. S. *Eleições, partidos e política orçamentária no Brasil: explorando os efeitos das eleições locais na política nacional*. Tese (Doutorado), 2014. Citado na página 31.
- BARTELS, L. M. The study of electoral behavior. *The Oxford handbook of American elections and political behavior*, Oxford University Press Oxford, p. 239–261, 2010. Citado 2 vezes nas páginas 15 e 16.
- BIZARRO, F.; SANDES, V. Organização faz diferença? estruturas partidárias, filiados e voto em são paulo nas eleições 2010. *Revista Eletrônica de Ciência Política*, v. 2, n. 2, p. 174–189, 2011. Citado 2 vezes nas páginas 63 e 68.
- BOHN, S. R. Social policy and vote in brazil: Bolsa família and the shifts in lula's electoral base. *Latin American Research Review*, JSTOR, p. 54–79, 2011. Citado na página 29.
- BOLOGNESI, B.; BABIRESKI, F. Organização partidária ao nível municipal: dinâmicas de poder nas eleições de 2016 em curitiba. In: *9o Congresso Latinoamericano de Ciência Política de*. [S.l.: s.n.], 2017. v. 26. Citado 4 vezes nas páginas 67, 74, 76 e 93.
- BOLOGNESI, B.; CERVI, E. U. Distribuição de recursos e sucesso eleitoral nas eleições 2006. *Trabalho apresentado*, n. 350, p. 24–28, 2011. Citado na página 32.
- BOLOGNESI, B. et al. Como os partidos distribuem o dinheiro: estrutura organizacional e recursos eleitorais em 2014 no brasil. *11º Encontro da ABCP*, Curitiba-PR, 2018. Citado 3 vezes nas páginas 72, 74 e 93.

BONCHEK, M. S.; SHEPSLE, K. A. *Analyzing politics: rationality, behavior and institutions*. [S.l.]: New York: WW Norton & Co, 1996. Citado 2 vezes nas páginas 18 e 42.

BRAGA, M. d. S. S. Organizações partidárias e seleção de candidatos no estado de são paulo. *Opinião Pública*, SciELO Brasil, v. 14, n. 2, p. 454–485, 2008. Citado 6 vezes nas páginas 68, 71, 74, 78, 111 e 112.

BRAGA, M. d. S. S.; BOURDOUKAN, A. Partidos políticos no brasil: organização partidária, competição eleitoral e financiamento público. *Perspectivas: revista de ciências sociais*, v. 35, 2009. Citado 4 vezes nas páginas 78, 111, 112 e 115.

BRAGA, M. d. S. S.; PIMENTEL JR., J. Os partidos políticos brasileiros realmente não importam? *Opinião Pública*, SciELO Brasil, v. 17, n. 2, p. 271–303, 2011. Citado 11 vezes nas páginas 23, 25, 26, 30, 67, 69, 70, 71, 74, 93 e 115.

BRAGA, M. d. S. S.; RODRIGUES-SILVEIRA, R. Organización, territorio y sistema partidario: difusión territorial de la organización de los partidos y sus potenciales impactos sobre la estructura del sistema partidario en brasil. *América Latina Hoy*, Universidad de Salamanca, v. 62, p. 15–45, 2012. Citado na página 72.

BRAGA, M. d. S. S.; SPECK, B. Organização partidária e carreiras políticas no nível local. *Anais do XII Encontro da Brazilian Studies Association (BRASA)*. King's College London, p. 20–23, 2014. Citado 2 vezes nas páginas 71 e 72.

BURKE [1770], E. Thoughts on the cause of the present discontents, 1770. In: *Perspectives on Political Parties*. [S.l.]: Springer, 2002. p. 37–43. Citado na página 40.

CAMPBELL, A. et al. *The american voter*. [S.l.]: University of Chicago Press, 1980. Citado 3 vezes nas páginas 16, 17 e 61.

CAMPBELL, R. Gender and voting. In: ARZHEIMER, K.; EVANS, J.; LEWIS-BECK, M. S. (Ed.). *The Sage handbook of Electoral Behaviour*. [S.l.]: Sage, 2017. cap. 8, p. 159–176. Citado na página 16.

CARREIRÃO, Y. d. S. Identificação ideológica, partidos e voto na eleição presidencial de 2006. *Opinião Pública*, SciELO Brasil, v. 13, n. 2, p. 307–339, 2007. Citado na página 26.

CARREIRÃO, Y. d. S. Opiniões políticas e sentimentos partidários dos eleitores brasileiros. *Opinião pública*, SciELO Brasil, v. 14, n. 2, p. 319–351, 2008. Citado 2 vezes nas páginas 26 e 27.

CARREIRÃO, Y. d. S.; NASCIMENTO, F. P. As coligações nas eleições para o senado brasileiro (1990/2006). *Coligações partidárias na nova democracia brasileira*. São Paulo, Rio de Janeiro: Unesp e Fundação Konrad Adenauer, p. 99–133, 2010. Citado na página 33.

CERVI, E. U. Doações de campanha e desempenho eleitoral: Uma análise comparativa sobre as eleições para prefeitos de capitais brasileiras em 2008 e 2012. *Agenda Política*, v. 1, n. 1, 2013. Citado na página 35.

CERVI, E. U.; BORBA, F. Os diretórios partidários municipais e o perfil sociodemográfico dos seus membros. *Revista Brasileira de Ciência Política*, SciELO Brasil, n. 28, p. 65–92, 2019. Citado na página 78.

- CODATO, A.; CERVI, E.; PERISSINOTTO, R. Quem se elege prefeito no brasil? condicionantes do sucesso eleitoral em 2012. *Cadernos Adenauer*, v. 14, n. 2, p. 61–84, 2013. Citado 3 vezes nas páginas 35, 36 e 37.
- COX, G. W. *Making votes count: strategic coordination in the world's electoral systems*. [S.l.]: Cambridge University Press, 1997. Citado 2 vezes nas páginas 32 e 43.
- DAHL, R. A. *Polyarchy: Participation and opposition*. [S.l.]: Yale University Press, 1973. Citado 2 vezes nas páginas 40 e 41.
- DALTON, R. J.; WATTENBERG, M. P. *Parties without partisans: Political change in advanced industrial democracies*. [S.l.]: Oxford University Press on Demand, 2002. Citado na página 17.
- DALTON, R. J.; WATTENBERG, M. P. *Parties without partisans: Political change in advanced industrial democracies*. [S.l.]: Oxford University Press on Demand, 2002. Citado 2 vezes nas páginas 64 e 72.
- DANCEY, C.; REIDY, J. Estatística sem matemática para psicologia: usando o spss. *Porto Alegre: Penso Editora*, 2013. Citado na página 97.
- DANTAS, H. Eleições municipais 2012 e o padrão de coligação entre os partidos para a disputa de prefeituras. *Cadernos Adenauer*, v. 1, p. 127–146, 2013. Citado 3 vezes nas páginas 33, 34 e 37.
- DANTAS, H.; PRAÇA, S. Pequenos partidos no brasil: uma análise do posicionamento ideológico com base nas coligações municipais de 2000 a 2008. *Coligações partidárias na nova democracia brasileira: perfis e tendências*. Rio de Janeiro, p. 99–133, 2010. Citado 4 vezes nas páginas 11, 33, 37 e 67.
- DOWNS, A. Uma teoria econômica da democracia. 1 reimpr. *São Paulo: Editora da Universidade Federal de São Paulo*, 2013. Citado 7 vezes nas páginas 18, 19, 27, 28, 41, 44 e 46.
- DUVERGER, M. *Os partidos políticos*. 2. ed. [S.l.]: Rio de Janeiro: Zahar/UNB, 1970. Citado 13 vezes nas páginas 47, 49, 51, 52, 53, 57, 63, 64, 65, 67, 68, 69 e 72.
- DYCK, B. V. Why party organization still matters: The workers' party in northeastern brazil. *Latin American Politics and Society*, Cambridge University Press, v. 56, n. 2, p. 1–26, 2014. Citado na página 63.
- ELDERSVELD, S. J. *Political parties: A behavioral analysis*. Sage Publications, 1964. Citado na página 40.
- ELFF, M.; ROBTEUTSCHER, S. Religion. In: ARZHEIMER, K.; EVANS, J.; LEWIS-BECK, M. S. (Ed.). *The Sage handbook of Electoral Behaviour*. [S.l.]: Sage, 2017. cap. 10, p. 190–2019. Citado na página 16.
- EVANS, G. Social class and voting. In: ARZHEIMER, K.; EVANS, J.; LEWIS-BECK, M. S. (Ed.). *The Sage handbook of Electoral Behaviour*. [S.l.]: Sage, 2017. cap. 9, p. 177–1998. Citado 2 vezes nas páginas 15 e 16.
- FIGUEIREDO, A. C.; LIMONGI, F. d. M. P. *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional*. [S.l.]: Editora fgv, 1999. Citado 3 vezes nas páginas 11, 30 e 67.

FIGUEIREDO FILHO, D. *Gasto de campanha, níveis de pobreza e resultados eleitorais no Brasil*. Tese (Doutorado), 2012. Citado 2 vezes nas páginas 32 e 72.

FILHO, D. B. F. et al. Campaign spending and poverty levels in brazil: an exploratory approach. *35º Encontro da Anpocs*, 2011. Citado na página 32.

FIORINA, M. P. Economic retrospective voting in american national elections: A micro-analysis. *American Journal of Political Science*, JSTOR, p. 426–443, 1978. Citado 2 vezes nas páginas 18 e 19.

FIORINA, M. P. Retrospective voting in american national elections. Yale University Press, 1981. Citado 2 vezes nas páginas 27 e 28.

FIRPO, S.; PONCZEK, V.; SANFELICE, V. A relação entre emendas orçamentárias e desempenho eleitoral. In: . [S.l.: s.n.], 2011. Citado 2 vezes nas páginas 30 e 31.

GHERGHINA, S. *Party organization and electoral volatility in Central and Eastern Europe: Enhancing voter loyalty*. [S.l.]: Routledge, 2014. Citado na página 49.

GIBSON, J. L. et al. Assessing party organizational strength. *American Journal of Political Science*, University of Texas Press, v. 27, n. 2, p. 193–222, 1983. Citado 4 vezes nas páginas 62, 63, 64 e 68.

GUARNIERI, F. *A força dos partidos fracos-um estudo sobre a organização dos partidos brasileiros e seu impacto na coordenação eleitoral*. Tese (Doutorado) — Universidade de São Paulo, 2009. Citado 8 vezes nas páginas 69, 70, 71, 73, 74, 111, 112 e 115.

GUARNIERI, F. A força dos partidos "fracos". *Dados-Revista de Ciências Sociais*, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, v. 54, n. 1, p. 235–258, 2011. Citado 7 vezes nas páginas 67, 68, 74, 78, 111, 112 e 115.

GUARNIERI, F. Organização partidária e mobilização eleitoral no brasil: o elo perdido. *8º Encontro da ABCP*, Gramado-RS, 2012. Citado 5 vezes nas páginas 63, 68, 73, 74 e 93.

GUIMARÃES, F. d. P. et al. Meu dinheiro, minhas regras: Tipos de gastos de campanha para prefeito no brasil (2008-2016). *REVISTA IBEROAMERICANA DE ESTUDIOS MUNICIPALES*, X, p. 29–57, 2019. Citado na página 35.

GUNTHER, R.; DIAMOND, L. Species of political parties: A new typology. *Party Politics*, Sage Publications, v. 9, n. 2, p. 167–199, 2003. Citado na página 57.

HARRISON, J. *RSelenium: R Bindings for 'Selenium WebDriver'*. [S.l.], 2019. R package version 1.7.5. Disponível em: <<https://CRAN.R-project.org/package=RSelenium>>. Citado na página 77.

HEILER, J. G. Democracia: o jogo das incertezas x financiamento de campanhas. uma análise das prestações de contas das campanhas de vereadores de sc. Florianópolis, SC, 2011. Citado na página 32.

HENNL, A.; FRANZMANN, S. T. The effect of manifesto politics on policy change. In: SCARROW, S. E.; WEBB, P. D.; POGUNTKE, T. (Ed.). *Organizing Political Parties: Representation, Participation, and Power*. [S.l.]: Oxford University Press, 2017. p. 259–284. Citado na página 60.

HUNTER, W.; POWER, T. J. Rewarding lula: executive power, social policy, and the brazilian elections of 2006. *Latin American Politics and Society*, Cambridge University Press, v. 49, n. 1, p. 1–30, 2007. Citado 2 vezes nas páginas 24 e 28.

HUNTINGTON, S. P. Democracy's third wave. *Journal of democracy*, Johns Hopkins University Press, v. 2, n. 2, p. 12–34, 1991. Citado na página 63.

JACOBSON, G. C. The effects of campaign spending in congressional elections. *American Political Science Review*, Cambridge University Press, v. 72, n. 2, p. 469–491, 1978. Citado 2 vezes nas páginas 21 e 64.

JACOBSON, G. C. Party organization and distribution of campaign resources: Republicans and democrats in 1982. *Political Science Quarterly*, JSTOR, v. 100, n. 4, p. 603–625, 1985. Citado na página 64.

JANDA, K. Cross-national measures of party organizations and organizational theory. *European Journal of Political Research*, Wiley Online Library, v. 11, n. 3, p. 319–332, 1983. Citado 4 vezes nas páginas 49, 50, 51 e 62.

JANDA, K.; COLMAN, T. Effects of party organization on performance during the 'golden age' of parties. *Political Studies*, SAGE Publications Sage UK: London, England, v. 46, n. 3, p. 611–632, 1998. Citado na página 14.

JANDA, K.; COLMAN, T. Effects of party organization on performance during the 'golden age' of parties. *Political Studies*, SAGE Publications Sage UK: London, England, v. 46, n. 3, p. 611–632, 1998. Citado 3 vezes nas páginas 50, 60 e 62.

JR, C. Z. Ideology or what? legislative behavior in multiparty presidential settings. *The Journal of Politics*, Cambridge University Press New York, USA, v. 71, n. 3, p. 1076–1092, 2009. Citado na página 67.

JÚNIOR, J. P. M. Modelo sociológico de decisão de voto presidencial no brasil 1994–2006. *Revista Debates*, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, IFCH-PPG em Ciência Política, v. 3, n. 2, p. 68, 2009. Citado na página 22.

KATZ, R. S.; MAIR, P. *How parties organize: change and adaptation in party organizations in Western democracies*. [S.l.]: Sage, 1994. v. 528. Citado 4 vezes nas páginas 40, 58, 64 e 69.

KATZ, R. S.; MAIR, P. Changing models of party organization and party democracy: the emergence of the cartel party. *Party politics*, Sage Publications 6 Bonhill Street, London EC2A 4PU, UK, v. 1, n. 1, p. 5–28, 1995. Citado 11 vezes nas páginas 40, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 65 e 67.

KATZ, R. S.; MAIR, P. Cadre, catch-all or cartel? a rejoinder. *Party Politics*, Sage Publications 6 Bonhill Street, London EC2A 4PU, UK, v. 2, n. 4, p. 525–534, 1996. Citado na página 55.

KATZ, R. S.; MAIR, P. The cartel party thesis: A restatement. *Perspectives on politics*, Cambridge University Press, v. 7, n. 4, p. 753–766, 2009. Citado na página 55.

KINZO, M. D. Partidos, eleições e democracia no brasil pós-1985. *RBCS*, SciELO Brasil, v. 19, n. 54, 2004. Citado na página 32.

KINZO, M. D. Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil. SciELO Brasil, 2005. Citado 3 vezes nas páginas 23, 25 e 26.

KIRCHHEIMER, O. The transformation of the western european party systems. In: PALOMBARA, J. L.; WEINER, M. (Ed.). *Political parties and political development*. [S.l.]: Princeton, 1966. p. 170–200. Citado 6 vezes nas páginas 47, 51, 53, 59, 64 e 65.

KOSIARA-PEDERSEN, K.; SCARROW, S. E.; HAUTE, E. V. Party membership costs, new forms of party affiliation, and partisan participation. In: SCARROW, S. E.; WEBB, P. D.; POGUNTKE, T. (Ed.). *Organizing Political Parties: Representation, Participation, and Power*. [S.l.]: Oxford University Press, 2017. p. 234–258. Citado na página 60.

KRAUSE, S.; DANTAS, H.; MIGUEL, L. F. *Coligações partidárias na nova democracia brasileira: perfis e tendências*. [S.l.]: Konrad Adenauer Stiftung, 2010. Citado na página 33.

KRAUSE, S.; GODOI, P. Coligações eleitorais para os executivos estaduais (1986-2006): padrões e tendências. *Coligações partidárias na nova democracia brasileira: perfis e tendências*, Fundação Konrad Rio de Janeiro, 2010. Citado 3 vezes nas páginas 32, 33 e 34.

KRAUSE, S.; SCHMITT, R. *Partidos e coligações eleitorais no Brasil*. [S.l.]: Unesp, 2005. Citado na página 33.

KROUWEL, A. Party organization. *Handbook of Party Politics*, ed. Katz, R. S., e Crotty, W., Londres, Sage Publications, p. 249–269, 2005. Citado 4 vezes nas páginas 52, 53, 56 e 57.

LAMOUNIER, B.; MENEGUELLO, R. *Partidos políticos e consolidação democrática: o caso brasileiro*. [S.l.]: Brasiliense São Paulo, 1986. Citado 2 vezes nas páginas 11 e 93.

LANG, D. T.; TEAM the C. *XML: Tools for Parsing and Generating XML Within R and S-Plus*. [S.l.], 2019. R package version 3.98-1.19. Disponível em: <<https://CRAN.R-project.org/package=XML>>. Citado na página 77.

LAVAREDA, A. Principais marcas das eleições municipais de 2008. In: LAVAREDA, A.; TELLES, H. (Ed.). *Como o eleitor escolhe seu prefeito*. Rio de Janeiro: FGV. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. cap. 1, p. 11–24. Citado na página 34.

LAVAREDA, A.; TELLES, H. *Como o eleitor escolhe seu prefeito: campanha e voto nas eleições municipais*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. Citado na página 34.

LAVAREDA, A.; TELLES, H. *A lógica das eleições municipais*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016. Citado na página 34.

LAVAREDA, J. A. *A democracia nas urnas: o processo partidário-eleitoral brasileiro (1945-1964)*. [S.l.]: IUPERJ, 1999. Citado 3 vezes nas páginas 25, 32 e 33.

LEWIS-BECK, M. S. Comparative economic voting: Britain, france, germany, italy. *American Journal of Political Science*, JSTOR, p. 315–346, 1986. Citado na página 19.

LEWIS-BECK, M. S. et al. *The American voter revisited*. [S.l.]: University of Michigan Press, 2008. Citado 3 vezes nas páginas 16, 17 e 61.

- LEWIS-BECK, M. S.; STEGMAIER, M. Economic determinants of electoral outcomes. *Annual review of political science*, Annual Reviews 4139 El Camino Way, PO Box 10139, Palo Alto, CA 94303-0139, USA, v. 3, n. 1, p. 183–219, 2000. Citado na página 19.
- LICIO, E. C.; RENNÓ, L. R.; CASTRO, H. C. d. O. d. Bolsa família e voto na eleição presidencial de 2006: em busca do elo perdido. *Opinião Pública*, SciELO Brasil, v. 15, n. 1, p. 31–54, 2009. Citado na página 29.
- LIJPHART, A. *Modelos de democracia*. [S.l.]: Planeta, 2003. Citado na página 48.
- LIMONGI, F.; CORTEZ, R. As eleições de 2010 e o quadro partidário. *Novos estudos CEBRAP*, SciELO Brasil, n. 88, p. 21–37, 2010. Citado 2 vezes nas páginas 11 e 93.
- LIMONGI, F.; VASSELAI, F. Entries and withdrawals: Electoral coordination across different offices and the brazilian party systems. *Brazilian Political Science Review*, SciELO Brasil, v. 12, n. 3, 2018. Citado 2 vezes nas páginas 32 e 33.
- LIPSET, S. M.; ROKKAN, S. *Party systems and voter alignments: Cross-national perspectives*. [S.l.]: Free press, 1967. v. 7. Citado 3 vezes nas páginas 15, 16 e 61.
- LITTLE, C.; FARRELL, D. M. Party organization and party unity. Oxford University Press, p. 285–3006, 2017. Citado na página 61.
- LOBO, M. C.; RAZZUOLI, I. Party finance and perceived party responsiveness. In: SCARROW, S. E.; WEBB, P. D.; POGUNTKE, T. (Ed.). *Organizing Political Parties: Representation, Participation, and Power*. [S.l.]: Oxford University Press, 2017. p. 187–208. Citado 2 vezes nas páginas 59 e 67.
- MACHADO, A. Coligações eleitorais minimamente vitoriosas no presidencialismo: realidade ou ficção? o caso do brasil. *KRAUSE, S.; DANTAS, H.; MIGUEL, LF Coligações partidárias na nova democracia brasileira*. São Paulo: Ed. Unesp, p. 217–244, 2010. Citado na página 33.
- MAINWARING, S. *Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil*. [S.l.]: Mercado Aberto, 2001. Citado 3 vezes nas páginas 11, 17 e 63.
- MAINWARING, S.; TORCAL, M. Teoria e institucionalização dos sistemas partidários após a terceira onda de democratização. *Opinião Pública*, SciELO Brasil, v. 11, n. 2, p. 249–286, 2005. Citado na página 24.
- MANCUSO, W. P. Empresas e financiamento de campanhas eleitorais de candidatos a deputado federal pelo estado de são paulo nas eleições de 2002 e 2006. *Desenvolvimento e crise na América Latina: estado, empresas e sociedade*, 2012. Citado na página 32.
- MAYHEW, D. R. *Congress: The electoral connection*. [S.l.]: Yale University Press, 1974. v. 26. Citado 2 vezes nas páginas 20 e 30.
- MAYHEW, D. R. *Placing parties in American politics: organization, electoral settings, and government activity in the twentieth century*. [S.l.]: Princeton University Press, 1986. Citado na página 56.
- MEIRELES, F.; SILVA, D.; COSTA, B. *electionsBR: R Functions to Download and Clean Brazilian Electoral Data*. [S.l.], 2019. Disponível em: <<http://electionsbr.com/>>. Citado na página 78.

MELO, C. R.; CÂMARA, R. Estrutura da competição pela presidência e consolidação do sistema partidário no Brasil. *Dados-Revista de Ciências Sociais*, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, v. 55, n. 1, p. 71–117, 2012. Citado 2 vezes nas páginas 11 e 93.

MELO, C. R. F. d. Eleições presidenciais, jogos aninhados e sistema partidário no Brasil. Universidade de Brasília, 2010. Citado na página 75.

MESQUITA, L. et al. Emendas individuais e concentração de votos: uma análise exploratória. *Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política*, v. 23, n. 2, 2014. Citado na página 31.

MICHELS, R. *Sociologia dos partidos político*. [S.l.]: Brasília: UNB, 1982. Citado na página 53.

MILLER, W. L.; NIEMI, R. G. Voting: Choice, conditioning, and constraint. *Comparing Democracies*, v. 2, p. 169–188, 2002. Citado 3 vezes nas páginas 15, 16 e 18.

MIRANDA, G. L. Coligações eleitorais: tendências e racionalidades nas eleições federais e majoritárias estaduais (1990-2010). *Revista de Sociologia e Política*, v. 21, n. 47, 2013. Citado na página 32.

NASCIMENTO, W. et al. Does size matter? electoral performance of small parties in Brazil. *Brazilian Political Science Review*, SciELO Brasil, v. 10, n. 2, 2016. Citado 4 vezes nas páginas 11, 33, 67 e 75.

NETO, F. A. B.; FREITAS, V. E. V. de S. Organização faz diferença? estruturas partidárias, filiados e voto em São Paulo nas eleições de 2010. *Revista Eletrônica de Ciência Política*, v. 2, n. 2, 2011. Citado 2 vezes nas páginas 74 e 93.

NETO, F. A. B.; SIQUEIRA, N. P.; MOREIRA, M. de P. E nas municipais, organização faz diferença? estruturas partidárias, filiados e voto nas eleições de 2012. *Working Paper*, v. 2, n. 2, 2013. Citado 3 vezes nas páginas 74, 93 e 115.

NETO, F. B.; SIQUEIRA, N. P.; MOREIRA, M. de P. E nas municipais, organização faz diferença? estruturas partidárias, filiados e voto nas eleições de 2012. *III Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política, 2013*, Curitiba-PR, 2012. Citado 4 vezes nas páginas 63, 68, 78 e 115.

NETO, O. A.; SANTOS, F. A produção legislativa do congresso: entre a paróquia e a nação. In: VIANNA, L. W. (Ed.). *A democracia e os três poderes no Brasil*. [S.l.]: Editora da UFMG/IESP, 2002. p. 91–139. Citado na página 30.

NEUMANN, S. Toward a comparative study of political parties. In: *Comparative Government*. [S.l.]: Springer, 1969. p. 69–76. Citado na página 57.

NICOLAU, J. An analysis of the 2002 presidential elections using logistic regression. *Brazilian Political Science Review*, Associação Brasileira de Ciência Política, v. 1, n. 1, p. 125–135, 2007. Citado 2 vezes nas páginas 26 e 29.

NICOLAU, J. Determinantes do voto no primeiro turno das eleições presidenciais brasileiras de 2010: uma análise exploratória. *Opinião Pública*, SciELO Brasil, v. 20, n. 3, p. 311–325, 2014. Citado 4 vezes nas páginas 23, 24, 26 e 30.

NICOLAU, J. Nem partido, nem memória: notas sobre a escolha dos deputados nas eleições de 2014. *Working Paper*, 2015. Disponível em: <https://www.academia.edu/24032106/_Nem_partido_nem_memo_ria_notas_sobre_a_escolha_dos_deputados_nas_eleic_o_es_de_2014_2015>. Acesso em: 8 Agosto 2016. Citado na página 11.

NICOLAU, J.; PEIXOTO, V. Uma disputa em três tempos: Uma análise das bases municipais das eleições presidenciais de 2006. *XXXI Encontro Anual da ANPOCS*, ANPOCS, 2007. Disponível em: <<https://www.anpocs.com/index.php/papers-31-encontro/st-7/st24-3/3029-jairnicolau-uma-disputa/file>>. Citado na página 28.

NIEMI, R. G.; WEISBERG, H. F.; KIMBALL, D. C. *Controversies in voting behavior*. [S.l.]: CQ Press Washington, DC, 2001. Citado na página 17.

OLSON, M.; FERNANDEZ, F. *A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais*. [S.l.]: Edusp, 1999. Citado na página 42.

PAIVA, D.; TAROUÇO, G. d. S. Voto e identificação partidária: os partidos brasileiros e a preferência dos eleitores. *Opinião Pública*, SciELO Brasil, v. 17, n. 2, p. 426–451, 2011. Citado 5 vezes nas páginas 11, 24, 25, 26 e 27.

PANEBIANCO, A. *Modelos de partido: Organização e poder nos partidos políticos*. [S.l.]: São Paulo: Martins Fontes, 2005. Citado 6 vezes nas páginas 51, 57, 60, 64, 65 e 69.

PARANHOS, R. et al. Gastos e votos nas eleições 2012: o caso dos candidatos a prefeito das capitais brasileiras. *E-Legis - Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados*, v. 6, n. 11, p. 29–43, 2013. Citado na página 35.

PEIXOTO, V.; RENNÓ, L. Mobilidade social ascendente e voto: as eleições presidenciais de 2010 no brasil. *Opinião Pública*, SciELO Brasil, v. 17, n. 2, p. 304–332, 2011. Citado 2 vezes nas páginas 23 e 30.

PEIXOTO, V. d. M. Eleições e financiamento de campanhas no brasil. *Rio de Janeiro. Tese de doutoramento defendida no Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro*, 2010. Citado na página 32.

PEREIRA, C.; MUELLER, B. Partidos fracos na arena eleitoral e partidos fortes na arena legislativa: a conexão eleitoral no brasil. *Dados*, SciELO Brasil, v. 46, n. 4, p. 735–771, 2003. Citado 5 vezes nas páginas 11, 24, 37, 67 e 93.

PEREIRA, C.; RENNÓ, L. *O que e que o reeleito tem?: dinâmicas político-institucionais locais e nacionais nas eleições de 1998 para a câmara dos deputados*. [S.l.]: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 2001. Citado 3 vezes nas páginas 30, 31 e 32.

PEREIRA, C.; RENNÓ, L. O que é que o reeleito tem? o retorno: o esboço de uma teoria da reeleição no brasil. *Revista de Economia Política*, v. 27, n. 4, p. 664–683, 2007. Citado 3 vezes nas páginas 30, 31 e 32.

PEREIRA, F. B. Voto econômico retrospectivo e sofisticação política na eleição presidencial de 2002. *Revista de Sociologia e Política*, SciELO Brasil, v. 22, n. 50, p. 149–174, 2014. Citado na página 29.

POMPER, G. M. Party organization & electoral success. *Polity*, Northeastern Political Science Association, v. 23, n. 2, p. 187–206, 1990. Citado na página 14.

POWELL, G. B.; WHITTEN, G. D. et al. A cross-national analysis of economic voting: taking account of the political context. *American Journal of Political Science*, Houston, v. 37, n. 2, p. 391–414, 1993. Citado na página 19.

PRUYERS, S. et al. Candidate selection rules and democratic outcomes: The impact of parties on women's representation. In: SCARROW, S. E.; WEBB, P. D.; POGUNTKE, T. (Ed.). *Organizing Political Parties: Representation, Participation, and Power*. [S.l.]: Oxford University Press, 2017. p. 187–208. Citado na página 60.

PRZEWORSKI, A. Minimalist conception of democracy: a defense. In: SHAPIRO, I.; CORDÓN-HACKER, C. (Ed.). *Democracy's value*. [S.l.: s.n.], 1999. p. 23–55. Citado na página 40.

R Core Team. *R: A Language and Environment for Statistical Computing*. Vienna, Austria, 2019. Disponível em: <<https://www.R-project.org/>>. Citado na página 77.

RIBEIRO, E.; CARREIRÃO, Y.; BORBA, J. Sentimentos partidários e atitudes políticas entre os brasileiros. *Opinião Pública*, SciELO Brasil, v. 17, n. 2, p. 333–368, 2011. Citado 3 vezes nas páginas 23, 25 e 26.

ROCHA, M. M. d.; KERBAUY, M. T. M. *Eleições, partidos e representação política nos municípios brasileiros*. [S.l.]: Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), 2014. Citado na página 34.

SAMPAIO, D.; FILHO, D. B. F. Dinheiro, tempo e memória eleitoral: os mecanismos que levam ao voto nas eleições para prefeito em 2012. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB*, ANPOCS, v. 1, n. 88, 2019. Citado 2 vezes nas páginas 34 e 35.

SAMUELS, D. Money, elections, and democracy in brazil. *Latin American Politics and Society*, Cambridge University Press, v. 43, n. 2, p. 27–48, 2001. Citado na página 31.

SAMUELS, D. *Ambition, federalism, and legislative politics in Brazil*. [S.l.]: Cambridge University Press, 2003. Citado na página 31.

SAMUELS, D.; JR, C. Z. The power of partisanship in brazil: Evidence from survey experiments. *American Journal of Political Science*, Wiley Online Library, v. 58, n. 1, p. 212–225, 2014. Citado na página 27.

SANDES-FREITAS, V. E. V. d. Candidaturas e coligações nas eleições municipais: análise das disputas para prefeito nas capitais brasileiras em 2012 e 2016. *Cadernos Adenauer*, XVII, n. 3, p. 87–105, 2016. Citado na página 11.

SANFELICE, V. *Determinantes do voto para deputado federal: relação entre emendas orçamentárias e desempenho eleitoral*. Tese (Doutorado), 2010. Citado na página 30.

SARTORI, G. *Partidos e sistemas partidários*. [S.l.]: Universidade de Brasília, 1982. Citado 2 vezes nas páginas 40 e 67.

SCARROW, S. E.; WEBB, P. D. Investigating party organization: Structures, resources, and representative strategies. In: SCARROW, S. E.; WEBB, P. D.; POGUNTKE, T. (Ed.). *Organizing Political Parties: Representation, Participation, and Power*. [S.l.]: Oxford University Press Oxford, 2017. p. 1–27. Citado 5 vezes nas páginas 58, 59, 64, 65 e 68.

SCARROW, S. E.; WEBB, P. D.; POGUNTKE, T. *Organizing political parties: Representation, participation, and power*. [S.l.]: Oxford University Press, 2017. Citado na página 62.

SCHLESINGER, J. A. *Political parties and the winning of office*. [S.l.]: University of Michigan Press, 1994. Citado 7 vezes nas páginas 41, 43, 44, 45, 46, 62 e 64.

SCHUMPETER, J. A. *Capitalism, socialism and democracy*. [S.l.]: New York: Harpers, 1942. Citado 2 vezes nas páginas 40 e 46.

SHIKIDA, C. D. et al. “It is the economy, companheiro!”: an empirical analysis of Lula’s re-election based on municipal data. *Economics Bulletin*, v. 29, n. 2, p. 976–991, 2009. Disponível em: <<https://ideas.repec.org/a/eb/ecbull/eb-08c30073.html>>. Citado na página 28.

SILVA, G. P. d. *Uma discussão acerca das regras eleitorais do sistema político brasileiro e dos incentivos aos comportamento parlamentar*. Tese (Doutorado), 2009. Citado na página 31.

SINGER, A. *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro: a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994*. [S.l.]: Edusp, 2000. Citado na página 23.

SOARES, G. A. D. Alianças e coligações eleitorais: Notas para uma teoria. *Revista Brasileira Estudos Políticos*, HeinOnline, v. 17, p. 95, 1964. Citado na página 33.

SPECK, B. W.; BALBACHEVSKY, E. Identificação partidária e voto: as diferenças entre petistas e peessedebistas. *Opinião Pública*, v. 22, n. 3, p. 569–602, 2016. Citado 3 vezes nas páginas 11, 26 e 27.

SPECK, B. W.; CERVI, E. U. Dinheiro, tempo e memória eleitoral: os mecanismos que levam ao voto nas eleições para prefeito em 2012. *Dados-Revista de Ciências Sociais*, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, v. 59, n. 1, 2016. Citado 4 vezes nas páginas 35, 36, 38 e 73.

SPECK, B. W.; MANCUSO, W. P. O que faz a diferença? gastos de campanha, capital político, sexo e contexto municipal nas eleições para prefeito em 2012. *Cadernos Adenauer*, v. 14, n. 2, p. 109–126, 2013. Citado 3 vezes nas páginas 35, 36 e 37.

STRØM, K. A behavioral theory of competitive political parties. *American journal of political science*, Austin, v. 34, n. 2, p. 565–598, 1990. Citado 4 vezes nas páginas 44, 45, 47 e 48.

TAROUÇO, G. da S. Institucionalização partidária no Brasil (1982-2006). *Revista Brasileira de Ciência Política*, Universidade de Brasília, Instituto de Ciência Política, v. 4, p. 169, 2010. Citado na página 11.

TAVITS, M. *Post-communist democracies and party organization*. [S.l.]: Cambridge University Press, 2013. Citado 6 vezes nas páginas 12, 61, 62, 63, 64 e 68.

TSE. *Lei dos Partidos Políticos - Lei no 9.096 de 19 de Setembro de 1995*. Brasília, 1995. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/legislacao-tse/res/2018/RES235712018.html>>. Citado 3 vezes nas páginas 69, 70 e 72.

TSEBELIS, G. *Jogos Ocultos: Escolha Racional no Campo da Política Comparada Vol. 17*. [S.l.]: Edusp, 1998. Citado na página 18.

VEIGA, L. F. O partidarismo no brasil (2002/2010). *Opinião Pública*, SciELO Brasil, v. 17, n. 2, p. 400–425, 2011. Citado 2 vezes nas páginas 23 e 25.

WARE, A. *Political parties: electoral change and structural response*. [S.l.]: Blackwell, 1987. Citado na página 57.

WEBER, M. *Ciência e política: duas vocações*. [S.l.]: Editora Cultrix, 2004. Citado na página 53.

WERKMANN, C.; GHERGHINA, S. Organized for parliament? explaining the electoral success of radical right parties in post-communist europe. *Government and Opposition*, Cambridge University Press, v. 53, n. 3, p. 461–485, 2016. Citado 3 vezes nas páginas 62, 63 e 68.

WICKHAM, H.; HESTER, J.; OOMS, J. *xml2: Parse XML*. [S.l.], 2018. R package version 1.2.0. Disponível em: <<https://CRAN.R-project.org/package=xml2>>. Citado na página 77.

WOLINETZ, S. B. Beyond the catch-all party: approaches to the study of parties and party organization in contemporary democracies. *Political parties: Old concepts and new challenges*, Oxford University Press Oxford, p. 136–165, 2002. Citado 2 vezes nas páginas 56 e 57.

ZUCCO, C. The president's 'new' constituency: Lula and the pragmatic vote in brazil's 2006 presidential elections. *Journal of Latin American Studies*, Cambridge University Press, v. 40, n. 1, p. 29–49, 2008. Citado 2 vezes nas páginas 24 e 28.

ZUCCO, C.; POWER, T. J. Bolsa família and the shift in lula's electoral base, 2002-2006: A reply to bohn. *Latin American Research Review*, JSTOR, p. 3–24, 2013. Citado 2 vezes nas páginas 24 e 29.